

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA - UNIPAMPA**

**SCHAYANO MARQUES MACIEL**

**A GUARDA NACIONAL EM CAÇAPAVA DO SUL: INFLUÊNCIA NA POLÍTICA  
LOCAL (1885-1922)**

**São Borja - RS  
2024**

**SCHAYANO MARQUES MACIEL**

**A GUARDA NACIONAL EM CAÇAPAVA DO SUL: INFLUÊNCIA NA POLÍTICA  
LOCAL (1885-1922)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado  
ao Curso de Licenciatura em História - UAB da  
Universidade Federal do Pampa, como  
requisito parcial para obtenção do Título de  
Licenciado em História

Orientador: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Paula Vanessa Paz  
Ribeiro

**São Borja - RS  
2024**

Ficha catalográfica elaborada automaticamente com os dados fornecidos  
pelo(a) autor(a) através do Módulo de Biblioteca do  
Sistema GURI (Gestão Unificada de Recursos Institucionais).

M152g Maciel, Schayano Marques  
A Guarda Nacional em Caçapava do Sul: Influência na Política Local (1885-  
1922) / Schayano Marques Maciel.  
116 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação)-- Universidade Federal do Pampa,  
HISTÓRIA, 2024.  
"Orientação: Paula Vanessa Paz Ribeiro".

1. Guarda Nacional. 2. Política Local de Caçapava do Sul. 3. Alianças e  
Elites. 4. Coronelismo. 5. Clientelismo. I. Título.

**SCHAYANO MARQUES MACIEL**

**A GUARDA NACIONAL EM CAÇAPAVA DO SUL: INFLUÊNCIA NA POLÍTICA LOCAL (1885-1922)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em História da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Licenciado em História.

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: 16 de dezembro de 2024.

Banca examinadora:



Documento assinado digitalmente

**PAULA VANESSA PAZ RIBEIRO**

Data: 27/12/2024 21:44:19-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Paula Vanessa Paz Ribeiro

Orientador (UNIPAMPA)



Documento assinado digitalmente

**EDSON ROMARIO MONTEIRO PANIAGUA**

Data: 13/01/2025 21:21:10-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Prof.<sup>o</sup> Dr. Edson Romario Monteiro Paniagua

(UNIPAMPA)



**RAQUEL BRUM STURZA**

Data: 10/01/2025 13:31:06-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Raquel Brum Sturza

(IFFar)

## AGRADECIMENTO

Primeiramente, agradeço a Deus, pois sem Ele nada seria possível. Sua presença constante me fortaleceu e iluminou meu caminho em cada etapa desta jornada.

Expresso minha profunda gratidão aos meus pais, Lelis Antonio Linhares Maciel e Marta Eliane Marques Maciel, por todo o amor, apoio e ensinamentos que me sustentaram ao longo da vida. Agradeço também à minha esposa, Kelen Silva Leal Maciel, pelo carinho, paciência e encorajamento indispensáveis durante este processo. Aos meus avós, Ronaldo Antônio Garcia Maciel e Maria Evelim Linhares Maciel, deixo minha eterna gratidão por sua pelo incentivo nas pesquisas genealógicas da família e deste trabalho.

Em especial, dedico meus agradecimentos à minha orientadora, Professora Doutora Paula Vanessa Paz Ribeiro, por sua paciência, dedicação e orientação. Com ela, aprendi lições valiosas que transcendem este trabalho, desde o rigor acadêmico até a importância da persistência e da organização. Sua orientação foi essencial para meu crescimento profissional e pessoal. Assim como os apontamentos do Professor Doutor Edson Romario Monteiro Paniagua e a Professora Doutora Raquel Brum Sturza.

Agradeço também à Professora Mestre Elaine Binotto Fagan, por suas contribuições, apoio e incentivo, que foram fundamentais para o aprimoramento deste projeto.

Registro minha especial gratidão ao Professor Doutor Edson Romario Monteiro Paniagua e à Professora Doutora Raquel Brum Sturza, membros da banca examinadora, pelos valiosos apontamentos e sugestões que enriqueceram este trabalho, contribuindo para seu aperfeiçoamento. Suas observações foram fundamentais para o aprimoramento deste estudo e para o meu desenvolvimento acadêmico.

A realização deste trabalho foi possível graças ao incentivo e dedicação de muitas outras pessoas. Sou profundamente grato àqueles que me guiaram com suas orientações, compartilharam conhecimento e proporcionaram os recursos necessários para que eu pudesse alcançar este objetivo.

Por fim, minha gratidão vai para todos que, com palavras ou atos, fortaleceram minha determinação nos momentos de dificuldade. Este trabalho é o reflexo do esforço conjunto de todos que, de alguma forma, fizeram parte dessa caminhada. A todos vocês, meu mais sincero agradecimento.

## RESUMO

A pesquisa analisa a atuação da Guarda Nacional em Caçapava do Sul entre 1885 e 1922, destacando seu papel desde sua criação em 1831 até sua dissolução. A Guarda Nacional foi fundamental na manutenção da ordem interna e no fortalecimento da autoridade durante a transição do Império para a República. Em Caçapava do Sul, as elites locais utilizaram a instituição para consolidar o poder por meio de alianças familiares e práticas clientelistas. A pesquisa se baseia em fontes históricas que mostram a subordinação da Guarda Nacional aos interesses dessas elites e sua participação em eventos importantes, como a Revolução Federalista (1893) e a Proclamação da República (1889). Mesmo após sua dissolução em 1918, a Guarda manteve influência na política local. A análise utiliza métodos qualitativos e quantitativos, e a pesquisa oferece uma contribuição para a compreensão das relações entre instituições militares e civis, destacando a importância da Guarda Nacional na história política e social do Brasil.

**Palavras Chave:** Guarda Nacional; Política Local; Elites; Coronelismo; Clientelismo; Alianças.

## **ABSTRACT**

The research analyzes the role of the Guarda Nacional in Caçapava do Sul between 1885 and 1922, highlighting its role from its creation in 1831 to its dissolution. The Guarda Nacional was essential in maintaining internal order and strengthening authority during the transition from the Empire to the Republic. In Caçapava do Sul, local elites used the institution to consolidate power through family alliances and clientelist practices. The research is based on historical sources that show the subordination of the Guarda Nacional to the interests of these elites and its participation in important events such as the Federalist Revolution (1893) and the Proclamation of the Republic (1889). Even after its dissolution in 1918, the Guarda maintained influence in local politics. The analysis uses qualitative and quantitative methods and provides a contribution to understanding the relationship between military and civil institutions, emphasizing the importance of the Guarda Nacional in the political and social history of Brazil.

**Keywords:** National Guard; Local Politics; Elites; Coronelismo; Clientelism; Alliances.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> - Mapa dos Comandos da Guarda Nacional do Rio Grande do Sul em 1856.....	36
<b>Figura 2</b> - Coronel Romão Mariano Xavier .....	104
<b>Figura 3</b> - Coronel João Guedes Martins - rapaz que libertou Laurentino Filho .....	105
<b>Figura 4</b> - General Laurentino Pinto Filho .....	106
<b>Figura 5</b> - Tenente-Coronel Pedro Pereira Maciel .....	107

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1</b> - Comandantes do 9º Comando da Guarda Nacional de 1885 – 1931.....	48
<b>Tabela 2</b> - População Estimada de Caçapava de 1885 – 1931 .....	50
<b>Tabela 3</b> - Estimativa do Número de Integrantes da Guarda Nacional em Diferentes Períodos .....	58
<b>Tabela 4</b> - Porcentagem dos Principais Oficiais em Cada Profissão nos Anos de 1885-1891	79
<b>Tabela 5</b> - Porcentagem dos Principais Oficiais da Reserva em Cada Profissão no Ano de 1891 .....	79
<b>Tabela 6</b> - Porcentagem dos Oficiais da Guarda Nacional em Cada Profissão no Ano de 1893 .....	81
<b>Tabela 7</b> - Porcentagem dos Oficiais da Guarda Nacional em Cada Profissão nos Anos de 1916-1930 .....	84

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b> - Comandos da Guarda Nacional de 1856-1890 .....	38
<b>Quadro 2</b> - Principais Oficiais da Guarda Nacional em 1885 e suas atividades Profissionais	60
<b>Quadro 3</b> - Lista de Oficiais do 7º Batalhão de Infantaria da Reserva em 1891 .....	62
<b>Quadro 4</b> - Oficiais da Reserva e as Suas Atividades Profissionais em 1891.....	63
<b>Quadro 5</b> - Oficiais da Guarda Nacional Nomeados em 1893 .....	65
<b>Quadro 6</b> - Oficiais da Guarda Nacional e as Suas Atividades em 1893 .....	66
<b>Quadro 7</b> - Intendentes que Faziam Parte da Guarda Nacional .....	70
<b>Quadro 8</b> - Oficiais da Guarda Nacional de 1916-1931.....	71
<b>Quadro 9</b> - Oficiais da Guarda Nacional e Suas Atividades Profissionais em 1916-1930 .....	73
<b>Quadro 10</b> - Classificação dos Oficiais da Guarda Nacional Pelo Sobrenome nos Anos de 1885-1930 .....	87
<b>Quadro 11</b> - Parentescos Comprovados Através dos Mesmos Sobrenomes.....	89

## LISTA DE ABREVIATURAS

G.N – Guarda Nacional

Gen. - General

Cel. – Coronel

Ten. Cel. – Tenente Coronel

Maj. - Major

Cap. – Capitão

Ten. – Tenente

PRR – Partido Republicano Rio-Grandense

PF – Partido Federal

SP – São Paulo

MG – Minas Gerais

RS – Rio Grande do Sul

Gov. – Governador

Dr. – Doutor

Sr. – Senhor

Exmo. – Excelentíssimo

Pres. – Presidente

N.º - Número

v. – Volume

Cap. – Capítulo

Jan. – Janeiro

Fev. – Fevereiro

Mar. – Março

Abr. – Abril

Mai. – Maio

Jun. – Junho

Jul. – Julho

Ago. – Agosto

Set. – Setembro

Out. – Outubro

Nov. – Novembro

Dez. – Dezembro

p. – Página

Ed. - Edição

## **LISTA DE SIGLAS**

HTML - Hypertext Markup Language

HTTP - HyperText Transfer Protocol

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>14</b>
<b>2 A PRODUÇÃO HISTORIOGRÁFICA ACERCA DA GUARDA NACIONAL .....</b>	<b>17</b>
2.1 A Guarda Nacional no Brasil (1831-1922).....	20
2.2 A Guarda Nacional no Rio Grande do Sul (1831-1922) .....	31
2.3 A Guarda Nacional em Caçapava (1885 - 1922).....	45
2.4 Integrantes da Guarda de Caçapava.....	58
<b>3 ANÁLISE DAS PROFISSÕES DOS OFICIAIS DA GUARDA NACIONAL DE CAÇAPAVA .....</b>	<b>77</b>
3.1 Redes de Poder e Alianças na Guarda Nacional de Caçapava: laços familiares, políticos, econômicos e Filosóficos. ....	86
<b>4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>110</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>112</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A Guarda Nacional, criada em 1831, desempenhou um papel fundamental no contexto histórico brasileiro, especialmente entre o final do Império e o início da República. Instituída como força militar e policial, sua função era preservar a ordem interna, apoiar o Exército e fortalecer a autoridade do governo em um período marcado por conflitos e tensões políticas. Este trabalho concentra-se no período de 1885 a 1922, analisando a atuação da Guarda Nacional em Caçapava do Sul, uma cidade estratégica do Rio Grande do Sul, com destaque para sua influência na política local e nas relações de poder regionais.

O objetivo geral desta pesquisa é compreender como a Guarda Nacional impactou a política local em Caçapava do Sul durante esse período. Como objetivos específicos, busca-se identificar os principais atores políticos e militares da cidade, mapear as redes de influência formadas por suas lideranças e analisar as dinâmicas sociais, econômicas e políticas associadas à sua atuação.

A escolha deste tema é justificada pela relevância da Guarda Nacional não apenas como força militar, mas também como um importante ator político, especialmente em localidades como Caçapava do Sul, onde as disputas regionais e os laços entre as elites locais e a instituição moldaram as estruturas de poder. Este recorte temporal abrange um período significativo de transição política no Brasil, do regime imperial para o republicano, momento em que a Guarda Nacional desempenhou um papel central na consolidação da ordem e no reforço das alianças políticas locais.

Além disso, em 2018, comecei a realizar pesquisas sobre minha família e descobri que muitos dos meus antepassados pertenciam à Guarda Nacional. Entre eles, estavam figuras influentes na sociedade caçapavana, como meu tataravô Ten. Cel. Pedro Pereira Maciel e o Ten. João Baptista Adolpho Maciel, seu filho. Pelo lado materno, o meu tataravô, Intendente Cel. Antônio Celso de Campos, que participou da Revolução Federalista em 1893, e foi o Presidente da Comissão Administrativa do Município em 1890. A descoberta de que essas figuras desempenharam papéis significativos na cidade não apenas me proporcionou uma nova perspectiva sobre minha história familiar, mas também despertou um forte sentimento de pertencimento e responsabilidade em preservar e compartilhar essa memória histórica.

Ao investigar sobre a Guarda Nacional, pude aprender mais sobre minha própria história familiar e também ajudar outras pessoas que, assim como eu, buscam informações sobre seus antepassados que fizeram parte dessa instituição. Quando iniciei minhas pesquisas, nem sabia

quem eram os meus familiares paternos antes do Ten. João Baptista Adolpho Maciel. Esse processo de redescoberta foi, portanto, uma jornada de grande aprendizado, que me permitiu não apenas resgatar informações sobre os meus antepassados, mas também entender o impacto deles na formação da sociedade caçapavana.

Alguns dos meus familiares desempenharam papéis importantes não apenas na Guarda Nacional, mas em momentos marcantes da história brasileira. O Cel. Fidêncio Teixeira de Oliveira Filho, bisavô da minha avó paterna, também esteve diretamente envolvido em questões militares, representando o papel ativo de uma geração de militares que marcaram a história local. Outro exemplo é Pedro Pereira Garcia, meu antepassado da sétima geração, que foi combatente da Revolução Farroupilha e Alferes na Guerra do Paraguai. Sua trajetória demonstra o engajamento de minha família nas lutas militares significativas para a formação do Brasil.

No caso de Pedro Pereira Maciel, ele foi casado com Francisca Fausta Adolpho da Fontoura, sobrinha da Baronesa de Viamão, que compartilhava o mesmo nome, e filha de Vasco Adolpho Charão. Era neta dos Sargentos-Mor Antônio Adolpho Charão, que lutou contra os espanhóis e salvou a imagem do Arcanjo São Gabriel, e Damazo dos Santos de Menezes, outro Sargento-Mor, falecido em Caçapava em 1835. Além disso, o avô de Pedro Pereira Maciel, Joaquim Victorino Maciel, foi um dos primeiros Oficiais de Justiça de Caçapava em 1834 e responsável por trazer o sobrenome "Maciel" para a cidade. Essas figuras representam o legado de minha família, que esteve profundamente envolvida na formação política e social da região.

Há muitos nomes de pessoas que, embora tenham contribuído significativamente para a cidade, caíram no esquecimento. Pedro Pereira Maciel é um exemplo: seu nome está registrado em uma rua da cidade, mas sua trajetória histórica permanece desconhecida pela maioria. Ele é um exemplo claro de como figuras fundamentais para o fortalecimento das redes de poder locais não recebem o reconhecimento devido. Meu interesse é justamente contribuir para a história de minha cidade por meio desta pesquisa, dando visibilidade a essas trajetórias esquecidas e restaurando o reconhecimento que essas figuras merecem.

Ao longo de minha formação acadêmica, percebi a relevância da Guarda Nacional na história local, especialmente em Caçapava do Sul, cidade que conheço bem e pela qual tenho um profundo carinho. Ao pesquisar sobre a história da cidade e a atuação da Guarda Nacional, fiquei fascinado pela maneira como as elites locais usaram a instituição para fortalecer suas redes de poder. A descoberta de como esses laços políticos influenciaram diretamente a dinâmica local me levou a compreender mais profundamente a história política do Brasil,

especialmente o contexto de transição entre o Império e a República.

Esta pesquisa me permite não apenas aprofundar meu conhecimento sobre a história política brasileira, mas também compreender as dinâmicas de poder em um contexto específico, muitas vezes negligenciado pela historiografia tradicional. Dessa forma, meu trabalho busca preencher lacunas importantes na história local e nacional, ao mesmo tempo em que resgata a memória de figuras que, embora essenciais, foram esquecidas pelo tempo.

A metodologia empregada combina abordagens qualitativa e quantitativa. A análise qualitativa é utilizada para compreender as relações sociais, políticas e econômicas que moldaram a atuação da Guarda Nacional, por meio de fontes como relatórios oficiais, correspondências e registros históricos. Já a abordagem quantitativa analisa dados como tabelas de composição da Guarda, registros de profissões dos oficiais e percentuais de participação em diferentes atividades, fornecendo um panorama abrangente e detalhado da atuação da instituição em Caçapava do Sul.

Este trabalho está organizado em quatro capítulos. O primeiro apresenta a introdução, delimitando o tema, os objetivos e a justificativa para o estudo. No segundo capítulo, são exploradas as bases historiográficas e a produção acadêmica sobre a Guarda Nacional, contextualizando sua criação e atuação no Brasil e no Rio Grande do Sul. O terceiro capítulo foca na atuação específica da Guarda Nacional em Caçapava do Sul, abordando seus integrantes, as redes de poder e alianças formadas, além da análise de suas atividades profissionais. Por fim, o quarto capítulo reúne as considerações finais, sintetizando os principais achados da pesquisa.

## 2 A PRODUÇÃO HISTORIOGRÁFICA ACERCA DA GUARDA NACIONAL

Este capítulo é dedicado ao estudo da produção historiográfica sobre a Guarda Nacional, com foco nos períodos finais do Império e início da República no Brasil. Criada em 1831, a Guarda Nacional teve um importante papel na manutenção da ordem pública e no controle social, especialmente em um contexto de intensos conflitos internos e tensões sociais.

O autor Bóris Fausto (1995) analisa a criação da Guarda Nacional como uma resposta às tensões sociais e políticas do século XIX, destacando sua função na centralização do poder nas mãos da elite política imperial e seu impacto na segurança pública. José Murilo de Carvalho (2008) complementa essa análise, ao abordar o temor das elites em relação à fragmentação territorial e à falta de confiança nas forças armadas regulares, o que contribuiu para a crescente militarização da segurança pública. Nesse contexto, Emília Viotti da Costa (1999) amplia a discussão ao focar a influência das elites regionais sobre a Guarda Nacional, evidenciando como a descentralização transformou a instituição em um recurso de poder local. Esse processo de descentralização é ainda mais aprofundado por André Fertig (2011, p.71-91), que examina a subordinação da Guarda às autoridades locais e o recrutamento forçado, fatores que afetaram diretamente sua eficácia. Além disso, Fertig também analisa a Guarda Nacional não apenas como uma força militar, mas como uma força policial e uma representação do Império, especialmente no contexto do Rio Grande do Sul, onde sua atuação foi central para o controle das tensões regionais. Assim, esses autores destacam o papel da Guarda Nacional na estrutura política e social da época, seja na centralização do poder, na militarização da segurança ou na consolidação das elites regionais.

Além destes autores mencionados, outros autores são muito importantes para um estudo bem aprofundado: Fernando Uricoechea (1978) explica a legislação que restringiu a atuação da Guarda Nacional, dando destaque para a Lei de 1873, que a rebaixou a um órgão secundário. Essa análise é complementada por Luiz Felipe Alencastro (2000), que, ao abordar o contexto do sistema escravista e das relações internacionais no século XIX, enfatiza o conflito entre o Brasil, que queria manter o tráfico de escravos, e a pressão internacional, especialmente da Inglaterra, para seu fim.

Em relação à função da Guarda Nacional, Aline Goldoni (2009, p.48-71) é muito importante, pois analisa sua importância na manutenção da ordem interna e no fortalecimento do Exército, destacando seu papel como força auxiliar na Guerra do Paraguai (1864-1870), o que refletiu diretamente nas relações de poder dentro das forças armadas. Embora a delimitação

do trabalho seja entre os anos de 1885 a 1922, é essencial que se estude os anos anteriores, principalmente para a contextualização da Guarda no Brasil.

Os autores Sandra da Silva Careli e Luiz Cláudio Knierim (2011,p.65) abordam a ocupação ibérica e as disputas fronteiriças que influenciaram a criação da Guarda Nacional, mostrando a interligação entre esses fatores geopolíticos e a organização da instituição, enquanto David Carneiro (1946) documenta as guerras de independência no sul do continente, destacando a preocupação do governo brasileiro com a integridade territorial, o que reflete o contexto de insegurança que também moldou a atuação da Guarda.

Relatórios criados por Antônio Galvão (1830-1831), presidente da província, relatam sobre como era a segurança pública da época, nos quais destacava a importância da Guarda para o controle da ordem. Esses documentos nos dão luz sobre o passado e são fundamentais para o estudo aprofundado.

A organização da Guarda, tanto na estrutura quanto nas divisões internas, é descrita por Apio Cláudio Beltrão (2021), que apresenta a formação em legiões e batalhões, através disso podemos entender melhor como eram as essas divisões.

Também Tiago Gil e Tasso Fragoso (1939) são autores que contribuem com informações sobre a Revolução Farroupilha (1835-1845), que evidenciam as tensões regionais entre o Rio Grande do Sul e o governo central.

Assim como os autores mencionados acima, Hélio Mariante (1985), por sua vez, analisa a organização militar dos rebeldes durante o movimento, destacando as características da Guarda Nacional Farroupilha.

Outro material rico em conteúdo, é o de Cezar Pires Machado (2011, p.23), porque amplia a compreensão da composição social da Guarda, revelando a diversidade socioeconômica entre seus membros, o que nos traz dados e detalhes.

Júlio Quevedo (2003) oferece uma análise das causas econômicas e sociais que impulsionaram a revolta, descrevendo a economia do Rio Grande do Sul e as tensões entre a elite local e o governo central, contextualizando a atuação da Guarda dentro desse cenário de conflito.

Dessa forma, os autores se complementam ao fornecer uma visão ampla sobre a Guarda Nacional, desde sua legislação e atuação no âmbito nacional até suas implicações regionais e sociais no Rio Grande do Sul.

Com relação a Caçapava do Sul, Fertig (2011, p.71-91) nos ajuda a entender a influência da Guarda na política local do Estado, mas através disso podemos ampliar o estudo local, pois

Fertig destaca sua composição elitista e seu impacto nas relações de poder. Já Tiago Campos (2024) discute o clientelismo que é a troca de favores entre essas elites e a relação entre o poder militar e a política, Richard Graham (1997) também colabora falando sobre o sistema de clientelismo o que nos faz entender melhor.

Nicolau Silveira Abrão (1992) é um autor local, nascido em Caçapava que narra a evolução da cidade e a participação da Guarda em conflitos como a Revolução Farroupilha e a Guerra do Paraguai. Através dos seus livros, obtemos muitos detalhes, inclusive nomes de pessoas e suas funções administrativas. Assim como Abrão (1992), Arnaldo Cassol (1988), é um importante autor caçapavano que detalha o papel da Guarda durante campanhas militares. Os seus livros são fundamentais para o estudo da administração da cidade, fazendo uma parceria com Abrão, juntos se aprofundam e narram os acontecimentos ao longo dos anos.

Arnaldo Cassol (1988) aborda em suas obras a influência da Guarda Nacional na defesa militar da cidade, destacando o papel do Tem. Cel. Manuel Luís da Silva Borges e as relações entre os militares e as elites, o que é extremamente necessário para entender o papel de Caçapava no cenário político e militar da época.

Assim como os autores mencionados acima, ainda há outros que oferecem muito material ampliando a pesquisa:

Sandra Pesavento (1997), historiadora, escritora e intelectual brasileira, traz um panorama histórico da formação da região de Caçapava, que originalmente era ocupada por povos indígenas e localizada em um território disputado entre Espanha e Portugal. E ao mencionar Arlindo Rubert (1956) neste trabalho, complementa as informações sobre a história e as primeiras freguesias de Caçapava, fornecendo uma base para o desenvolvimento da comunidade local.

Outra autora importante é Júlia Mota (2013, p.27) que relata a visita do Imperador Dom Pedro II a Caçapava em 1865, revelando o valor simbólico da cidade para o Império e sua importância política e social, além de fortalecer os laços entre a Guarda Nacional e o poder central. Quando a comitiva real passou pela cidade, ficou durante 14 dias, onde estavam hospedados na casa do Cel. da Guarda Nacional Balthazar Francisco de Bem, que os recebeu juntamente com toda a elite local. E são análises como esta que nos faz entender todas estas relações, e o quanto esta cidade foi importante. Mesmo que seja anterior a pesquisa abordada, contribui para o nosso entendimento com relação a importância da cidade e da Guarda Nacional.

Américo Brasiliense (1978) explica as divisões partidárias em Caçapava, descrevendo

os ideais do Partido Liberal (republicano) e do Partido Conservador (monarquista), refletindo as tensões políticas que influenciavam a população local. Assim como Américo, Joseph Love (1971) também explica sobre os novos partidos que surgiram após a Proclamação da República em 1889. Ele nos dá um panorama sobre como era o Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), e o Partido Federalista (PF). O que é muito importante, porque através disso, conseguimos estudar os conflitos entre as elites que também eram oficiais da Guarda Nacional e tinham divergências políticas.

Em 1893 acontece a Revolução Federalista, e Sandra Pesavento (1983) descreve o conflito, nos dando clareza sobre essas contestações à nova República brasileira, destacando os combates em Caçapava do Sul entre legalistas e maragatos, além dos três partidos políticos predominantes na região. Monica Rossato e Maria Medianeira Padoin (2019, p.14-15) afirmam que os federalistas buscavam autonomia sem questionar a forma republicana, defendendo um projeto republicano que priorizava a liberdade da região frente ao autoritarismo estadual.

Essas análises coletivas ajudam a explicar a estrutura, o funcionamento e a atuação da Guarda Nacional, destacando a importância dos agentes da instituição, especialmente as altas patentes, nas dinâmicas sociais e políticas das regiões. Assim, a Guarda Nacional não atuou apenas como força militar, mas também como um ator político, influenciando decisões locais e estabelecendo redes de clientelismo com as elites. A pesquisa revela como a Guarda evoluiu ao longo do tempo, sua transição para as Polícias Militares após a Proclamação da República e a associação entre o "Coronelismo" e a antiga Guarda Nacional, como já destacado por Fausto (1995).

Nas próximas seções deste capítulo, será aprofundado o estudo sobre o processo histórico de construção, consolidação e funcionamento da Guarda Nacional, assim como será discutida a atuação da Guarda Nacional no período correspondente à transição do regime imperial para o republicano.

## **2.1 A Guarda Nacional no Brasil (1831-1922)**

A Guarda Nacional foi criada pela Lei nº 37.497<sup>1</sup> em 18 de agosto de 1831, durante o Período Regencial do Brasil (1831-1840). Seu objetivo era “defender a Constituição, a Liberdade, e a Integridade do Império; para manter a obediência às Leis, conservar ou

---

<sup>1</sup> BRASIL. Lei nº 37.497, de 18 de agosto de 1831. Disponível em: [Clique aqui](#). Acesso em: 12 ago. 2024.

restabelecer a ordem, e a tranquilidade pública; e auxiliar o Exército de Linha na defesa da fronteira, e costas” (BRASIL, 1831, p.49)<sup>2</sup>. Fausto (1995) ressalta que a instituição surgiu como uma resposta às tensões sociais e políticas do século XIX, refletindo as preocupações das elites locais com a segurança e a estabilidade do Império. Carvalho (2004) complementa essa visão, destacando que “a Guarda Nacional emergiu como uma resposta ao temor de fragmentação do território e à falta de confiança nas forças armadas regulares”.

As milícias brasileiras, representadas mais notavelmente pela Guarda Nacional, possuem suas raízes ideológicas no conceito da "nação em armas", derivado tanto das revoluções americana e francesa quanto de tradições locais e coloniais. Esse conceito reflete o ideal de que a defesa do Estado é uma responsabilidade coletiva de seus cidadãos. Castro (1977), em sua análise, argumenta que esse modelo teve grande importância política e social, especialmente no contexto da Regência e do Império, quando o Brasil buscava consolidar sua independência e nacionalidade.

De acordo com Castro (1977, p.3-7), tanto a Guarda Nacional brasileira quanto a National Guard dos Estados Unidos surgiram como respostas democráticas e antimilitaristas às estruturas tradicionais de exércitos regulares. A inspiração francesa, com a Garde Nationale, também é evidente. A semelhança entre essas forças paramilitares está no esforço de descentralizar o poder militar e torná-lo um instrumento civil. Esse sistema era sustentado por legislações que buscavam balancear a autonomia local e o controle central.

No Brasil, a Guarda Nacional desempenhou um papel político fundamental. Desde sua criação em 1831, a instituição foi utilizada como um mecanismo de controle social e político pelas elites locais. No entanto, a sua democratização inicial, permitindo a inclusão de libertos e camadas populares, foi alvo de críticas e reformulações, especialmente a partir de 1850, quando o poder central assumiu maior controle sobre a nomeação de oficiais (CASTRO, 1977, p.10-12).

Essa estrutura híbrida gerava tensão. Por um lado, a Guarda Nacional era um instrumento da "pacificação" em conflitos internos, como nas revoltas regenciais. Por outro, também foi acusada de fomentar agitações sociais em várias províncias, devido à sua proximidade com as classes populares. Isso ficou evidente na Revolução Praieira e na Cabanagem, quando as milícias participaram de ambos os lados do conflito (CASTRO, 1977, p.11, 12 e 34).

---

<sup>2</sup> BRASIL de Leis Coleção, 1822-1850. Rio de Janeiro, Typ. Nacional, 1887. Disponível em: [Clique aqui](#). Acesso em: 24 jun. 2024.

O contexto histórico da criação da Guarda é marcado por reformas institucionais que buscavam diminuir o poder dos órgãos da Monarquia e reorganizar as forças armadas. O Exército enfrentava dificuldades, como a insatisfação de soldados mal remunerados, que frequentemente se uniam a movimentos populares. Em resposta, a Guarda Nacional foi instituída como um corpo armado composto por cidadãos considerados confiáveis, impondo serviço militar obrigatório a todos os cidadãos com direito a voto, entre 21 e 60 anos (FAUSTO, 1995). Essa estrutura visava garantir a manutenção da ordem local, enquanto enfraquecia o Exército regular.

Embora, inicialmente, os oficiais da Guarda fossem eleitos, essa prática foi rapidamente abandonada, refletindo a centralização do poder e a influência das elites locais na composição e no comando da Guarda. A autonomia das províncias (COSTA, 1999), assegurada pelo Ato Adicional de 1834<sup>3</sup>, permitiu que políticos regionais controlassem a Guarda Nacional, transformando-a em um instrumento de poder local. Essa dinâmica afetou a eficácia da Guarda na manutenção da ordem pública, especialmente em regiões onde a autoridade local era contestada (FAUSTO, 1995).

Este estudo propõe uma análise da eficácia da Guarda Nacional na manutenção da ordem pública e investiga se sua estrutura realmente limitou ou consolidou o poder militar no Brasil. A criação da Guarda foi impulsionada pelo temor de fragmentação territorial e pela desconfiança em relação ao Exército, predominantemente formado por oficiais portugueses. Formulam-se, assim, duas hipóteses: a primeira sugere que a Guarda Nacional, ao assumir funções de policiamento em um contexto de escassez de forças policiais, contribuiu para a militarização da segurança pública, consolidando o poder militar em detrimento do controle civil. A segunda hipótese aponta que a estrutura organizacional da Guarda, subordinada a autoridades civis, pode ter sido insuficiente para garantir uma verdadeira limitação do poder militar, resultando em tensões entre as autoridades civis e militares (FAUSTO, 1995).

A hipótese de que a Guarda Nacional, ao assumir funções de policiamento, contribuiu para a militarização da segurança pública é uma extensão das preocupações que Carvalho levanta sobre o papel do Estado e das instituições armadas na manutenção da ordem. A militarização pode ser vista como uma forma de as elites assegurarem o controle sobre a sociedade, um tema central na obra de Carvalho (2004).

As Guardas foram organizadas em municípios, possibilitando a formação de

---

<sup>3</sup> BRASIL. Ato Adicional de 1834. Disponível em: [Clique aqui](#). Acesso em: 18 out 2024.

companhias mesmo em áreas com poucos cidadãos. A legislação previa a subordinação das Guardas às autoridades civis, assegurando um uso controlado das forças. O serviço era obrigatório, com exceções para militares em atividade e clérigos. Essa obrigatoriedade, juntamente com as isenções para determinados grupos, gerou desigualdades e tensões sociais, afetando a composição e a eficácia das companhias em diferentes regiões (FAUSTO, 1995).

O alistamento na Guarda Nacional era regulado, exigindo registro formal e avaliação por um Conselho de Qualificação. Essa estrutura, embora organizada, frequentemente excluía as camadas mais desfavorecidas da população, resultando em um corpo de Guardas que não refletia a totalidade da sociedade. A Guarda também utilizava o recrutamento forçado como forma de controle social, incorporando homens considerados "vadios" para a defesa da ordem pública (FAUSTO, 1995; FERTIG, 2011).

Com a promulgação da Lei nº 602<sup>4</sup> em 1850, a Guarda Nacional reafirmou sua subordinação ao Ministro da Justiça e limitou sua convocação a situações de guerra ou rebelião. Essa mudança refletiu a perda de autonomia da Guarda, que se tornou um instrumento nas mãos do Estado, buscando consolidar seu poder sobre a segurança interna (FAUSTO, 1995).

A descentralização foi um dos traços marcantes da Guarda Nacional, permitindo que as elites locais exercessem influência direta sobre suas tropas. Essa característica facilitava tanto a manutenção da ordem local quanto a intervenção nas disputas políticas nacionais. Apesar disso, como a autora destaca, as reformas a partir de 1850 consolidaram a Guarda como um braço do poder central, limitando sua atuação autônoma e enfatizando seu papel na manutenção do status quo político e social (CASTRO, 1977, p.33-36).

Além do impacto político, a Guarda Nacional desempenhou um papel econômico importante. Muitos dos seus membros eram provenientes das camadas mais baixas da sociedade, enquanto a oficialidade era ocupada predominantemente pelas elites. Essa dualidade reforçava hierarquias sociais existentes, ao mesmo tempo em que integrava segmentos diversos da sociedade em uma mesma estrutura militar (CASTRO, p.6-8; 33-35).

A Lei nº 2395<sup>5</sup>, de 1873, buscou integrar a Guarda ao sistema militar, estabelecendo regras e punições parecidas com as do Exército, enquanto as funções de polícia passaram a ser realizadas por órgãos administrativos sob supervisão do governo (URICOECHEA, 1978). Essa

---

<sup>4</sup> BRASIL. Lei nº 602, de 19 de setembro de 1850. Dá nova organização à Guarda Nacional do Império. Disponível em: [Clique aqui](#). Acesso em: 12 agosto. 2024.

<sup>5</sup> BRASIL. Lei nº 2395, de 10 de setembro de 1873. Altera a Lei nº 25, de 9 de novembro de 1864, que organiza a Guarda Nacional do Império.

mudança indicou a diminuição da atividade da Guarda, que só poderia ser chamada em situações excepcionais, resultando na perda de suas funções anteriores. A diminuição das chamadas para treinamento e inspeção pode ter contribuído para o aumento da criminalidade nas áreas onde a Guarda atuava, já que sua presença era essencial para manter a ordem (FAUSTO, 1995).

A questão da manutenção da unidade territorial do Brasil após a Independência é complicada, especialmente devido às rebeliões provinciais e às incertezas sobre o poder central, que mostravam que essa unidade não era garantida. Historiadores concordam que a unidade do Brasil surgiu da resolução de conflitos com força e habilidade dos governantes, além de esforços para criar um Estado centralizado. No entanto, a ideia de que as províncias poderiam se fragmentar sempre foi considerada menos provável do que a continuidade da unidade. Fausto (1995) afirma que a elite política imperial, que era bastante homogênea, teve melhores condições para formar um Estado nacional. Essa homogeneidade vinha da educação e das profissões em comum, já que a maioria da elite tinha ensino superior, sendo uma "ilha de letrados em um mar de analfabetos".

Heinz (2011), complementa essa análise ao destacar que, para aqueles que não possuíam diploma universitário, havia oportunidades de ascensão política como Deputado Provincial, além de cargos em esferas locais, como Juiz de Paz, Delegado de Polícia e Vereador. Essa realidade permitiu que pessoas sem formação superior participassem da política, contribuindo para a formação de uma liderança mais diversificada em nível local, o que, por sua vez, fortaleceu a estrutura política do país.

Além disso, a presença de magistrados na elite política contribuiu para essa homogeneidade, refletindo interesses e objetivos comuns. Assim, essa elite, apesar de não representar a totalidade da população, conseguiu implementar uma política de centralização que garantiu a unidade do país (FAUSTO, 1995).

Alencastro (2000) oferece outra perspectiva, destacando o papel central do sistema escravista e das relações internacionais no século XIX. Ele enfatiza o conflito entre o Brasil, que queria manter o tráfico de escravos, e a Inglaterra, que pressionava por seu fim. O Brasil, como única monarquia na América do Sul, representava uma garantia de estabilidade em meio ao crescente republicanismo. O sistema escravista era vital para a economia das principais províncias, e as elites temiam romper com o Império devido à possível retaliação britânica. Assim, um Império centralizado era visto como a melhor maneira de lidar com a questão do tráfico de escravos sem gerar grandes conflitos (ALENCASTRO, 2000).

As visões de Fausto (1995) e Alencastro (2000), mostram como a questão da unidade do Brasil é complexa, cada uma trazendo pontos importantes. A elite aproveitou as limitações do sistema escravista para manter a integridade do Império, enquanto o cenário internacional e as pressões externas também foram decisivos. Ambas as explicações se complementam para entender a manutenção da unidade do Brasil.

Os partidos políticos da época, como o Conservador e o Liberal, consolidaram-se na década de 1830 como oposições, embora muitos contemporâneos vissem neles uma diferença ideológica e social sutil, marcada por rivalidades pessoais. Os "saquaremas", conservadores, e os "luzias", liberais, refletiam uma luta pelo poder que envolvia não apenas questões ideológicas, mas também interesses pessoais e clientelistas (FAUSTO, 1995)<sup>6</sup>.

A política brasileira, nesse período, era caracterizada por disputas não apenas por ideais, mas também por prestígios e benefícios pessoais. Os políticos frequentemente trocavam de partido e de posições, e as eleições eram marcadas por práticas violentas e manipulações. O "código do cacete", por exemplo, garantiu a permanência dos liberais no governo por meio de intimidações e coerções (FAUSTO, 1995).

Costa (2010, p.161) afirma que:

De fato, ambos os partidos recorriam a todo tipo de manobras políticas para manter-se no poder, e a fraude eleitoral era prática muito difundida. Na época de eleições, os gabinetes demitiam os funcionários e presidentes de província leais à oposição, criavam distritos eleitorais (paróquias) onde tinham amigos e aboliam os controlados pelos seus adversários. Perseguiam os que votavam na oposição, ameaçando-os com o recrutamento, enquanto recompensavam os aliados com empregos, promoções e sinecuras. O gabinete mobilizava a Guarda Nacional para intimidar a oposição, forçando os votantes a permanecerem em casa no dia da eleição. Quando tudo isso falhava, recorriam à violência. Os eleitores da oposição eram frequentemente expulsos das igrejas onde deveriam votar. As urnas eram roubadas e reapareciam recheadas com um número muito maior de votos do que se podia esperar dos eleitores registrados. Às vezes, até mesmo urnas eram trocadas. Toda essa luta pelo poder, no entanto, tinha mais a ver com a competição entre facções do que com conflitos ideológicos fundamentais.

As divisões entre os partidos estavam também ligadas a questões de centralização e descentralização do poder. Durante a década de 1860, os liberais levantaram bandeiras por maior representação política e liberdade, propondo eleições diretas em grandes cidades e reformas no Senado. Essa nova configuração política refletia uma insatisfação com o modelo

---

<sup>6</sup> O Partido Conservador, ativo no Brasil Império, defendia a centralização do poder, o fortalecimento da autoridade imperial e a preservação do sistema escravista. Com apoio das elites agrárias, alternou-se no poder com os Liberais durante o Segundo Reinado. Perdeu influência após a Abolição da Escravatura em 1888, e o fim do Império em 1889. O Partido Liberal no Brasil Império queria mais autonomia para as Províncias e algumas mudanças no Governo. Apesar de apoiar a escravidão, era mais flexível do que o Partido Conservador. Ele foi importante até a Proclamação da República, quando perdeu força.

vigente e uma demanda por mudanças que, em última análise, influenciariam a atuação da Guarda Nacional nas questões de segurança pública (FAUSTO, 1995).

Assim, a Guarda Nacional não apenas desempenhou um papel fundamental na manutenção da ordem no Império, mas também se tornou um reflexo das complexas dinâmicas políticas e sociais do Brasil do século XIX. Sua evolução ao longo do tempo evidencia as interações entre a política local, as demandas das elites e as necessidades de segurança pública, revelando as tensões entre o poder militar e as autoridades civis (FAUSTO, 1995).

Durante a Guerra do Paraguai, que ocorreu entre 1864 e 1870, a Guarda Nacional teve um papel significativo, embora secundário em relação ao Exército brasileiro. Com a intensificação das exigências militares, muitos integrantes da Guarda foram convocados para atuar como reforços nas linhas de frente. Essa convocação surgiu da necessidade de aumentar as forças armadas do Brasil, que enfrentavam dificuldades para mobilizar adequadamente seu Exército regular.

Em 21 de janeiro de 1865, um decreto do governo imperial convocou 15 mil guardas nacionais, divididos em cotas por províncias. Esses homens seriam utilizados para fortalecer o Exército em operações contra o Paraguai no sul do Brasil (GOLDONI, 2009). Essa mobilização da Guarda Nacional evidenciou a percepção do governo sobre a importância desse corpo militar não apenas na manutenção da ordem interna, mas também como um componente vital no esforço bélico.

A participação da Guarda Nacional na Guerra do Paraguai não apenas ressaltou sua relevância, mas também iluminou as relações de poder entre os diferentes componentes das forças armadas brasileiras.

Como observou Goldoni (2009):

A participação da Guarda Nacional na Guerra do Paraguai evidenciou a importância do corpo militar na manutenção da ordem interna e no apoio ao Exército, além de destacar as relações de poder entre os diferentes componentes das forças armadas brasileiras.

Essa dinâmica se refletiu na atuação da Guarda, que, embora não fosse a força principal, contribuiu para o esforço de guerra e legitimou sua presença e importância no contexto militar do Brasil.

Fausto (1995) também analisa essa situação, afirmando que a Guarda Nacional foi convocada não apenas em resposta às necessidades do Exército, mas como parte de uma estratégia mais ampla do governo imperial para consolidar sua autoridade e mobilizar a sociedade em torno da causa nacional. Essa abordagem militarizada teve implicações

importantes na política brasileira, uma vez que a mobilização da Guarda Nacional ampliou seu papel nas dinâmicas de controle social e militarização da segurança pública, refletindo a interconexão entre a política e as forças armadas durante um período de conflito.

Assim, a atuação da Guarda Nacional na Guerra do Paraguai revela a complexidade das interações entre as instituições militares e civis, evidenciando tanto sua importância no contexto do conflito quanto as limitações que enfrentou. A experiência da Guarda durante a guerra teve repercussões duradouras para a estrutura militar e a política brasileira, levando a uma reavaliação do papel das forças armadas e da necessidade de reformas que garantissem maior eficácia na mobilização e atuação das tropas em futuros conflitos.

A análise do papel da Guarda Nacional na crise do Império e no golpe que depôs Dom Pedro II revela a complexidade das relações sociais e políticas do Brasil no final do século XIX. Criada em 1831 como uma força de apoio ao governo, a Guarda começou a mostrar fissuras em sua lealdade à monarquia, especialmente diante da crescente insatisfação popular e dos conflitos sociais.

A crise do Segundo Reinado (1870-1889) foi marcada por tensões significativas, como os conflitos entre o governo imperial, a Igreja e o Exército. A abolição da escravidão, tema central dessa crise, acentuou as divisões entre diferentes grupos sociais.

Fausto (1995) destaca que “a abolição da escravatura foi um processo gradual, e a resistência dos escravos e o movimento abolicionista começaram a ganhar força, complicando ainda mais a situação do governo”. Nesse contexto, a Guarda Nacional, inicialmente encarregada de manter a ordem, começou a se envolver em disputas políticas que refletiam as divisões da sociedade.

Composta em sua maioria por membros da classe média e pequenos proprietários, a Guarda se sentiu ameaçada pelas mudanças sociais e pela ascensão do republicanismo, que defendia maior representação política e o fim da escravidão. Fausto explica que o republicanismo, que emergiu entre 1870 e 1889, era composto principalmente por “profissionais liberais e jornalistas, que ligavam a República a direitos individuais e ao fim do regime escravista” (FAUSTO, 1995). Essa nova dinâmica criou um espaço de tensão em que a Guarda Nacional, ao invés de ser um pilar de sustentação do Império, começou a se fragmentar em grupos favoráveis e contrários às mudanças prometidas pela República.

As controvérsias sobre a escravidão e as alforrias, que representavam uma possibilidade de liberdade para muitos, intensificaram o descontentamento social. Fausto afirma que “no final do período colonial, os libertos representavam 42% da população de origem africana, e a partir

de 1872, essa porcentagem aumentou para 73%” (FAUSTO, 1995). Evidenciando como a transição para um novo modelo de sociedade estava em andamento, incapacidade do governo em gerenciar essas mudanças resultou na perda de apoio das instituições que sustentavam a monarquia, incluindo a própria Guarda Nacional, que passou a se ver mais como um ator político do que um mero mantenedor da ordem.

As tensões entre a Igreja e o Estado também impactaram a dinâmica política, resultando em conflitos que se refletiram nas ruas. Fausto menciona que “o conflito começou a ser resolvido após um arranjo entre as partes, mas as tensões permaneceram e impactaram a política” (FAUSTO, 1995). Essa instabilidade reforçou a ideia de que o Império estava perdendo o controle sobre suas instituições. Com a crescente insatisfação, a Guarda Nacional começou a se alinhar com os militares, que já demonstravam uma postura mais crítica em relação ao governo.

Fausto (1995) observa que “os oficiais do Exército passaram a se expressar mais como militares do que como políticos” (FAUSTO, 1995), refletindo a crescente desconfiança em relação ao governo e a necessidade de reformas. Essa mudança de postura foi importante na organização do golpe que depôs Dom Pedro II, com os militares e membros da Guarda Nacional se unindo a forças republicanas emergentes.

Assim, a Guarda Nacional não apenas tentou manter a ordem, mas também se tornou um reflexo das profundas mudanças sociais e políticas do Brasil da época. A insatisfação com a monarquia, as divisões sociais geradas pela abolição da escravidão e os conflitos com a Igreja e o Exército culminaram em um ambiente propício para o golpe de 1889. Portanto, a Guarda Nacional, que inicialmente era um pilar do Império, transformou-se em parte das forças que impulsionaram a transição para a República, contribuindo para o desmantelamento da estrutura monárquica e a ascensão de um novo regime.

A transição do Império para a República no Brasil, marcada pela Proclamação em 15 de novembro de 1889, envolveu uma complexa reestruturação política e social, com a Guarda Nacional assumindo um papel central nesse processo. Segundo Fausto (1995), “os anos que se seguiram à Proclamação da República foram marcados por incertezas políticas”, e a Guarda tornou-se um elemento importante nesse cenário de rivalidades entre diferentes grupos políticos.

Após a promulgação da Constituição de 1891, que estabeleceu uma República federativa e liberal, a supervisão da Guarda foi transferida para o Ministério da Justiça, conforme disposto na Lei nº 23, de 30 de outubro de 1891. Essa mudança intensificou a centralização do controle governamental e gerou desconfiança entre os membros da Guarda e a população. Fausto (1995) observa que “a nova ordem republicana exigia um modelo de

controle civil robusto", o que impôs um novo papel à Guarda Nacional, que inicialmente foi criada para a manutenção da ordem durante o Império.

Durante esse período, a Guarda Nacional enfrentou desafios significativos. Ela se viu em um dilema entre manter a ordem pública e atender às novas demandas de um governo que exigia um controle civil mais eficaz. O autor destaca que "os anos iniciais da República foram caracterizados por uma crise de legitimidade das instituições", o que refletiu nas operações da Guarda e em sua relação com a população. Enquanto os militares buscavam um governo forte e centralizado, a Guarda se encontrava em um processo de reconfiguração, onde sua eficácia estava em xeque.

A dinâmica entre a Guarda Nacional e os Estados federados também se alterou. A nova Constituição permitiu que as províncias organizassem suas próprias forças, criando um ambiente propenso a conflitos de interesse e disputas de poder. Fausto ressalta que "as províncias mais poderosas, como São Paulo e Minas Gerais, utilizavam a Guarda Nacional para consolidar suas posições políticas", evidenciando a complexidade das relações de poder na nova ordem republicana. A rivalidade entre os republicanos gaúchos, liderados por Júlio de Castilhos, e as forças políticas de SP e MG refletia não apenas disputas regionais, mas também visões divergentes sobre o futuro do Brasil republicano.

Os desafios enfrentados pela Guarda Nacional nesse novo contexto eram múltiplos. Segundo Fausto (1995), "os oficiais do Exército passaram a se expressar mais como militares do que como políticos", indicando uma mudança na relação da Guarda com o governo republicano. A instituição buscava reafirmar sua legitimidade em um cenário em que as rivalidades internas entre os militares e as diversas facções republicanas exigiam uma nova abordagem para a segurança pública.

A adaptação da Guarda Nacional às novas realidades políticas e sociais do Brasil republicano destacou não apenas as tensões internas da própria instituição, mas também as dificuldades que a nova República enfrentava para se afirmar em um contexto de profundas transformações. O dilema da Guarda exemplificava a tensão entre as aspirações de um governo central forte e a necessidade de atender às demandas de segurança pública em um ambiente marcado por rivalidades regionais e desconfiança mútua. Fausto (1995), enfatiza que "a forma como a Guarda se adaptou a essa nova realidade não apenas refletiu as tensões internas da República, mas também iluminou os desafios de consolidar um novo regime em um país que buscava definir sua identidade política e social após a queda da Monarquia".

Assim, a história da Guarda Nacional durante a Primeira República é emblemática das

complexas relações de poder que marcaram essa fase da política brasileira, destacando a necessidade de um equilíbrio entre controle centralizado e autonomia regional, um tema que continuaria a reverberar ao longo da história do Brasil.

A dissolução formal da Guarda Nacional em 1918, decretada pelo presidente Wenceslau Braz por meio do Decreto nº 13.040<sup>7</sup>, marcou o fim de uma instituição que desempenhou um papel fundamental na história militar e política do Brasil. Esse decreto reorganizou a Guarda, integrando suas funções ao Exército Nacional de 2ª Linha, o que modificou profundamente a estrutura de segurança do país. Embora extinta formalmente, a Guarda Nacional ainda participou de eventos históricos, como o desfile do Centenário da Independência em 1922, e suas últimas regulamentações foram oficializadas em 1940, com o Decreto-lei nº 2.749<sup>8</sup>, promulgado pelo presidente Getúlio Vargas, que abordava a cassação das patentes de seus oficiais.

A dissolução da Guarda Nacional representou uma transição significativa, tanto para a ordem pública quanto para a organização militar do Brasil. Ao incorporar suas funções ao Exército, o governo consolidou o papel das Forças Armadas como a principal força de segurança nacional, o que não apenas fortaleceu o poder militar, mas também reduziu a diversidade das forças de segurança locais. Essa centralização aumentou a relevância política do Exército e, de certa forma, intensificou a desconfiança popular em relação às instituições governamentais, pois a dependência do aparato militar cresceu, diminuindo o papel de forças mais locais e descentralizadas, como a Guarda Nacional.

Desde sua criação em 1831, a Guarda Nacional teve um papel relevante nas dinâmicas sociais e políticas do Brasil. A instituição, além de atuar como força de segurança pública, também refletiu as tensões entre as elites locais e o governo central, sendo utilizada por líderes regionais, como os coronéis, para consolidar seu poder em áreas específicas do país. Durante o período da Primeira República, por exemplo, a Guarda Nacional era amplamente controlada pelos coronéis, que, por meio do clientelismo, exerciam grande influência sobre os eleitores locais. Fausto (1995) define essa fase como a "República dos Coronéis", um termo que evidencia a importância desses líderes na estrutura de poder regional e nacional (Fausto, 1995).

Assim, o fim da Guarda Nacional em 1918 encerrou um ciclo importante da história militar brasileira, que, por quase um século, havia servido como um ponto de equilíbrio entre o

---

<sup>7</sup> BRASIL. Decreto nº 13.040, de 29 de maio de 1918. Organiza o Exército Nacional de 2ª Linha e disciplina suas missões e serviços. Disponível em: [Clique aqui](#). Acesso em: 12 de agosto de 2024.

<sup>8</sup> BRASIL. Decreto-lei nº 2.749, de 6 de novembro de 1940. Disponível em: [Clique aqui](#). Acesso em: 12 ago. 2024.

poder central e as elites regionais. Sua extinção e posterior formalização em 1940, por Getúlio Vargas (1882-1954), consolidaram uma nova etapa para as Forças Armadas e para a segurança pública, com um aumento da centralização e profissionalização, especialmente nas mãos do Exército Brasileiro. No entanto, a influência da Guarda Nacional permaneceu como legado nas políticas e práticas de segurança pública, mesmo após sua dissolução definitiva.

## **2.2 A Guarda Nacional no Rio Grande do Sul (1831-1922)**

Durante as primeiras décadas do século XIX, o Rio Grande do Sul vivia um contexto geopolítico complexo, marcado pela luta na independência das repúblicas vizinhas, como a Argentina e o Uruguai, além de tensões constantes com as potências coloniais que ameaçavam a soberania nacional (CARELI, KNIERIM, 2011). As revoluções e as guerras de independência que ocorriam na região sul do continente despertavam preocupações sobre a integridade territorial do Brasil e a possibilidade de que movimentos separatistas influenciassem a população local (CARNEIRO, 1942). Neste cenário de instabilidade, a criação de postos da Guarda Nacional no Rio Grande do Sul se revelou fundamental para garantir a ordem pública e proteger as fronteiras do país (GALVÃO, 1831). A Guarda Nacional foi estabelecida em 1831, como uma resposta às demandas por segurança e controle social, promovendo a organização militar em nível local e envolvendo cidadãos que, sob a liderança de elites locais, contribuíam para a defesa da nação (BRASIL, 1831)<sup>9</sup>.

Diante desse contexto, nesta seção buscaremos responder à seguinte questão: como a Guarda Nacional atuou na política e na sociedade do Rio Grande do Sul durante as tensões geopolíticas do século XIX? O objetivo é analisar a estrutura e o funcionamento da Guarda Nacional, bem como o papel que seus membros desempenharam nas relações de poder da época. Ao situar o funcionamento das complexas dinâmicas sociais e políticas do período, este estudo busca desenvolver uma compreensão mais aprofundada da importância dessa instituição na formação da identidade regional e na manutenção da soberania nacional, contribuindo para um entendimento mais amplo do papel das instituições militares na história do Brasil.

A Guarda Nacional do Rio Grande do Sul foi criada em 1831, durante um período em que o poder do governo imperial estava se tornando mais forte. Isso refletia as relações complicadas entre os interesses locais e o governo central, que ficava no Rio de Janeiro.

---

<sup>9</sup> BRASIL. Lei nº 37.497, de 18 de agosto de 1831. Disponível em: [Clique aqui](#). Acesso em: 12 ago. 2024.

Segundo Fertig (2011), a sociedade no Rio Grande do Sul era rural, “sustentada pela pecuária e produção de charque”, e tinha uma forte presença militar. Esse cenário levou a vários conflitos, como a Guerra da Cisplatina (1825-1828) e a Revolução Farroupilha (1835-1845), que mostraram as tensões políticas e sociais da época. Essas tensões afetaram o papel da Guarda Nacional, que tentava mediar entre o governo central e as necessidades locais. Assim, podemos pensar que a centralização do poder do governo imperial fortaleceu a Guarda Nacional em algumas províncias, mas também causou resistência e descontentamento entre as elites locais, o que ajudou a criar conflitos.

Beltrão (2021, p.22) afirma que:

Os guardas nacionais eram organizados por municípios e formavam por legiões compostas de batalhões, seções de batalhão, companhias e seções de companhia de infantaria, bem como de regimentos, esquadrões, companhias e seções de companhia de cavalaria; previa-se, ainda, a possibilidade de serem criados companhias, batalhões ou corpos de artilharia.

Na primeira dimensão, como força policial, a Guarda Nacional atuava na manutenção da ordem interna por meio do recrutamento forçado, uma prática utilizada para incorporar homens considerados "vadios" ou "turbulentos", vistos como ameaças à ordem pública. Fertig (2011) aponta que o serviço na milícia era visto como uma forma de "correção moral", tanto no controle social quanto na preservação da ordem. A milícia também desempenhava papéis como escolta de criminosos, repressão de revoltas de cativos e captura de escravos fugitivos, consolidando seu papel na defesa da ordem escravista.

Um exemplo ilustrativo mencionado em uma carta<sup>10</sup> sobre um menor recrutado para a Guarda Nacional em 1866, sob a justificativa de afastá-lo da má influência de sua família. O Comandante Superior de Porto Alegre, Luis Manoel, argumentou que a incorporação do menor à Guarda seria um benefício para ele e para a moral pública, protegendo-o de um ambiente familiar corrompido.

O presidente da província, Galvão (1830), destacou uma grave situação de insegurança pública em seu relatório, mencionando o alto índice de crimes, como roubos e assassinatos. Ele atribuía parte do problema à ineficiência dos juízes de paz e à falta de apoio militar. Na vila de Santo Antônio da Patrulha, homens armados atacavam moradores, evidenciando a seriedade da situação. Galvão (1830), defendia a presença militar para restaurar a ordem e fortalecer a autoridade judicial.

---

<sup>10</sup> AHRS, CSGN de Porto Alegre e São Leopoldo, 28/04/1866, maço 27.

Um ano mais tarde, Galvão (1831) apresentou um novo relatório pedindo medidas urgentes ao império para restabelecer a ordem. O governo respondeu com leis em junho e julho do mesmo ano, reconhecendo a necessidade de ações para enfrentar a crise. Ele destacou que o número de membros da Guarda Nacional havia aumentado para mil e que uma Junta de Paz foi instalada, sinalizando esforços coordenados para lidar com a insegurança.

O relatório de 1831 também apontava um aumento significativo nos delitos, revelando a incapacidade dos Juízes de Paz em controlar a criminalidade. A Guarda Nacional, devidamente organizada, deveria fornecer mais recursos aos juizes. A lei de alistamento de 19 de agosto já estava em execução e apresentava efeitos positivos, e Galvão (1831) sugeria a criação de uma junta permanente para resolver problemas relacionados a crimes (BRASIL, 1831)<sup>11</sup>.

Galvão (1831) também abordou que, a defesa das fronteiras, contava com pouca proteção. A província enfrentava agressões frequentes de indígenas, necessitando empregar o Regimento da 23ª Cavalaria da Guarda Nacional para proteger as propriedades (GALVÃO, 1831).

Fertig (2011), categoriza a atuação da Guarda Nacional em três áreas principais: sua função como força policial para garantir a ordem interna, seu papel como força militar em conflitos externos e na proteção das fronteiras, e sua representação do Império na afirmação do Estado brasileiro. Além disso, a Guarda desempenhava funções de defesa da ordem, como escoltar criminosos e reprimir revoltas de escravos. Após a aprovação da Lei Eusébio de Queirós em 1850, que proibiu o comércio externo de escravos, a Guarda foi mobilizada para impedir desembarques ilegais na costa da província (BRASIL, 1850)<sup>12</sup>.

Sobre os membros da Guarda Nacional, Machado (2011), revela que havia mais de cem tipos de profissões exercidas pelos integrantes da Guarda no Rio Grande do Sul. Entre as profissões encontradas estão: açougueiro, administrador, advogado, agente de correio, agricultor, agrimensor, alfaiate, armeiro, artista, barbeiro, caixeiro, calafate, campeiro, carpinteiro, carreteiro, comerciante, curador, desenhador, farmacêutico, ferreiro, fazendeiro, juiz, marceneiro, médico, professor, entre outros.

Além dessas, também foi identificado o termo "filho-família", que se referia a indivíduos maiores de dezoito anos que trabalhavam com suas famílias e dependiam da renda

---

<sup>11</sup> BRASIL. Lei nº 37.497, de 18 de agosto de 1831. Disponível em: [Clique aqui](#). Acesso em: 12 ago. 2024.

<sup>12</sup> BRASIL. Lei nº 581, de 4 de setembro de 1850. Regula a liberdade dos escravos. *Diário Oficial da União*, 4 set. 1850. Disponível em: [Clique aqui](#). Acesso em: 19 out. 2024.

dos pais. Esse termo, que fazia parte das diretrizes gerais para a Guarda Nacional, foi classificado como "indeterminado" em alguns registros onde as informações eram ilegíveis. (MACHADO, 2011).

Em 1835, ocorreu a Revolução Farroupilha, também conhecida como a Guerra dos Farrapos (1835-1845), conflito armado que durou 10 anos. O termo "farrapos" foi utilizado de forma pejorativa pelos opositores para se referir aos combatentes, embora muitos líderes do movimento, como Bento Gonçalves, fossem da elite estancieira, proprietários de grandes fazendas de gado. A região do Rio Grande do Sul apresentava características peculiares em relação ao restante do Brasil, em grande parte devido à sua proximidade com o Uruguai e suas conexões econômicas e sociais com o mundo platino. A economia gaúcha era fortemente dependente da criação de gado e da produção de charque, que era consumido principalmente pela população pobre e pelos escravos de outras regiões do país. Os estancieiros criavam gado na fronteira com o Uruguai, enquanto os charqueadores estabeleciam suas indústrias no litoral, em cidades como Pelotas e Rio Grande (QUEVEDO, 2003, p.44).

As queixas contra o governo central brasileiro eram antigas e se baseavam na alta taxa sobre os produtos gaúchos e na remessa de fundos da província para cobrir despesas de outras regiões. As reivindicações por maior autonomia, ou até mesmo separação, eram frequentes tanto entre conservadores quanto liberais. A criação da Guarda Nacional, com cargos eletivos, também descontentou os estancieiros, que já possuíam exércitos particulares (FAUSTO, 1995).

A Guarda Nacional foi importante durante a Revolução Farroupilha, seu funcionamento refletiu as tensões e dinâmicas do período. Sob o comando dos Farroupilhas, a milícia apresentava características distintas em relação à Guarda Nacional legalista ou imperial.

Segundo Mariante (1985), a "organização das tropas rebeldes realmente esteve submetida às dificuldades do período", destacando que "as tropas Farroupilhas nunca foram um Exército regular e organizado. Sua função era a guerrilha" (MARIANTE, 1985, p.60). Essa afirmação evidencia a falta de uma estrutura formal nas tropas, que se mobilizava de maneira irregular e autônoma, conforme a necessidade da guerra.

Uma característica marcante da Guarda Nacional Farroupilha foi a sua restrição em relação à inclusão de negros. Apesar da abolição do critério censitário para alistamento, os negros libertos ou vendidos não tiveram acesso amplo à milícia. Um decreto de abril de 1838 estabelecia que os Juizes de Paz e os Chefes de Polícia seriam responsáveis pelo alistamento, mas a desorganização que imperava levou à marginalização dessas autoridades. Os oficiais da

Guarda Nacional frequentemente assumiam a responsabilidade pelo recrutamento, buscando fortalecer suas tropas e consolidar seu poder entre os líderes farroupilhas. Isso gerava uma competição entre os comandantes, que muitas vezes desejavam "aumentar a sua força entre os demais líderes farroupilhas, objetivando, quem sabe, a ditadura" (MARIANTE, 1985, p.60).

As modificações na estrutura da Guarda Nacional foram impulsionadas não apenas pelas exigências da luta, mas também pelas posturas individuais de alguns líderes. Mariante (1985), menciona que muitos abusos ocorreram fora do âmbito das autoridades políticas farroupilhas, influenciados por decisões dos oficiais com poder militar. As transformações, como a extinção do critério censitário e a diminuição da idade mínima para se alistar, podem ser vistas como "a institucionalização de ações que já poderiam estar sendo realizadas pelos oficiais quase autônomos no âmbito dos distritos" (MARIANTE, 1985, p.60).

O conflito foi marcado por batalhas lideradas, no lado Farroupilha, por figuras como Bento Gonçalves e Giuseppe Garibaldi. Em 1838, os rebeldes proclamaram a República de Piratini, com Bento Gonçalves como Presidente. A república funcionou de fato, incentivando a criação de gado e a exportação de charque e couros. O governo central tentou sufocar a revolta através de combates e concessões, como a imposição de uma taxa sobre a carne salgada importada do Prata, que competia com o charque gaúcho. Em 1842, Caxias foi nomeado Presidente da Província e, com uma combinação de força militar e negociação, conseguiu pacificar a região. Em 1845, a paz foi assinada, concedendo anistia aos revoltosos e integrando os oficiais farroupilhas ao Exército brasileiro.

Embora haja controvérsias sobre o desejo dos Farrapos de se separar do Brasil, um consenso entre os rebeldes era a autonomia do Rio Grande do Sul. A continuidade da Guarda Nacional na República Rio-Grandense levanta questões sobre o ideal federativo do Estado Farroupilha. Apesar de a Guarda Nacional não ter sido extinta, sua regulamentação passou por profundas mudanças, sugerindo que a Revolução Farroupilha buscou uma identidade própria, desvinculando-se do Brasil central. O autor sugere que a "Revolução Farroupilha foi tão brasileira que até mesmo em suas instituições civis-militares ela deixou de estar ligada ao Brasil como um todo" (MARIANTE, 1985, p.60).

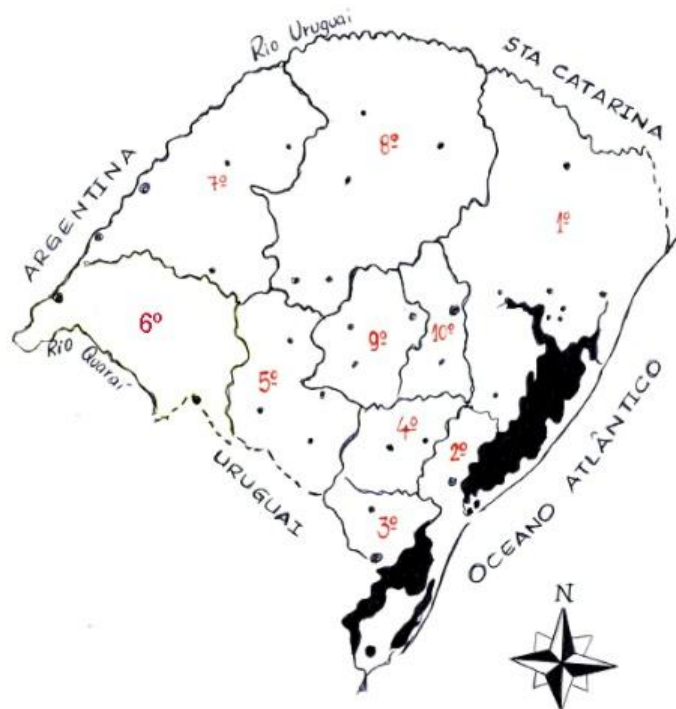
Esse conflito também teve impacto na política externa brasileira, especialmente nas relações com o Uruguai e a Argentina, levando a uma coalizão contra o líder argentino Juan Manuel de Rosas, culminando na vitória brasileira na Batalha de Monte Caseros em 1852. Como destaca Fausto (1995), "a Revolução Farroupilha foi um dos mais significativos movimentos de contestação política do Brasil do século XIX, refletindo a luta por autonomia e

a complexidade das relações regionais" (FAUSTO, 1995).

Segundo Paniagua (2012), em 1850, o Império Brasileiro buscou disciplinar e organizar a Guarda Nacional como uma força paramilitar descentralizada, cujas lideranças locais estavam frequentemente ligadas às elites políticas regionais. A Guarda Nacional foi estruturada em comandos superiores que abrangiam múltiplos municípios, permitindo aos seus comandantes exercerem considerável controle sobre as instituições locais, incluindo os colégios eleitorais.

Abaixo, temos o mapa com os 10 comandos superiores da Guarda Nacional no Rio Grande do Sul:

**Figura 1 - Mapa dos Comandos da Guarda Nacional do Rio Grande do Sul em 1856**



Fonte: PANIAGUA, Edson Romario Monteiro. A Construção da Ordem Fronteiriça: Grupos de Poder e Estratégias Eleitorais na Campanha Sul-Rio Grandense (1852-1867). São Leopoldo, 2012. Tese (Doutorado em História). Curso de Pós-Graduação em História. Universidade do Vale do Rio dos Sinos.p.352.

No mapa as cidades que correspondem aos comandos são: 1º Comando Superior (Porto Alegre, São Leopoldo, Triunfo, Taquari, Santo Antonio e Vacaria); 2º Comando Superior (Rio Grande, São José do Norte e Pelotas); 3º Comando Superior (Jaguarão); 4º Comando Superior (Piratini); 5º Comando Superior (Bagé e São Gabriel); 6º Comando Superior (Quarai, Livramento, Alegrete e Uruguaiana); 7º Comando Superior (São Borja e Itaqui); 8º Comando Superior (Cruz Alta); 9º Comando Superior (Caçapava e Cachoeira); 10º Comando Superior

(Rio Pardo e Encruzilhada).

Segundo Paniagua (2012) os Comandantes Superiores da Guarda Nacional, como o Brigadeiro David Canabarro, usaram sua posição para fortalecer aliados e enfraquecer adversários políticos. Através da promoção de oficiais leais e da exclusão de opositores, Canabarro consolidou sua liderança na fronteira oeste, garantindo o controle sobre os processos eleitorais. A eleição primária de 30 de dezembro de 1860, por exemplo, foi marcada pela manipulação política direta, resultando na vitória de vinte eleitores alinhados a Canabarro.

Essa rede de poder foi fundamental para a formação do Partido Liberal na região, que enfrentava forte resistência de famílias conservadoras, como os Ribeiro de Almeida. Os conflitos entre esses grupos eram exacerbados pela divisão interna da Guarda Nacional, que refletia as tensões políticas regionais. A fragmentação da Guarda, por sua vez, limitava sua eficácia como instituição de segurança e consolidava seu papel como ferramenta política (PANIAGUA, 2012, p.353).

Paniagua (2012) também explora as estratégias eleitorais utilizadas para consolidar o poder político. Os colégios eleitorais serviam como espaços de articulação política onde redes familiares, econômicas e sociais eram mobilizadas para garantir vitórias eleitorais. A Guarda Nacional desempenhou um papel fundamental nesse processo, pois seus oficiais frequentemente ocupavam posições-chave nos colégios eleitorais. Essa interação entre a estrutura da Guarda Nacional e os mecanismos eleitorais permitiu que líderes como Canabarro influenciassem diretamente os resultados das eleições provinciais e gerais (PANIAGUA, 2012, p.214-220).

A articulação política promovida pela Guarda Nacional era caracterizada por práticas como fraude, coerção e violência, que eram comuns nas eleições do período. Esses métodos não apenas garantiam a vitória de grupos específicos, mas também moldavam a cultura política local, consolidando o domínio das elites sobre as instituições representativas. A correspondência entre Canabarro e outros líderes políticos da região, analisada na tese, ilustra como as redes de poder eram mantidas e expandidas por meio de favores e alianças estratégicas (PANIAGUA, 2012, p.336-340).

Os colégios eleitorais, no contexto do Império Brasileiro, surgiram como parte de um sistema eleitoral indireto inspirado no modelo francês revolucionário, onde os votantes primários elegiam delegados que, por sua vez, escolhiam os representantes políticos. Esse sistema foi implementado a partir de 1824 e evoluiu ao longo das décadas seguintes. Inicialmente, o eleitorado se reunia em paróquias, que formavam a unidade básica do processo

eleitoral, antes de se organizarem em círculos e, posteriormente, em distritos eleitorais (PANIAGUA, 2012, p.218-220).

A função dos colégios eleitorais era essencialmente decidir a composição política das Câmaras Provinciais e da Assembleia Geral. Esses colégios serviam como a instância onde os votos dos eleitores qualificados eram consolidados e onde se decidia a escolha final dos Deputados e Senadores. A formação dos colégios eleitorais refletia a estrutura geográfica e política da região, com divisões baseadas em paróquias e distritos. Por exemplo: no Rio Grande do Sul, o sistema inicial de círculos foi substituído por distritos eleitorais em 1860, promovendo uma nova dinâmica política e redistribuição do poder entre diferentes localidades (PANIAGUA, 2012, p.235-236).

Entre 1856 e 1860, as eleições para a Câmara dos Deputados foram organizadas por círculos eleitorais, mas com a reforma de 1860, esses foram agrupados em distritos maiores, permitindo uma melhor articulação entre diferentes regiões. As paróquias se tornaram o núcleo básico dos colégios eleitorais, e a centralização dos votos em localidades específicas, como Alegrete ou Caçapava, destacava o papel político das vilas e cidades mais influentes. Esses colégios passaram a ter uma função estratégica para as disputas políticas, muitas vezes envolvendo manipulações e práticas de coerção para garantir o controle eleitoral (PANIAGUA, 2012, p.243-256).

A seguir temos um quadro com os Comandos da Guarda Nacional no Rio Grande do Sul com os principais acontecimentos e mudanças:

**Quadro 1 - Comandos da Guarda Nacional de 1856-1890**

<b>Ano</b>	<b>Comandos da Guarda Nacional</b>	<b>Mudanças</b>
1856	Porto Alegre, São Leopoldo, Triunfo, Taquari, Santo Antônio e Vacaria; Rio Grande, São José do Norte e Pelotas; Jaguarão; Piratini; Bagé e São Gabriel; Quaraí, Livramento, Alegrete e Uruguaiana; São Borja e Itaqui; Cruz Alta; Caçapava e Cachoeira; Rio Pardo e Encruzilhada.	-
1864	Separação de Caçapava do comando de Cachoeira, tornando-se uma comarca independente.	Caçapava tornou-se independente de Cachoeira.
1873	Porto Alegre; São Leopoldo; Rio Pardo; Cachoeira do Sul; Caçapava; Alegrete; Uruguaiana; São Borja; Santa Maria da Boca do Monte; Santana do Livramento.	Aumento de comarcas para reorganização regional.
1885	Porto Alegre; Viamão; Santa Cristina dos Pinhais; Triunfo; Taquary; Rio Pardo; Cachoeira; Caçapava; São Gabriel; Santa Maria; Bagé; Alegrete e Uruguaiana; São Borja; Itaqui; Cruz Alta; Santo Ângelo; Passo Fundo; Soledade; Livramento.	Inclusão de novas localidades e reorganização administrativa.
1886	Porto Alegre; Pelotas; Rio Grande; Santa Vitória do Palmar; Alegrete; Uruguaiana; São Gabriel; Rio dos Sinos; Passo Fundo; Piratini; Bagé; Cachoeira; Caçapava; Itaqui; São Leopoldo; Taquary; São João do Cahy; Jaguarão; Triunfo; Nossa Senhora da Oliveira; Encruzilhada; Camaquã; Santa Maria da Boca do	Inclusão de novas cidades como Rio dos Sinos, Piratini, São João do Cahy, entre outras.

	Monte; Livramento; Cruz Alta; Santo Ângelo; Rio Pardo; São Borja; Dom Pedrito; Viamão; Soledade; Santa Cristina do Pinhal.	
1887	Porto Alegre; Pelotas; Rio Grande; Santa Vitória do Palmar; Alegrete; Uruguaiana; São Gabriel; Rio dos Sinos; Passo Fundo; Piratini; Bagé; Cachoeira; Caçapava; Itaqui; São Leopoldo; Taquary; São João do Cahy; Jaguarão; Triunfo; Nossa Senhora da Oliveira; Encruzilhada; Camaquã; Santa Maria da Boca do Monte; Livramento; Cruz Alta; Santo Ângelo; Rio Pardo; São Borja; Dom Pedrito; Viamão; Soledade; Santa Cristina do Pinhal.	Continuidade das comarcas sem mudanças significativas.
1888	Porto Alegre; Pelotas; Rio Grande; Santa Vitória do Palmar; Alegrete; Uruguaiana; São Gabriel; Rio dos Sinos; Passo Fundo; Piratini; Bagé; Cachoeira; Caçapava; Itaqui; São Leopoldo; Taquary; São João do Cahy; Jaguarão; Triunfo; Nossa Senhora da Oliveira; Encruzilhada; Camaquã; Santa Maria da Boca do Monte; Livramento; Cruz Alta; Santo Ângelo; Rio Pardo; São Borja; Dom Pedrito; Viamão; Soledade; Santa Cristina do Pinhal.	Continuidade das comarcas sem mudanças significativas.
1889	Porto Alegre; Pelotas; Rio Grande; Santa Vitória do Palmar; Alegrete; Uruguaiana; São Gabriel; Rio dos Sinos; Passo Fundo; Piratini; Bagé; Cachoeira; Caçapava; Itaqui; São Leopoldo; Taquary; São João do Cahy; Jaguarão; Triunfo; Nossa Senhora da Oliveira; Encruzilhada; Camaquã; Santa Maria da Boca do Monte; Livramento; Cruz Alta; Santo Ângelo; Rio Pardo; São Borja; Dom Pedrito; Viamão; Soledade; Santa Cristina do Pinhal.	Continuidade das comarcas sem mudanças significativas.
1890	Porto Alegre; Pelotas; Rio Grande; Santa Vitória do Palmar; Alegrete; Uruguaiana; São Gabriel; Rio dos Sinos; Passo Fundo; Piratini; Bagé; Cachoeira; Caçapava; Itaqui; São Leopoldo; Taquary; São João do Cahy; Jaguarão; Triunfo; Nossa Senhora da Oliveira; Encruzilhada; Camaquã; Santa Maria da Boca do Monte; Livramento; Cruz Alta; Santo Ângelo; Rio Pardo; São Borja; Dom Pedrito; Viamão; Soledade; Santa Cristina do Pinhal.	Criação de novos comandos em Itaqui, Santo Ângelo e São Borja em 1892; Camaquã tornou-se comando independente em 1895.

Fonte: Elaboração própria, com base no cruzamento de dados entre os Relatórios dos Presidentes das Províncias dos anos de 1956-1890.

Percebemos no quadro acima, que ao longo dos anos houve várias divisões formando novos comandos, para que a Guarda Nacional tivesse melhor organização o que faz parte de um processo contínuo de reorganização administrativa e adaptação às necessidades regionais. Em 1856, os comandos abrangiam grandes áreas e múltiplos municípios, com estruturas mais centralizadas. A separação de Caçapava do comando de Cachoeira, em 1864, marcou um passo importante para maior autonomia local.

O ano de 1873 trouxe um aumento significativo no número de comarcas, como Santa Maria da Boca do Monte e Santana do Livramento, mostrando um esforço de descentralização. Em 1885, novas localidades foram incorporadas, como Viamão e Santa Cristina dos Pinhais, refletindo o crescimento populacional e a importância estratégica dessas regiões.

Entre 1886 e 1889, a expansão continuou com a inclusão de cidades como Rio dos Sinos, Piratini e São João do Cahy, embora a estrutura dos comandos permanecesse estável. Já em 1890, ocorreram reorganizações importantes, incluindo a criação de novos comandos em Itaqui, Santo Ângelo e São Borja, além de Camaquã tornar-se comando independente em 1895. Essas

mudanças demonstram o esforço constante para adequar a Guarda Nacional às demandas administrativas e políticas da época.

Em uma segunda divisão feita por Fertig (2011), a Guarda Nacional do Rio Grande do Sul destacou-se como força militar entre 1850 e 1873, atuando ativamente em conflitos como as guerras contra Oribe e Rosas (1851-1852), e na Guerra do Paraguai (1864-1870). O conflito contra Oribe e Rosas foi uma parte de uma complexa luta pelo poder na região do Rio da Prata, marcada por tensões entre facções políticas locais e interesses externos.

Sob a presidência de Oribe (1843–1851), o Uruguai enfrentava a oposição dos colorados, que contavam com o apoio de Juan Manuel de Rosas (1829-1832), Governador da Província de Buenos Aires. A situação se complicou com a intervenção de forças brasileiras, que enviaram tropas ao Uruguai para apoiar os colorados na luta contra Oribe. Nesse contexto, a Guarda Nacional, criada para a manutenção da ordem interna e a defesa do Império, mobilizou um número significativo de soldados para reforçar as forças brasileiras e combater os aliados de Oribe.

Durante esses conflitos, a Guarda Nacional não apenas fortaleceu a posição dos colorados, mas também reafirmou seu papel militar, destacando-se como uma força respeitável na região. Fertig (2011) aponta que a participação da Guarda nessas guerras foi fundamental para a implementação da política externa do Império e para a construção de uma identidade nacional no Rio Grande do Sul, aumentando sua legitimidade e solidificando sua importância nas dinâmicas políticas da época.

A atuação da Guarda Nacional contra Oribe e Rosas resultou na vitória dos colorados, levando à deposição de Oribe e à ascensão de um governo alinhado com os interesses brasileiros. Segundo Cervo (1981), essa vitória teve repercussões significativas, pois consolidou a influência do Brasil na região e garantiu a proteção dos cidadãos brasileiros com propriedades no Uruguai. Tamae (2020), acrescenta que a deterioração das relações entre o Império do Brasil e a Confederação Argentina, intensificada por questões de interesse regional e alianças políticas, preparou o terreno para a Guerra contra Oribe e Rosas, que buscava reverter a instabilidade na região platina.

Esse período foi um marco na história da Guarda, preparando-a para futuros conflitos, como a Guerra do Paraguai (1864-1870), onde sua experiência e efetivos seriam novamente mobilizados em defesa do Império. A participação da Guarda Nacional nos conflitos de 1851 e 1852 estabeleceu-a como uma força central na militarização da política e nas dinâmicas da região nas décadas seguintes. Ferreira (2006) enfatiza a relevância do papel da Guarda na

manutenção da ordem e na defesa dos interesses do Império na região platina.

Em 1864, ocorreu a Guerra do Paraguai<sup>13</sup>, e a Guarda Nacional esteve presente ao reforçar o Exército Imperial. O contingente destacado somava 17.808 homens, além de cerca de 1.500 na guarnição da fronteira. Conforme Gonzaga (GONZAGA, 1865), Presidente da Província, somente em 1865, cerca de 2.400 guardas nacionais marcharam de Porto Alegre para o Paraguai. Apesar das limitações, como a falta de treinamento e equipamento adequado, a atuação da Guarda Nacional foi fundamental para a defesa do território brasileiro e para o fortalecimento das tropas nas frentes de batalha.

A terceira dimensão da atuação da Guarda Nacional, destacada por Fertig (2011), foi como símbolo do Império do Brasil. A milícia era utilizada para reforçar a identificação dos cidadãos rio-grandenses com o Estado imperial, tanto por meio do recrutamento forçado quanto pelos discursos de autoridades locais. Essas autoridades exaltavam a lealdade e o patriotismo dos guardas, promovendo um sentimento de dever ao Estado. O uso do uniforme e a participação em eventos oficiais também desempenhavam um papel simbólico importante, representando a adesão à Monarquia.

No entanto, a atuação da Guarda Nacional também estava inserida em uma cultura política clientelista, onde coronéis e líderes locais utilizavam a milícia como instrumento de poder pessoal, favorecendo aliados e perseguindo inimigos. José Ignácio da Silva Ourives e David Canabarro são exemplos de comandantes que manipulavam a Guarda para controlar processos eleitorais e garantir benefícios políticos. Assim, a Guarda Nacional no Rio Grande do Sul, além de suas funções militares e policiais, tornou-se um meio de articulação entre os interesses locais e o poder imperial, contribuindo para a construção do Estado nacional e a consolidação da ordem interna (FERTIG, 2011).

Segundo Heinz (2011), os oficiais da Guarda Nacional também podiam ocupar cargos políticos significativos, o que facilitava o encaminhamento de pedidos e a concessão de favores. A principal função desses cargos era conectar suas comunidades com a capital, atuando como intermediários e, assim, captando recursos financeiros, como terras, escravos e animais, além

---

<sup>13</sup> A Guerra do Paraguai (1864-1870), ou Guerra da Tríplice Aliança, segundo Fausto (1995), foi um conflito entre o Paraguai e a aliança formada por Brasil, Argentina e Uruguai. A diferença conceitual sobre a Guerra do Paraguai está nas versões do conflito. Na versão tradicional brasileira, o conflito é visto como uma agressão expansionista do Paraguai, liderado por Solano López (1827 – 1870), que buscava ampliar seu território. Já na versão paraguaia, o conflito é interpretado como uma invasão de potências vizinhas (Brasil, Argentina e Uruguai) contra um pequeno e independente Paraguai. Uma explicação mais recente sugere que o conflito foi impulsionado por disputas geopolíticas, com o Paraguai tentando se defender da crescente influência de seus vizinhos, especialmente no controle dos rios da região.

de bens imateriais, como prestígio social e cargos de influência. Dessa forma, integravam a elite local e, além das altas patentes na Guarda Nacional e dos cargos políticos, muitos obtinham rendimentos de outras profissões, sendo Advogados, Engenheiros ou grandes Proprietários de Terras. Para aqueles sem diploma, havia oportunidades para se tornarem Deputados Provinciais, ocupar cargos em paróquias, atuar como Juizes de Paz, Delegados de Polícia ou Vereadores.

Quando o Gen. Osório assumiu o Ministério da Guerra em 1878, suas primeiras ações foram beneficiar amigos e familiares. Ele nomeou seu genro como vice-presidente da província, seu filho mais velho como deputado, e seu cunhado como Comandante da Guarda Nacional e diretor do Banco da Província (HEIZ, 2011).

A Guarda também serviu como símbolo do Império, promovendo um sentimento de identificação entre os cidadãos. Sua interdependência com as elites locais foi evidente na repressão a resistências escravas, colaborando com proprietários para garantir a ordem social (FERTIG, 2010).

Em 1873, a Lei nº 2.395, de 10 de setembro de 1873, promoveu importantes mudanças na estrutura e funcionamento da Guarda Nacional do Império do Brasil, adaptando-a às necessidades do período e buscando maior eficiência e controle. Entre as alterações mais significativas, está a limitação do uso da Guarda Nacional, que passou a ser convocada apenas em casos de guerra externa, rebelião, sedição ou insurreição. Isso reflete uma tentativa de restringir o uso da força militar em questões civis, priorizando o fortalecimento das forças policiais locais, uma vez que, até então, a Guarda Nacional era amplamente utilizada para manter a ordem interna e reprimir revoltas populares (BRASIL, 1873)<sup>14</sup>.

Sobre isso, Uricoechea (1978, p. 196) afirma que:

Após essa mudança, essas funções seriam preenchidas por instituições policiais administradas burocraticamente e controladas pelo Estado. Esse período marcou o início da desmobilização da Guarda Nacional.

A lei também concedeu maior autonomia aos Presidentes de Províncias, permitindo que convocassem a Guarda em situações de urgência, sem precisar consultar o governo central, e, em caso de extrema necessidade, as autoridades policiais locais poderiam requisitar o auxílio da Guarda. Essas mudanças indicam uma tendência de descentralização do poder militar, atribuindo maior responsabilidade às autoridades provinciais e municipais em questões de

---

<sup>14</sup> BRASIL. Lei nº 2395, de 10 de setembro de 1873. Altera a Lei nº 25, de 9 de novembro de 1864, que organiza a Guarda Nacional do Império.

segurança pública.

Outra mudança importante foi a racionalização do serviço ativo, com a redução da idade máxima para qualificação de 40 anos, transferindo os mais velhos para a reserva. A reunião da Guarda foi limitada a uma vez por ano para exercícios e revista, exceto em períodos eleitorais, visando minimizar custos e evitar a influência política. Além disso, a uniformização da Guarda foi padronizada em todo o Império, simplificando os trajes e reduzindo os gastos com manutenção.

O governo também foi autorizado a reduzir o quadro de oficiais ao mínimo necessário, uma medida que busca racionalizar a administração e os custos da instituição. No entanto, regiões de fronteira com Estados vizinhos continuariam a seguir um regime especial, mantendo uma maior atuação da Guarda Nacional devido às possíveis ameaças externas.

Por fim, a lei destinou os recursos de impostos pessoais, selos e emolumentos das patentes da Guarda Nacional para financiar as despesas com as forças policiais provinciais, promovendo uma descentralização do financiamento e permitindo que as províncias gerissem melhor seus próprios sistemas de segurança. Essas mudanças refletem uma tentativa de modernizar a Guarda Nacional, ajustando seu papel de forma mais eficiente e menos custosa ao Governo Imperial.

Segundo Heinz (2011), com a Proclamação da República em 1889, a Guarda Nacional começou a perder prestígio e relevância. A nova ordem republicana buscava modernizar as Forças Armadas e centralizar o controle da segurança pública, o que resultou na gradual desativação da Guarda. Suas funções foram progressivamente absorvidas pelas Polícias Militares, criadas pelo Decreto nº 1, de 15 de novembro de 1889 (BRASIL, 1889)<sup>15</sup>. Esse decreto permitiu que cada estado formasse suas próprias forças, o que diminuiu a influência da Guarda Nacional, enquanto as novas Polícias Estaduais passaram a se encarregar do policiamento e o Exército ficou responsável pela defesa externa.

O fortalecimento das Polícias Militares chamou a atenção do governo central, resultando em debates sobre seu controle, particularmente na Constituição de 1934. A Revolução Constitucionalista de 1932 também evidenciou o papel dessas polícias, que resistiram ao Exército em diversos confrontos. Hoje, a Constituição Federal permite que a União legisle sobre as Polícias Militares, mantendo um nível de supervisão sobre essas instituições (SILVA, 2014).

Em 1918, com a revogação da Lei de Organização da Guarda Nacional pelo Decreto nº

---

<sup>15</sup> DECRETO nº 1, de 15 de novembro de 1889. Disponível em: [Clique aqui](#). Acesso em: 4 out. 2024.

13.040, o processo de desmantelamento dessa força foi formalizado. A Guarda, que já não cumpria seu papel original, foi oficialmente extinta, marcando a transição de um modelo de segurança baseado em forças locais para um enfoque mais centralizado e profissionalizado (BRASIL, 1918)<sup>16</sup>.

Durante a transição do Império para a República, a Guarda Nacional, que era outrora uma força importante, tornou-se obsoleta, refletindo as profundas transformações políticas e sociais que moldaram o Brasil moderno. Fausto (1995, p.263) alerta, entretanto, que o "Coronelismo" e a expressão "República dos Coronéis", frequentemente associados aos Coronéis da antiga Guarda Nacional, podem gerar equívocos. Ele explica que o "Coronelismo", relacionado à Primeira República, é uma forma de "Clientelismo", um fenômeno sociopolítico mais amplo, baseado em desigualdades sociais, que variava conforme a região, a origem e o poder das elites locais, bem como o grau de dependência das classes dominadas.

Leal (1976), em sua obra *Coronelismo, Enxada e Voto*, conceitua o coronelismo como um fenômeno político peculiar que se caracteriza pela adaptação de formas de poder privado a um regime representativo, em um contexto de estrutura econômica e social inadequada. Esse sistema, mais complexo do que uma simples sobrevivência de práticas de poder privado da era colonial, é descrito como uma troca de proveitos entre o poder público em fortalecimento e os líderes locais, especialmente grandes proprietários rurais, cuja influência política e econômica está em decadência. É essa dinâmica de compromisso que sustenta o coronelismo como um fenômeno intrinsecamente ligado à estrutura agrária brasileira e à organização social do interior do país (LEAL, 1976, p.35).

O autor também enfatiza que o coronelismo não é um fenômeno exclusivamente local ou isolado. Ele descreve o sistema como uma rede de interdependência que conecta município, estado e União, com os Coronéis atuando como intermediários entre os interesses locais e o poder Estadual e Federal. Nesse arranjo, os Coronéis garantem apoio político incondicional aos candidatos oficialistas, em troca da autonomia para administrar os municípios de acordo com seus interesses, o que inclui nomear funcionários e controlar serviços locais (LEAL, 1976, p. 45).

Além disso, Leal (1976, p.35) analisa as consequências políticas do coronelismo, como o falseamento do voto, o clientelismo e a desorganização dos serviços públicos locais. Ele argumenta que o poder público, ao invés de combater o poder privado, acaba por reforçá-lo ao

---

<sup>16</sup> BRASIL. Decreto nº 13.040, de 29 de maio de 1918. Organiza o Exército Nacional de 2ª Linha e disciplina suas missões e serviços. Disponível em: [Clique aqui](#). Acesso em: 12 de agosto de 2024.

depende do apoio político dos Coronéis para garantir a governabilidade. Na página 49 ele diz que esse apoio é essencial em um regime representativo de sufrágio amplo, onde a maioria do eleitorado está no campo, em condições de dependência direta dos líderes locais (LEAL, 1976, p.49). Na página 53, observa que o coronelismo, embora sustentado por práticas de poder privado, é um fenômeno que só existe em função do regime representativo e da organização político-administrativa brasileira (LEAL, 1976, p.53).

Por fim, o autor destaca que o coronelismo não é um fenômeno estático, mas sim dinâmico, refletindo mudanças na estrutura econômica e social do país. Ele argumenta que a decadência dos Coronéis está relacionada à modernização da economia rural, à urbanização e à centralização do poder público. No entanto, enquanto as condições de dependência econômica e social persistirem no interior do Brasil, o coronelismo continuará a existir de forma adaptada às novas realidades políticas e econômicas (LEAL, 1976, p.61).

Esse sistema, como descrito por Leal (1976), é emblemático das tensões entre modernização e tradição no Brasil, evidenciando como formas antigas de poder podem persistir e se adaptar em contextos políticos contemporâneos.

A despeito da perda de suas funções policiais, a Guarda Nacional resistiu durante os primeiros anos da República, sendo extinta nas primeiras décadas do século XX. Contudo, os autores divergem sobre a data exata de sua dissolução, sugerindo a necessidade de uma análise legislativa mais aprofundada.

### **2.3 A Guarda Nacional em Caçapava (1885 - 1922)**

Este capítulo tem o objetivo de analisar a atuação da Guarda Nacional na política local de Caçapava do Sul, especialmente entre 1885 a 1922, um período marcado por transformações significativas nas dinâmicas sociais e políticas da cidade. Através deste estudo, será problematizado e analisado a influência desta instituição militar na política local e na manutenção da hierarquia social.

Para realizar este estudo, utilizarei uma variedade de fontes que contribuirão para a construção de uma análise detalhada. Farei uso de jornais, que contêm notícias da época e podem fornecer informações contextuais e relatos de acontecimentos importantes. Também empregarei anuários, que apresentam nomes e profissões, permitindo uma compreensão mais precisa sobre os indivíduos e suas atividades durante o período estudado.

Além disso, farei uso de perfis de genealogia encontrados no Family Search (2024), que

contém cópias de documentos e certidões, além de fotografias, oferecendo dados sobre as famílias, suas origens e conexões ao longo do tempo. A análise de cartas também será essencial, uma vez que esses documentos podem revelar relações pessoais, eventos cotidianos e a visão de quem vivia na época.

Para embasar a pesquisa, utilizarei ainda livros históricos da cidade, que oferecem uma visão mais ampla sobre o contexto político, social e econômico da região. Essas fontes históricas fornecem indícios valiosos sobre as mudanças que ocorreram ao longo dos anos e os principais acontecimentos que marcaram a cidade e seus habitantes. Com o auxílio dessas fontes, será possível realizar uma análise aprofundada e detalhada sobre o tema proposto.

A Guarda Nacional, com sua composição composta em grande parte por membros da elite local, desempenhou um papel significativo não apenas na manutenção da ordem, mas também na articulação e na definição das relações de poder dentro do município (FERTIG, 2011).

O Município de Caçapava do Sul, localizado na região do Sul do Brasil, possui uma história rica e complexa, caracterizada por intensos conflitos e por sua posição estratégica durante diversas guerras e revoluções. A cidade, que se destacou durante a Revolução Farroupilha (1835-1845), e a Guerra do Paraguai (1865-1870), viu na Guarda Nacional uma força fundamental para a estabilização de sua política interna. A atuação da Guarda Nacional na região refletiu as interações entre o Poder Militar e as Elites Políticas, estabelecendo uma rede de clientelismo que consolidou a influência da Guarda na governança local (CAMPOS, 2024).

O autor Graham (1997), também diz que o clientelismo é uma prática política baseada em relações pessoais, onde ocorrem trocas de favores. Nesse sistema, quem detém o poder como um líder ou "Coronel", oferece auxílio ou proteção, muitas vezes por meio de cargos ou outros benefícios, em troca de lealdade. Esse conceito tem como base uma importante teoria sobre relações de poder e dependência (GRAHAM, 1997).

Neste contexto, é essencial compreender como a Guarda Nacional atuou como um intermediário entre as elites e a população, moldando a estrutura de poder e a hierarquia social em Caçapava do Sul. A pesquisa buscará identificar os principais agentes e as dinâmicas de poder que emergiram durante esse período, bem como as implicações da atuação da Guarda Nacional nas transformações políticas e sociais da cidade.

A história de Caçapava do Sul é marcada por um rico contexto de disputas territoriais entre Espanha e Portugal, surgindo em uma região considerada "terra-de-ninguém" entre os rios

Jacuí e Camaquã. Segundo Pesavento (1997, p.7), essa terra era povoada por indígenas.

Conforme Abrão (1992), a passagem do domínio para os luso-brasileiros em 1777 estabeleceu a "paragem de Cassapava", um acampamento militar que, ao longo do tempo, se transformou em um centro de colonização impulsionado pela construção de ranchos e currais, frequentado por tropeiros e bandeirantes. Vicente Venceslau Gomes de Carvalho foi o primeiro proprietário de sesmarias<sup>17</sup>, vendendo-as a Francisco de Oliveira Porto em 1792. A construção de uma capela em 1800 e a elevação da localidade a vila em 1831 foram marcos significativos que consolidaram a identidade da comunidade (ABRÃO, 1992, p.12; RUBERT, 1956).

Durante a Revolução Farroupilha, Caçapava destacou-se como um cenário importante de batalhas e estratégias. A figura do Ten. Cel. Manuel Luís da Silva Borges, que comandava o Regimento de Lanceiros de Caçapava, é lembrada por sua coragem. A transferência da capital da Revolução Farroupilha para Caçapava em janeiro de 1839 consolidou ainda mais a sua importância política, com eventos marcantes como a instalação do Governo e a celebração do Hino Oficial.

Arnaldo Luiz Cassol (1988, p.79) afirma que:

Caçapava era considerada o maior baluarte imperial na campanha rio-grandense. Estava defendida por 549 soldados da ativa, apoiados por 13 bocas-de-fogo, além da Guarda Nacional e voluntários civis, comandados pelo coronel Crisóstomo da Silva.

A cidade foi cercada pelos Republicanos em 1837, culminando em sua rendição após dias de tensão. Esse cerco não apenas marcou a história militar, mas também moldou a identidade de Caçapava como um centro de resistência na luta pela liberdade e pela república (ABRÃO, 1992, p.31).

Segundo Abrão (1979, p.21), Caçapava do Sul nasceu como uma cidade fortificada, não apenas por sua localização estratégica, mas também pela construção de obras de defesa, como o Forte Dom Pedro II. Em 1848, o General Francisco José de Souza Soares de Andréa (Barão de Caçapava), temendo invasões, mandou construir um quartel e cercar a área urbana com fortificações, projetadas para abrigar um exército de vinte mil homens em caso de conflito. O forte, com formato hexagonal e paredes de até 10 metros de altura, foi um esforço significativo para assegurar a defesa da localidade e, apesar de sua construção ter sido interrompida em 1856, ele resiste ao tempo e atualmente é preservado no Parque da Fonte do Mato.

A Guarda Nacional de Caçapava esteve presente durante toda essa trajetória, segundo

---

<sup>17</sup> Entendia-se por sesmaria um território de três léguas por uma légua, perfazendo um total de 13.068 hectares. (Determinação régia de 07 de dezembro de 1697). (LESSA, 2002, p.49).

Cassol (1988), oferecendo suporte essencial à milícia local nas diversas batalhas que ocorreram ao longo do período. Desde sua formação, os oficiais da Guarda, compostos pela elite local, não apenas atuaram nas frentes de combate, mas também influenciaram as decisões políticas da cidade, refletindo a intersecção entre poder militar e civil. Essa conexão entre a Guarda Nacional e a política local reforçou o papel de Caçapava como um bastião de resistência e liderança, contribuindo para a sua história rica e multifacetada.

De acordo com Paniagua (2012, p.352), em 1850, o Governo Imperial Brasileiro implementou medidas para organizar a Guarda Nacional como uma força paramilitar descentralizada, diretamente influenciada pelas elites políticas regionais. A estrutura da Guarda Nacional era composta por Comandos Superiores, cada um englobando diversos municípios, o que conferia aos seus líderes um significativo poder político e administrativo, especialmente no controle dos processos eleitorais.

A partir de 1864, Caçapava do Sul deixou de integrar o comando de Cachoeira e foi elevada à condição de comarca independente, passando a sediar o 9º Comando da Guarda Nacional, o que reforçou sua importância estratégica e administrativa na região.

A seguir temos um quadro com os Comandantes da Guarda Nacional ao longo dos anos:

**Tabela 1 - Comandantes do 9º Comando da Guarda Nacional de 1885 – 1931**

Nome	Patente	Anos
Plácido Gonçalves Meirelles <sup>18</sup>	Coronel	Início não identificado - 1885
Manoel Dias Ferreira <sup>19</sup>	Coronel	1885 - 1887
Cargo Vago	-	1888
Balthazar de Bem e Canto <sup>20</sup>	Tenente-Coronel	1889 - 1891
Manoel José Lobato <sup>21</sup>	Coronel	1891 - 1893
Romão Mariano Xavier <sup>22</sup>	Coronel	1893 – Morto em combate em 1893
Balthazar de Bem e Canto <sup>23</sup>	Coronel	1898 - 1903
Coriolano Alves de Oliveira e Castro <sup>24</sup>	Coronel	1903
Tancredo Pereira Maciel <sup>25</sup>	Tenente-Coronel	Agosto de 1903

<sup>18</sup> RIO GRANDE DO SUL (Província). Relatório apresentado ao Presidente da Província pelo Exmo. Sr. Dr. José Júlio de Albuquerque Barros em 19 de setembro de 1885.

<sup>19</sup> RIO GRANDE DO SUL (Província). Relatório apresentado ao Presidente da Província pelo Exmo. Sr. Dr. José Júlio de Albuquerque Barros em 19 de setembro de 1885.

<sup>20</sup> A FEDERAÇÃO: Órgão do Partido Republicano (RS). Ano 1891, edição 00217 (1). Disponível em: [Clique Aqui](#). Acesso em: 21 dez. 2024.

<sup>21</sup> A FEDERAÇÃO: Órgão do Partido Republicano (RS). Cel. Manoel José Lobato, 1891-1893. Ano 1891, edição 00289 (1). Disponível em: [Clique Aqui](#). Acesso em: 21 dez. 2024.

<sup>22</sup> ABRÃO, Nicolau da Silveira. História do Município de Caçapava do Sul. p.16.

<sup>23</sup> A FEDERAÇÃO: Órgão do Partido Republicano (RS). Ano 1903, edição 00186 (1). Disponível em: [Clique Aqui](#). Acesso em: 21 dez. 2024.

<sup>24</sup> A FEDERAÇÃO: Órgão do Partido Republicano (RS). Ano 1903, edição 00187 (1). Disponível em: [Clique Aqui](#). Acesso em: 21 dez. 2024.

<sup>25</sup> A FEDERAÇÃO: Órgão do Partido Republicano (RS). Ano 1903, edição 00188 (1). Disponível em: [Clique Aqui](#). Acesso em: 21 dez. 2024.

Balthazar de Bem e Canto <sup>26</sup>	Coronel	1910 - 1926
Coriolano Alves de Oliveira e Castro <sup>27</sup>	Coronel	1926 - 1931 (dissolução da Guarda Nacional)

Elaboração Própria, a partir do cruzamento de dados do Almanak Laemmert: Administrativo, Mercantil e Industrial (RJ) - 1885 a 1931, com as informações encontradas no Jornal A Federação: Órgão do Partido Republicano (RS) - 1884 a 1937.

De acordo com Abrão (1992, p.38), a Guarda Nacional também teve participação em um evento marcante: a Guerra do Paraguai. Durante a visita do Imperador Dom Pedro II, que chegou a Caçapava em 11 de agosto de 1865, em direção a Uruguaiana, o Imperador e sua comitiva ficaram hospedados na residência do Coronel da Guarda Nacional Balthazar Francisco de Bem<sup>28</sup>, permanecendo na cidade durante 14 dias. Sua estadia foi marcada por honrarias e eventos significativos, como uma Missa em homenagem à Nossa Senhora da Assunção e a renomeação da Rua Formosa para Rua 11 de Agosto. Durante esse período, Dom Pedro II ganhou um cavalo de cor branca de um oficial da Guarda Nacional, que ele utilizou na rendição de Uruguaiana. Essa visita simboliza a relevância da cidade em um contexto imperial, evidenciando sua importância política e social (ABRÃO, 1992, p.28; CASSOL, p.85; MOTA, 2013, p.27).

Abrão (1992, p.15-16), aponta que Caçapava teve um papel importante no avanço do republicanismo, especialmente a partir de 1881, com a fundação do Centro Republicano Caçapavano, envolvendo líderes como Ramiro Barcelos e Antão Faria. Em 1883, a cidade participou do 1º Congresso Republicano em Porto Alegre, onde Barcelos foi delegado. Esse evento levou ao lançamento do Jornal A Federação em 1884, um importante canal para as ideias republicanas. A desconfiança da população em relação às promessas de progresso reflete a desconexão entre políticos e cidadãos, evidenciando um cenário político tenso.

Em 1885, Caçapava do Sul foi elevada à categoria de cidade, mas a celebração promovida pelos liberais foi modesta, com poucos foguetes e música, conforme destacou o Jornal A Federação<sup>29</sup>.

Em 1886, predominavam três partidos: o Liberal, o Conservador e o Republicano. O Partido Republicano local afirmou que não apoiaria alianças com partidos monárquicos,

<sup>26</sup> ALMANAK LAEMMERT: Administrativo, Mercantil e Industrial (RJ). Ano 1910, edição B00067 (25). Disponível em: [Clique Aqui](#). Acesso em: 21 dez. 2024.

<sup>27</sup> NACIONAL Biblioteca. Ano 1926\Edição D00082 (15). Disponível em: [Clique Aqui](#). Acesso em: 22 dez. 2024.

<sup>28</sup> O Cel. Balthazar Francisco de Bem, líder da G.N de Caçapava, nasceu em 1810 na cidade de Rio Pardo e faleceu em 1876 em Caçapava. Casou-se com Francisca Antônia de Souza Netto, e era filho de Albino Francisco de Bem e Maria Josefa de Figueiredo. Teve pelo menos um filho e seis filhas. Fonte: FAMILYSEARCH. Perfil de Balthazar Francisco de Bem. Disponível em: [Clique aqui](#). Acesso em: 29 out. 2024.

<sup>29</sup> A FEDERAÇÃO. Elevação de Caçapava à cidade. A Federação, Rio de Janeiro, publicado em 1885, edição 11, página 291. Disponível em: [Clique aqui](#). Acesso em: 09 de nov. 2024.

considerando-as proibidas e moralmente erradas. Apesar das promessas de prosperidade com a nova categoria, a população estava cética. Essa falta de entusiasmo indica uma desconexão entre as elites políticas e a população, sugerindo que as promessas de progresso não atendiam às expectativas dos cidadãos (A FEDERAÇÃO, 1886)<sup>30</sup>.

A última eleição realizada no período imperial ocorreu de 1887 a 1890, quando o número de Vereadores foi aumentado de sete para nove após a vila ser elevada a cidade em 1885. Naquele período, o Quartel de Caçapava, construído em 1834, ainda estava em funcionamento, e a liderança local incluía figuras proeminentes como o Cap. Guilherme Herculano de Medeiros, Presidente da Câmara de Vereadores, o Maj. Jayme Pinheiro de Ulhôa Cintra, Escrivão e Tabelião, o Cap. Pedro Pereira Maciel, que atuava como Substituto da Polícia e Tenente-Coronel da Guarda Nacional, e Plácido Gonçalves Meirelles, Comandante Superior da Guarda Nacional (ALMANAK, 1885).

De 1885 a 1931, a cidade teve um aumento considerável em número de habitantes, abaixo temos a tabela com os seguintes dados:

**Tabela 2 - População Estimada de Caçapava de 1885 – 1931**

Ano	Habitantes	Fonte
1872 - 1900	10.001 - 25.000	Atlas Socioeconômico <sup>31</sup>
1902 - 1904	12.724	Almanaque <sup>32</sup>
1905 - 1912	18.000	Almanaque <sup>33</sup>
1913 - 1920	19.000	Almanaque <sup>34</sup>
1921 - 1931	21.771	Almanaque <sup>35</sup>

Elaboração própria com base nos dados do Atlas Socio Econômico do Rio Grande do Sul com os dados

<sup>30</sup> A FEDERAÇÃO. Caçapava. Porto Alegre: nº 11, 1886, p. 3. Disponível em: [Clique aqui](#). Acesso em: 28 out. 2024. Nota: O Partido Liberal, criado em 1831 e reformulado em 1869, defendia liberdade econômica, autonomia das províncias e redução do poder central. Apoiavam um sistema federalista e uma monarquia constitucional com mais participação popular. Queriam limitar o poder do Imperador e acabar com privilégios. O partido se dividia entre Moderados (que aceitavam a monarquia limitada) e Radicais (que queriam mais poder para as Províncias e reformas profundas). O Partido Conservador surgiu em 1837, e defendia a manutenção da ordem e estabilidade do Império, com fortalecimento do poder central e da autoridade do Imperador. Era contra o federalismo e a favor de uma Monarquia forte. Defendia valores tradicionais, como a propriedade e a religião Católica, e apoiava a manutenção da escravidão. Economicamente, era favorável ao protecionismo e à intervenção do Estado. O Partido Republicano surgiu em 1870, e defendia a abolição da Monarquia e a instauração de uma República com soberania popular. Queriam mais autonomia para as Províncias e um sistema federativo. Eram a favor do livre comércio, fim dos privilégios de classes e da escravidão, e buscavam a democratização do país. O partido tinha facções moderadas e radicais, com estas últimas defendendo reformas mais profundas. Fonte: BLACK, Sacramento. Dicionario bibliographico brasileiro. p. 71-72.

<sup>31</sup> GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Atlas Socioeconômico. Demografia: 1872 a 1980. Disponível em: [Clique Aqui](#). Acesso em: 22 dez. 2024.

<sup>32</sup> NACIONAL Biblioteca. Ano 1902\Edição A00059. Disponível em: [Clique Aqui](#). Acesso em: 22 dez. 2024.

<sup>33</sup> NACIONAL Biblioteca. Ano 1906\Edição A00063 (17). Disponível em: [Clique Aqui](#). Acesso em: 22 dez. 2024.

<sup>34</sup> NACIONAL Biblioteca. Ano 1913\Edição B00069 (48). Disponível em: [Clique Aqui](#). Acesso em: 22 dez. 2024.

<sup>35</sup> NACIONAL Biblioteca. Ano 1921\Edição D00077-00078 (12). Disponível em: [Clique Aqui](#). Acesso em: 22 dez. 2024.

aproximados do Almanak Laemmert de 1885 a 1931.

O quadro populacional é essencial para a contextualização da Guarda Nacional na região, pois o crescimento populacional reflete mudanças sociais e econômicas que influenciaram a organização local da segurança pública. A evolução da população, de aproximadamente 10.000 habitantes em 1872 para aproximadamente 22.000 em 1931, demonstra a necessidade crescente de controle social e proteção, tornando a Guarda Nacional uma peça chave na manutenção da ordem, especialmente em um contexto de instabilidade política e crescente urbanização.

Com a Proclamação da República, a Câmara de Vereadores, que havia sido eleita em 1887, foi dissolvida em 20 de janeiro de 1890, marcando a transição da Administração Municipal para uma Comissão Provisória. Essa comissão, liderada por Antonio Celso de Campos, deu início a um novo ciclo de administração, caracterizado por Intendentes, como Pedro Gonçalves de Carvalho e Baltazar de Bem e Canto, que se destacaram ao longo dos anos (CASSOL, 1988, p. 89). Antes disso, a cidade passou por diversas mudanças administrativas e sociais, incluindo a discussão da Abolição da Escravidão em 1888, quando a Câmara se posicionou contra essa prática. O crescimento da cidade foi evidenciado pela abertura de estabelecimentos comerciais, como um pequeno hotel e a instalação de ourives e alfaiates na década seguinte (ABRÃO, 1992, p.61).

As novas diretrizes políticas, que surgiram com a República, alteraram significativamente o cenário político de Caçapava do Sul. A transição de uma Monarquia para uma República trouxe uma nova configuração de poder, afetando diretamente as instituições existentes, incluindo a Guarda Nacional. Nesse novo contexto, a Guarda começou a atuar em situações de conflito interno, incluindo a Revolução Federalista (1893-1895), onde os militares foram acionados para manter a ordem pública e proteger os interesses das elites locais. Esse cenário ressalta o papel da Guarda Nacional como um instrumento de controle e repressão em momentos de instabilidade política (CAMPOS, 2023).

Segundo Love (1971), após a Proclamação da República em 1889, o Rio Grande do Sul passou por grandes mudanças políticas. Com o fim da Monarquia, os antigos partidos desapareceram, dando lugar a novos grupos. Surgiram novos partidos, sendo dois os principais: Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) e o Partido Federalista, com bases e lideranças diferentes.

O PRR rapidamente se tornou dominante, representando principalmente as elites

agrárias, como Fazendeiros e Militares. Esse partido defendia um governo centralizado, com mais poder nas mãos do estado e controle sobre os municípios. Júlio Prates de Castilhos (1860 – 1903), foi o principal líder do PRR e responsável por essa centralização. Ele, junto com Antônio Augusto Borges de Medeiros (1863 – 1961)<sup>36</sup>, consolidou o poder do PRR, apoiados em ideias positivistas<sup>37</sup> e na centralização.

Já o Partido Federalista se opôs ao PRR, defendendo mais autonomia para os estados. O partido teve forte apoio nas regiões distantes do centro político e desempenhou um papel importante na Revolução Federalista (1893-1895), um conflito armado em busca do controle do estado. Embora os federalistas tenham lutado contra o PRR, a vitória dos republicanos garantiu a continuidade da centralização do poder no estado.

Durante esse período, o sistema de coronelismo cresceu, onde as oligarquias rurais controlavam a política local e estadual. Os "Coronéis", líderes locais, mantinham seu poder por meio de alianças políticas e práticas clientelistas. Isso contribuiu para a estabilidade do PRR, mas isolou politicamente as comunidades distantes, como as coloniais (FAUSTO, 1995).

A política de centralização de Castilhos (1893 – 1898), também dificultou a integração de comunidades teuto-brasileiras<sup>38</sup>, que ficaram à margem do processo político devido a barreiras linguísticas e falta de mobilização. Mesmo assim, o PRR manteve o controle quase absoluto, e os federalistas tiveram dificuldades em desafiar esse domínio.

Borges de Medeiros, sucessor de Castilhos, manteve o poder do PRR entre 1898 e 1928, continuando a política centralizadora e o controle das elites agrárias. Ele também fez reformas administrativas importantes, como a reorganização do sistema educacional e a modernização da Administração Estadual, garantindo a continuidade da República Velha no RS.

Embora o PRR tenha se consolidado como o principal partido, enfrentou algumas divisões internas, especialmente durante a transição entre Castilhos e Borges (1898), mas isso

---

<sup>36</sup> Nasceu em 19 de novembro de 1863, e faleceu em 25 de abril de 1961. Natural de Caçapava do Sul, Advogado, e governou o RS de (1913 a 1928). Fonte: FAMILYSEARCH. Perfil biográfico de Antônio Augusto Borges de Medeiros. Disponível em: [Clique aqui](#). Acesso em: 29 nov. 2024.

<sup>37</sup> O Positivismo foi uma ideia política e filosófica que influenciou muito os primeiros anos da República no Brasil, especialmente no RS. A principal ideia do Positivismo é que a sociedade deveria ser governada com base na ciência e na razão, e não em crenças religiosas ou em tradições antigas. Para os positivistas, um governo forte e centralizado era necessário para trazer ordem e progresso ao país. Júlio de Castilhos, líder do PRR, seguiu esses princípios e, por isso, defendeu um governo centralizado no Estado, com muito poder nas mãos do Governo Estadual e das elites agrárias. Isso ajudou o PRR a dominar o RS, mas também excluiu comunidades mais distantes do centro de poder. Fonte: PEZAT, P. O positivismo na abordagem da recente historiografia gaúcha. 255–285.

<sup>38</sup> São comunidades formadas por descendentes de imigrantes alemães no Brasil, especialmente no Sul, a partir do século XIX. Esses grupos mantiveram tradições, língua e cultura germânica, formando comunidades isoladas, principalmente nas áreas rurais. Fonte: CONCEITO de Comunidades Teuto-brasileiras. Disponível em: [Clique aqui](#). Acesso em: 29 nov. 2024.

não levou a mudanças significativas. O PRR continuou a dominar o estado até o início do século XX, consolidando a República Velha.

Em uma carta de Pedro Pereira Maciel<sup>39</sup> para o Gov. Borges de Medeiros, ele detalha suas atividades em favor do PRR, incluindo esforços para alistar eleitores e enfrentar adversários políticos. Ele descreve conflitos envolvendo federalistas liderados por Prestes Guimarães (1837 – 1911), que promoveram manifestações contra a República a favor do Parlamentarismo.

A carta também revela um conflito interno no PRR. Pedro Maciel menciona que, apesar de seus esforços, foi ignorado em nomeações e decisões locais, sugerindo uma sensação de desvalorização dentro do partido. Pedro Maciel critica o Cel. Balthazar, liderança local, por desconsiderá-lo, apesar de sua lealdade e trabalho político. Esse ressentimento ilustra as disputas internas do PRR, mesmo entre seus apoiadores.

Ele descreve confrontos na cidade, incluindo vivas a diferentes ideais e gritos de oposição, evidencia a violência simbólica e física que permeava as relações políticas. Os embates entre federalistas e republicanos frequentemente escalavam para confrontos armados, e Maciel expressa sua preocupação com a desordem e a falta de autoridade policial para conter as provocações.

Na carta de Tancredo Pereira Maciel<sup>40</sup>, datada de 13 de setembro de 1905, ele revela uma significativa relação de amizade e respeito entre si mesmo e o destinatário, Antônio Augusto Borges de Medeiros, Governador do Rio Grande do Sul. O texto é carregado de emoção e gratidão, pois Tancredo expressa sua profunda tristeza pela morte de seu pai, Pedro Pereira Maciel, e agradece os esforços do Governador para consolá-lo durante esse momento difícil.

Esta carta é importante pois também mostra o compromisso político e a lealdade familiar de Tancredo e seus irmãos, João Baptista Adolpho Maciel e Dioclécio Pereira Maciel, todos Oficiais da Guarda Nacional. Ao afirmar "cumpriremos o nosso dever" independentemente dos sacrifícios, Tancredo reafirma seu compromisso com a política local e com a continuidade da atuação política da família, mesmo após a morte de seu pai, um importante Oficial da Guarda Nacional, da política do Estado, e local Caçapava do Sul. Essa declaração também reforça a

---

<sup>39</sup> MACIEL, Pedro Pereira. Carta. Caçapava do Sul, RS, 21 maio 1905. 3 folhas. Carta 00508. Fundo Borges de Medeiros. Disponível em: [Clique aqui](#). Acesso em: 2020.

<sup>40</sup> MACIEL, Tancredo Pereira. Carta. Caçapava do Sul, RS, 13 set. 1905. 1 folha. Carta 00514. Fundo Borges de Medeiros. Disponível em: [Clique aqui](#). Acesso em: 2020.

fidelidade partidária e o alinhamento com o grupo político ao qual a família estava vinculada, evidenciando o compromisso de todos os irmãos com os ideais e as causas defendidas por seu pai.

Além disso, a menção de que ele e seus irmãos "ainda sob o passado tão recente" se comprometem a seguir com seus deveres sugere um senso de dever e continuidade da linhagem política e social que os Maciel representavam na cidade. Tancredo se coloca como alguém que, apesar da dor pela perda, está pronto para manter o legado de seu pai, buscando manter a confiança e a amizade com Borges de Medeiros.

A carta também ressalta a importância da confiança e da consideração mútua nas relações políticas, onde, além da amizade pessoal, há uma expectativa de apoio e reconhecimento mútuo entre as partes envolvidas. O uso de termos como "dedicado amigo" reforça a relação de proximidade e afeto, que, no contexto político, também pode ser interpretada como uma maneira de consolidar alianças e reafirmar vínculos importantes para o futuro político de Tancredo e sua família.

Portanto, a carta de Tancredo Pereira Maciel não apenas expressa um sentimento pessoal de perda, mas também reforça uma continuidade de compromisso político e de honra, característico das dinâmicas políticas da época. A presença de seus irmãos João Baptista Adolpho Maciel e Dioclécio Pereira Maciel na Guarda Nacional e seu envolvimento político demonstram claramente a fidelidade partidária da Família Maciel e sua importante participação na política local de Caçapava do Sul.

João Baptista Maciel (1927, p.3), em uma carta ao Gov. Borges de Medeiros afirma que:

É o meu maior desejo que Vossa Excelência ao deixar a presidência do Rio Grande do Sul, se veja n'ella tão respeitado e considerado como eu; em minha humilde Caçapava, ao receber a acceitosa demissão do cargo de delegado de polícia.

Na citação acima, João Baptista Adolpho Maciel, expressa o desejo de que, ao deixar a Presidência do Estado (RS), Medeiros fosse tão respeitado quanto ele próprio foi em Caçapava ao receber a demissão do cargo de Delegado de Polícia. Essa declaração reflete o respeito e a submissão demonstrados por sua família, que honrava uma aliança partidária passada de pai para filho. Além disso, evidencia os laços de amizade e a troca de favores que fortaleciam a relação entre as partes. Embora a carta seja mais tardia, de 1927, demonstra que, mesmo após vários anos, a lealdade à aliança política permanecia intacta, destacando o papel de valores como fidelidade e compromisso na dinâmica política da época.

Esse tipo de lealdade partidária, observada na relação entre Maciel e Borges de Medeiros, também encontra ecos nos episódios de mobilização da Guarda Nacional durante a

Revolução Federalista (1893-1895). Nesse período, o embate entre Republicanos e Federais expôs a fragilidade das instituições políticas, incluindo a Guarda Nacional, que desempenhou um papel central na manutenção da ordem. A cidade de Caçapava, marcada por sua importância estratégica, tornou-se palco de confrontos que refletiam a polarização política. Segundo Campos (2023, p.51), “a Guarda Nacional atuou como um pilar de suporte para as elites locais, sendo convocada em momentos de crise para garantir a ordem e a estabilidade na cidade”. Assim, a atuação da Guarda Nacional evidencia sua relevância como agente de controle social e suporte às elites, reforçando alianças políticas como as que persistiam na relação entre Maciel e Medeiros.

Pesavento (1983, p.09) afirma que:

A Revolução Federalista, ocorrida no Rio Grande do Sul entre os anos de 1893 e 1895, foi com certeza a mais séria das contestações enfrentadas pela recém-proclamada República brasileira.

No ano de 1893, Caçapava do Sul se tornou palco de intensos combates envolvendo os Legalistas, que defendiam o Governo Republicano, e os Maragatos, que buscavam maior Autonomia para os Estados. Durante essa época, dois partidos políticos predominavam na região: o Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), que almejava implementar reformas sociais e econômicas em um contexto republicano, e o Partido Federalista (PF). (PESAVENTO, 1983).

Monica Rossato e Maria Medianeira Padoin (2019, p.15) afirmam que:

Os federalistas não questionavam a forma republicana [...] sua proposta objetivava um projeto republicano que visava a liberdade e autonomia de sua pátria diante do autoritarismo estadual.

Em meio a esse cenário político conturbado, Caçapava vivenciou um episódio significativo em sua história. Abrão (1992, p.16), narra a batalha que ocorreu na cidade destacando a tensão entre os grupos. Romão Mariano Xavier, um Coronel Legalista, liderava os esforços para garantir à ordem e a estabilidade na região. Durante um confronto intenso, ele e suas tropas enfrentaram os Maragatos, que buscavam libertar Laurentino Pinto Filho, um General revolucionário preso na cidade. Os Maragatos, demonstrando astúcia, planejaram uma fuga audaciosa, utilizando um garoto disfarçado de vendedor de leite para facilitar a saída de Laurentino.

A perseguição a Laurentino culminou em uma batalha próxima ao matadouro municipal, onde as forças legalistas de Xavier enfrentaram os Maragatos. Apesar de estarem em desvantagem numérica, os Legalistas lutaram com bravura. No entanto, a resistência de Xavier

não foi suficiente para conter a determinação dos revolucionários. A luta resultou em pesadas baixas para ambos os lados, e, tragicamente, o Cel. Romão Mariano Xavier foi gravemente ferido e acabou falecendo pouco depois (ABRÃO, 1992, p.61).

Abrão (1992, p.61), declara em sua obra que o Cel. Romão Xavier teve, como homenagem póstuma, uma rua Caçapavana com seu nome. Rua Cel. Romão. Essa perda simbolizou não apenas o custo humano do conflito, mas também a fragilidade da ordem política em um período de grande tumulto.

O impacto da Revolução Federalista em Caçapava foi profundo, não apenas no campo militar, mas também nas dinâmicas sociais e políticas da região. A desintegração do Partido Conservador, à medida que muitos de seus membros se uniram aos Republicanos em busca de novas ideologias, contribuiu para um clima de instabilidade e polarização. As batalhas travadas refletiram as lutas ideológicas que moldaram a identidade política do estado, mostrando que a Revolução Federalista foi mais do que uma simples disputa militar; foi uma verdadeira batalha por diferentes visões de Brasil.

Após a Revolução Federalista, a cidade experimentou um período de relativa calma, mas a Guarda Nacional passou a ter um papel mais limitado, mantendo sua presença, mas com menos poder (BRASIL, 1873)<sup>41</sup>.

Na carta de Pedro Pereira Maciel<sup>42</sup> ao Gov. Borges de Medeiros, ele expressa um claro descontentamento em relação à reorganização da Guarda Nacional em Caçapava do Sul. Ele menciona que foi encarregado pelo chefe, o Dr. Júlio de Castilhos, de colaborar na reestruturação da Guarda, incluindo a criação de duas Brigadas. Apesar de sua dedicação e esforço em apoiar o Partido Republicano e a causa republicana no município, ele observa que seu nome foi propositalmente excluído das propostas de Comando das Brigadas.

E continua relatando que, mesmo com suas contribuições para o fortalecimento do partido e sua lealdade, o comando foi atribuído a outros nomes, com destaque para o papel do Cel. Balthazar. Segundo Maciel, o Coronel desempenhou um papel ambíguo, tanto aconselhando-o quanto, aparentemente, influenciando negativamente as decisões sobre sua participação.

Essa exclusão é percebida por Maciel como uma injustiça pessoal e um reflexo de uma

---

<sup>41</sup> BRASIL. Lei nº 2395, de 10 de set. de 1873. Altera a Lei nº 25, de 9 de nov. de 1864, que organiza a Guarda Nacional do Império. Disponível em: [Clique aqui](#). Acesso em: 12 ago. 2024.

<sup>42</sup> MACIEL, Pedro Pereira. Carta. Caçapava do Sul, RS, 21 maio 1905. 3 folhas. Carta 00508. Fundo Borges de Medeiros. Disponível em: [Clique aqui](#). Acesso em: 2020.

possível articulação política para desconsiderar sua atuação e lealdade ao partido. Ele também aponta que os "mais chegados" ao Cel. Balthazar teriam contribuído para essa situação. O episódio revela as tensões internas no Partido Republicano, as disputas por reconhecimento e a política de favoritismos que, muitas vezes, excluía aliados relevantes, mas não alinhados com as lideranças locais.

Esse descontentamento reflete os desafios de articulação política no período, em que as relações de clientelismo e lealdade política desempenhavam um papel central nas nomeações e posições de liderança, especialmente em instituições como a Guarda Nacional, que também era um instrumento de poder e controle local.

Conforme descrito por Abrão e Cassol (1983, p.25), durante o período em que o Cel. Coriolano Alves de Oliveira e Castro atuou como Intendente, a Guarda Nacional desempenhava suas funções, e ele foi nomeado Coronel por meio do decreto de 27 de julho de 1903, assumindo o Comando da 62ª Brigada de Infantaria da Guarda Nacional de Caçapava. Esse decreto foi assinado pelo Presidente Rodrigues Alves em 18 de janeiro de 1904.

A reclassificação da Guarda como força de 2ª linha do Exército em 1918 e sua eventual dissolução em 1940 (BRASIL, 1940)<sup>43</sup>, marcam o fim de uma era em que essa instituição foi fundamental para a segurança e a estrutura política de Caçapava do Sul (BRASIL, 1918)<sup>44</sup>. Essa trajetória reflete as complexas interações entre a política, a sociedade e a luta pela manutenção da ordem em um Brasil em transformação, evidenciando as problemáticas que surgiram, como a desconexão entre as elites e a população, a fragilidade das instituições democráticas e os altos custos humanos da revolta, ao mesmo tempo que levanta hipóteses sobre a formação de novos líderes e o papel da memória coletiva na construção da identidade local.

A história da luta em Caçapava destaca a complexidade das relações políticas da época e a intersecção entre os interesses dos partidos, as aspirações da população e os custos pessoais dos envolvidos. Assim, a Revolução Federalista não apenas transformou a paisagem política do Rio Grande do Sul, mas também deixou marcas duradouras na memória coletiva de Caçapava do Sul, que homenageia o Cel. Romão Mariano Xavier, reconhecendo sua bravura em meio ao caos.

---

<sup>43</sup> BRASIL. Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dez. 1940. Dispõe sobre a dissolução da Guarda Nacional. Disponível em: [Clique aqui](#). Acesso em: 29 out. 2024.

<sup>44</sup> BRASIL. Decreto nº 13.040, de 29 de maio de 1918. Organiza o Exército Nacional de 2ª Linha e disciplina suas missões e serviços. Disponível em: [Clique aqui](#). Acesso em: 12 ago. 2024.

## 2.4 Integrantes da Guarda de Caçapava

Segundo o relatório do Presidente Moraes (1875, p.5):

Na vila de Caçapava havia um pequeno prédio situado no interior da fortificação, com capacidade para aquartelar 30 praças.

O estudo de Machado (2011), aponta que a Guarda Nacional reunia pessoas de diversas profissões, incluindo fazendeiros, comerciantes, militares, lavradores, escrivães, entre outros. O autor afirma ter encontrado mais de cem profissões diferentes na Guarda Nacional do RS.

De acordo com o Almanak Laemmert (1885)<sup>45</sup>, a atividade econômica do município na época era centrada principalmente na criação de gado vacum, além da agricultura em grande escala, com produtos como milho, feijão, trigo, arroz e batatas, que eram exportados para os municípios vizinhos. O município também possuía oito caieiras<sup>46</sup>, que estavam em plena atividade durante o verão e parte do inverno, com uma exportação de 40.000 alqueires<sup>47</sup> de carvão e 50.000 de cal<sup>48</sup>. Além disso, eram encontrados minerais como Cobre, Ferro e Carvão de Pedra, e o Ouro extraído na região possuía uma qualidade de 20 a 22 quilates. O relatório também indica que a população era de aproximadamente 6.500 habitantes, considerando Caçapava e a Freguesia de Santana da Boa Vista, que ainda não havia sido emancipada. Vale destacar que as Minas de Ouro, localizadas em Lavras, haviam sido desmembradas de Caçapava.

Embora não tenha sido possível identificar os nomes e profissões dos soldados da Guarda Nacional, é razoável supor que muitos deles estivessem envolvidos na agricultura ou no comércio local.

Abaixo, segue uma estimativa do número de integrantes da G.N:

**Tabela 3 - Estimativa do Número de Integrantes da Guarda Nacional em Diferentes Períodos**

<b>Período</b>	<b>Tipo</b>	<b>Nº de Integrantes</b>
1845-1855	Ativa e Reserva	335
1856-1865	Ativa	438
	Reserva	245
1871-1880	Ativa	818
	Reserva	226

<sup>45</sup> ALMANAK ADMINISTRATIVO, MERCANTIL E INDUSTRIAL DO RIO DE JANEIRO. Ano 1885 – Edição B00042. Rio de Janeiro: [s.n.], 1885. Disponível em: [Clique aqui](#). Acesso em: 10 set. 2024.

<sup>46</sup> Fábrica de Cal, Calcário. Fonte: MICHAELIS. Significado de caieiras. Disponível em: [Clique aqui](#). Acesso em: 19 nov. 2024.

<sup>47</sup> Considerando o alqueire paulista 2,42 hectares, temos 96.800 hectares de carvão.

<sup>48</sup> Considerando o alqueire paulista, 2,42 hectares, temos 121.000 hectares de cal.

MACHADO, C. Pires. Guarda Nacional do Rio Grande do Sul: Notas para História Social.

Podemos perceber na tabela acima que na década de 1880, os integrantes da Guarda aumentaram significativamente.

A Guarda Nacional possuía uma estrutura hierárquica bem definida, com diferentes patentes e funções, que garantiam a organização e a disciplina necessárias para suas operações, especialmente durante momentos de crise.

A Lei nº 2.395, de 1873<sup>49</sup>, alterou a Lei nº 602 de 1850<sup>50</sup> e retirou da Guarda Nacional suas funções policiais, transferindo-as para outras instituições controladas pelo Estado. A nova legislação determinou que a Guarda só seria chamada em casos de guerra, rebelião ou insurreição, e que os membros em serviço ativo se reuniriam apenas uma vez por ano para inspeção e treinamento.

De acordo com a Lei 18 de Agosto de 1831<sup>51</sup>, as patentes da hierarquia eram exatamente assim: no topo da hierarquia, estava o Ministro da Justiça, a quem competia o comando e a administração das forças militares e de segurança pública, tinha um papel decisivo na coordenação e nas decisões políticas relacionadas à segurança interna do país, incluindo o uso da Guarda Nacional em operações militares e de manutenção da ordem. Abaixo dele estava o Governador de cada Província ou Estado que também exercia grande influência sobre as forças locais da Guarda Nacional, visto que a Guarda tinha uma estrutura descentralizada, com Comandos Regionais que respondiam ao Governo Estadual.

O Comandante Superior da Guarda Nacional, detinha a autoridade sobre todas as unidades e seus movimentos, sendo responsável por decidir as grandes estratégias e garantir a atuação da Guarda de acordo com as necessidades do Estado. Este posto era normalmente ocupado por uma figura de grande prestígio político e militar, com forte vínculo com o Governo Central. Abaixo dele, havia os Comandantes Superiores Regionais que eram responsáveis por essa região. Por exemplo: Caçapava do Sul era o 9º Comando da Guarda Nacional.

Abaixo desses altos escalões, a hierarquia era organizada de maneira militar, com as patentes de oficiais assumindo funções tanto administrativas quanto de comando direto.

O Coronel era a autoridade máxima dentro de cada unidade ou corpo da Guarda

---

<sup>49</sup> BRASIL de Leis Coleção, 1873. Página 329, vol. 1 (publicação original). Disponível em: [Clique aqui](#). Acesso em: 29 nov. 2024.

<sup>50</sup> BRASIL. Lei nº 602, de 19 de set. 1850. Dá nova organização à Guarda Nacional do Império. Disponível em: [Clique aqui](#). Acesso em: 12 ago. 2024.

<sup>51</sup> BRASIL. Lei nº 37.497, de 18 de ago. 1831. Disponível em: [Clique aqui](#). Acesso em: 12 ago. 2024.

Nacional, sendo responsável pela organização geral da tropa, pela disciplina e pelas operações de grande porte. Ele era o Comandante das unidades mais amplas e tinha a responsabilidade de garantir a efetividade da Guarda no terreno, supervisionando diretamente os Capitães e outros oficiais inferiores. O Tenente-Coronel, que ocupava o segundo posto mais alto, ajudava o Coronel na execução das ordens e muitas vezes substituía-o em suas ausências. Ele supervisionava as companhias e era o responsável pela implementação das estratégias de combate e organização da tropa.

O Major, em um nível abaixo, tinha funções de supervisão tática e administrativa. Ele era frequentemente encarregado da fiscalização e coordenação das ações das Companhias e servia de ligação entre os oficiais de mais alto escalão e os Comandantes de menor patente. O Capitão, que comandava uma Companhia, tinha responsabilidade direta sobre um grupo de soldados, sendo o líder tático nas operações diárias. Ele liderava as ações no campo e organizava o treinamento e as atividades operacionais de sua unidade, sendo assistido pelos Tenentes e Alferes, que eram os oficiais subalternos.

O Tenente, era um dos postos mais comuns, tinha a responsabilidade de atuar diretamente nas operações de campo, comandando grupos menores de soldados e sendo responsável pelo cumprimento das ordens do Capitão. Os Alferes, que eram oficiais ainda em início de carreira, tinham funções de apoio logístico, incluindo tarefas administrativas e organizacionais, além de estarem frequentemente encarregados de atividades de disciplina interna, como guarda e patrulha. Também havia os Ajudantes, oficiais subalternos que auxiliavam os superiores no cumprimento das ordens, muitas vezes coordenando tarefas administrativas ou logísticas.

Adicionalmente, a estrutura da Guarda Nacional contava com cargos de apoio, como os Secretários e os Quartel-Mestres. O Secretário era o responsável pela organização de documentos e registros administrativos, enquanto o Quartel-Mestre gerenciava a logística, incluindo o fornecimento de equipamentos e suprimentos necessários para o funcionamento da tropa.

De 1885 até 1891, encontramos os principais oficiais da Guarda Nacional e as suas profissões, que estão listadas abaixo:

**Quadro 2 - Principais Oficiais da Guarda Nacional em 1885 e suas atividades Profissionais**

Nome	Profissão / Atividade
------	-----------------------

Cel. Plácido Gonçalves de Meirelles <sup>52</sup>	Militar, Político, Vereador, Presidente da Câmara
Ten. Guilherme Herculano de Medeiros <sup>53</sup>	Juiz, Agrimensor, Político
Joaquim de Mello Azevedo Seixas <sup>54</sup>	Militar, Político
Maj. Jayme Pinheiro de Ulhôa Cintra <sup>55</sup>	Advogado, Escrivão, Tabelião
Pedro Pereira Maciel <sup>56</sup>	Criador, Professor, Advogado, Político, Delegado de Polícia, Militar, Adjunto do Promotor Público
Tancredo Pereira Maciel <sup>57</sup>	Advogado, Militar, e Político
José Eleodoro de Figueiredo Neves <sup>58</sup>	Delegado
Trajano da Motta <sup>59</sup>	Coletor de Impostos Provincial

Biblioteca Memória Nacional. Edição 00012 de 1891.

O quadro apresentado evidencia a diversidade de funções desempenhadas pelos principais Oficiais da Guarda Nacional entre 1885 e 1891, refletindo a multifuncionalidade característica das elites políticas e sociais do período. Os dados revelam que essas lideranças acumulavam ocupações em diferentes esferas, como política, justiça, educação e administração pública, além de suas funções militares. Destacam-se atividades como a de Vereador, Presidente da Câmara, Juiz, Advogado, Delegado e Coletor de Impostos, ilustrando a

<sup>52</sup> Nasceu no ano de 1817, em Triunfo - RS, filho de Manoel Gonçalves de Jesus de Meirelles e Tomázia Maria de Camargo. Casou-se com Maria Josepha de Araújo. Em 1849, foi Vereador nos anos de 1845-1849; 1853-1856 (Presidente da Câmara); 1849-1858. Faleceu em 1884, em Caçapava do Sul-RS. Fonte: FAMILYSEARCH. Perfil Biográfico de Plácido Gonçalves Meirelles. Disponível em: [Clique aqui](#). Acesso em: 20 nov. 2024.

<sup>53</sup> Foi Presidente da Câmara de Vereadores em 1883, 1884 a 1886, Secretário da Câmara em 1885. Fonte: ABRÃO, Nicolau da Silveira. História do Município de Caçapava do Sul. Juiz, Agrimensor (média terras). Fonte: ALMANAK ADMINISTRATIVO, MERCANTIL E INDUSTRIAL DO RIO DE JANEIRO. Ano 1885 – Edição B00042. Rio de Janeiro: [s.n.], 1885. Disponível em: [Clique aqui](#). Acesso em: 10 set. 2024.

<sup>54</sup> Nasceu aproximadamente 1832, em SP, filho de Alexandre Joze De Caixas e Joaquina Benedita Justina. Casou-se com Maria Petronilha em Lavras do Sul - RS. Faleceu em 1 de mar.1891, em Caçapava - RS. Sobrenome “Amado” consta errado no anuário, o correto é “Azevedo” conforme a Certidão de Óbito. Fonte: FAMILYSEARCH. Certidão de Óbito: Joaquim de Mello Azeredo Seixas. Disponível em: [Clique aqui](#). Acesso em: 02 dez. 2024. FAMILYSEARCH. Perfil Biográfico de Joaquim de Mello Azeredo Seixas. Disponível em: [Clique aqui](#). Acesso em: 20 nov. 2024.

<sup>55</sup> Nasceu em 1854, filho do Ministro da Justiça em 1836, José Pinheiro de Ulhôa Cintra, e sua mãe, Ricarda Elisea Da Silva. Foi Vereador em 1861-1864. Fonte: CASSOL, Arnaldo Luiz. O Poder Legislativo de Caçapava do Sul 1831-1995. Advogado. Fonte: ALMANAK ADMINISTRATIVO, MERCANTIL E INDUSTRIAL DO RIO DE JANEIRO. Ano 1885 – Edição B00042. Rio de Janeiro: [s.n.], 1885. Disponível em: [Clique aqui](#). Acesso em: 10 set. 2024.

<sup>56</sup> Nasceu em 1836, em Caçapava do Sul - RS, filho de Belarmino Pereira Trindade e Maria Joaquina Maciel. Casou-se com Francisca Fausta Adolfo da Fontoura em 1870, em Caçapava do Sul - RS. Advogado, Professor em 1862, adjunto do Promotor Público em 1872, Criador, Delegado de Polícia em 1883, participou da Revolução Federalista de 1893, um dos organizadores da festa da Proclamação da República em Caçapava em 15 de novembro de 1900. Faleceu em 8 de set.1905, sepultado em Caçapava do Sul - RS. Fontes: FAMILYSEARCH. Perfil biográfico do Ten. Cel. Pedro Pereira Maciel. Disponível em: [Clique aqui](#). Acesso em: 19 nov. 2024. MEMÓRIA, Biblioteca Nacional. Ano 1891. Edição 00012. Disponível em: [Clique aqui](#). Acesso em: 21 set. 2024.

<sup>57</sup> Filho de Pedro Pereira Maciel. Fonte: FAMILYSEARCH. Certidão de Nascimento de Tancredo Pereira Maciel. Disponível em: [Clique aqui](#). Acesso em: 1 dez. 2024. FAMILYSEARCH. Perfil biográfico de Tancredo Pereira Maciel. Disponível em: [Clique aqui](#). Acesso em: 19 nov. 2024.

<sup>58</sup> ALMANAK ADMINISTRATIVO, MERCANTIL E INDUSTRIAL DO RIO DE JANEIRO. Ano 1885 – Edição B00042. Rio de Janeiro: [s.n.], 1885. Disponível em: [Clique aqui](#). Acesso em: 10 set. 2024.

<sup>59</sup> ALMANAK ADMINISTRATIVO, MERCANTIL E INDUSTRIAL DO RIO DE JANEIRO. Ano 1885 – Edição B00042. Rio de Janeiro: [s.n.], 1885. Disponível em: [Clique aqui](#). Acesso em: 10 set. 2024.

intersecção entre as esferas civil e militar. Essa sobreposição de papéis aponta para a importância da Guarda Nacional como espaço de poder e influência, com seus oficiais desempenhando papéis centrais no controle político e social do Brasil oitocentista. A presença marcante de profissões ligadas à justiça e à política sugere uma estreita relação entre os interesses militares e a gestão pública.

O Cel. Plácido Gonçalves Meirelles, foi substituído após seu falecimento pelo Cel. Manoel Dias Ferreira<sup>60</sup>. E Pedro Pereira Maciel, na época com a patente de Capitão, foi demitido do cargo de Capitão do Quartel-Mestre em 1891, conforme informações do Almanak Laemmert de 1891<sup>61</sup>.

Abaixo, segue a lista de oficiais do 7º Batalhão de Infantaria da Reserva da Guarda Nacional da comarca de Caçapava em 1891:

**Quadro 3 - Lista de Oficiais do 7º Batalhão de Infantaria da Reserva em 1891**

<b>Cargo</b>	<b>Nome</b>
<b>Estado Maior</b>	
Tenente Quartel-Mestre	Fidêncio José de Lima
Tenente Cirurgião	José Pompeu Idalino de Toledo
<b>1ª Companhia</b>	
Capitão	Manoel Machado Leão Pinto
Tenente	Prudêncio Leandro Ferreira
Alferes	Máximo Ferreira da Silva
<b>2ª Companhia</b>	
Capitão	Fidêncio Alves de Oliveira Filho
Tenente	Oliveira Pereira da Rosa
Alferes	Alexandre José de Seixas
<b>3ª Companhia</b>	
Capitão	João de Deus Jardim de Menezes
Tenente	João Schemits
Alferes	Félix Nunes Garcia
<b>4ª Companhia</b>	
Capitão	Laurentino Marques da Silva
Tenente	Ignácio Silveira dos Santos
Alferes	Antônio Pereira Amado
<b>5ª Companhia</b>	
Capitão	Antônio Augusto Ferreira de Andrade
Tenente	Manoel Vicente da Silveira
Alferes	João Francisco Coelho Leal
<b>6ª Companhia</b>	
Capitão	Malaquias José de Castro
Tenente	Silvério Teixeira de Oliveira
Alferes	Martiniano Ferreira da Silva
<b>Nomeações</b>	

<sup>60</sup> RIO GRANDE DO SUL (Província). Relatório apresentado ao Presidente da Província pelo Exmo. Sr. Dr. José Júlio de Albuquerque Barros em 19 de setembro de 1885. Disponível em: [Clique Aqui](#). Acesso em: 21 dez. 2024.

<sup>61</sup> MEMÓRIA, Biblioteca Nacional. Ano 1891. Edição 00012. Disponível em: [Clique aqui](#). Acesso em: 21 set. 2024.

Major Fiscal	Ricardo Jayme de Figueiredo
Tenente Ajudante	João Patrício de Carvalho

A FEDERAÇÃO. Ano 1884. Edição 00048.

Como percebemos, o quadro acima mostra que a principal diferença entre a força da Ativa e a da Reserva estava na disponibilidade e nas funções de cada uma. A Guarda Nacional da Ativa era composta pelos membros que estavam sempre prontos para o serviço e podiam ser convocados a qualquer momento. Esses indivíduos eram organizados e passavam por treinamentos regulares, com a obrigação de se reunir anualmente para inspeção e aperfeiçoamento. Por outro lado, a força da Reserva era formada por aqueles que já haviam cumprido seu tempo de serviço ativo e estavam em "descanso". Embora não estivessem em serviço permanente, poderiam ser chamados a reforçar os efetivos da Ativa em momentos de necessidade.

Abaixo segue a lista de oficiais da reserva com as suas profissões em 1891:

**Quadro 4 - Oficiais da Reserva e as Suas Atividades Profissionais em 1891**

Nome	Profissão / Atividade
Fidêncio José de Lima <sup>62</sup>	Delegado
José Pompeu Idalino de Toledo <sup>63</sup>	Médico da Guarda Nacional, Farmacêutico
Manoel Machado Leão Pinto	Profissão Desconhecida, Militar
Tenente Prudêncio Leandro Ferreira	Criador
Máximo Ferreira da Silva	Profissão Desconhecida, Militar
Fidêncio Alves de Oliveira Filho <sup>64</sup>	Filho de Criador, 1º Suplente da Delegacia, Comerciante
Olivério Pereira da Rosa <sup>65</sup>	Fazendeiro
Alexandre José de Seixas <sup>66</sup>	Partidor Judicial

<sup>62</sup> FIDÊNCIO, José de Lima. Delegado nomeado em out.1885. Jornal A Federação. Disponível em: [Clique aqui](#). Acesso em: 21 nov. 2024.

<sup>63</sup> Médico da G.N. Fonte: A FEDERAÇÃO. Médico da G.N. Ano 1884. Edição 00048. Disponível em: [Clique aqui](#). Acesso: 23 out. 2024.

Farmacêutico em 1890. Fonte: A FEDERAÇÃO. Farmacêutico em 1890. Ano 1884. Edição 00048. Disponível em: [Clique aqui](#) Acesso: 23 out. 2024.

<sup>64</sup> Suplente da Delegacia. Fonte: OLIVEIRA FILHO, Fidêncio Alves de. Filho de criador, 1º suplente da delegacia em 1885. Jornal A Federação, edição 00069, ano 1885. Disponível em: [Clique aqui](#). Acesso em: 24 nov. 2024.

Sócio de Júlio Alves de Oliveira no comércio de fazendas secas e molhados na localidade do Pinheiro 1º Distrito com capital de 13\$000\$000

Fonte: OLIVEIRA FILHO, Fidêncio Alves de. Comércio de fazendas, secas e molhados. Jornal A Federação, edição 00014, ano 1901. Disponível em: [Clique aqui](#). Acesso em: 24 nov. 2024. FAMILYSEARCH. Perfil biográfico de Fidêncio Alves de Oliveira Filho. Disponível em: [Clique aqui](#). Acesso em: 19 nov. 2024.

<sup>65</sup> Um dos que protestou em prestar serviços à Republica, está na lista de monarquista. Fonte: A FEDERAÇÃO. Protesto Olivério Rosa. Ano 1889, edição 00206. Disponível em: [Clique aqui](#). Acesso em: 24 nov. 2024. ROSA, Olivério Pereira da. Fazendeiro. Jornal A Federação, edição 00201, ano 1913. Disponível em: [Clique aqui](#). Acesso em: 24 nov. 2024. FAMILYSEARCH. Perfil biográfico de Olivério Pereira da Rosa. Disponível em: [Clique aqui](#). Acesso em: 19 nov. 2024.

<sup>66</sup> Nome trocado, o correto é José Alexandre de Seixas. Filho do Francisco de Melo Seixas, sobrinho de Joaquim Melo Seixas. FAMILYSEARCH. Perfil biográfico de José Alexandre de Seixas. Disponível em: [Clique aqui](#). Acesso em: 19 nov. 2024. SEIXAS, Alexandre José de. Partidor judicial. Jornal A Federação, edição 00168, ano 1891. Disponível em: [Clique aqui](#). Acesso em: 24 nov. 2024.

João de Deus Jardim de Menezes <sup>67</sup>	Major Cirurgião, Juiz do 4º distrito
João Schemits	Profissão Desconhecida, Militar
Félix Nunes Garcia <sup>68</sup>	Militar
Laurentino Marques da Silva	Filho de Pais Criadores, Profissão Desconhecida
Inácio Silveira dos Santos <sup>69</sup>	Criador, Lutou na Guerra do Paraguai
Antonio Pereira Amado <sup>70</sup>	Criador, Escrivão
Antônio Augusto Ferreira de Andrade <sup>71</sup>	Juiz do 2º Distrito em 1895
Manoel Vicente da Silveira <sup>72</sup>	Criador
João Francisco Coelho Leal <sup>73</sup>	Juiz Suplente do 2º Distrito
Malaquias José de Castro <sup>74</sup>	1º Secretário do Partido Republicano
Silvério Teixeira de Oliveira <sup>75</sup>	3º Suplente de Juiz do 2º Distrito, Major Cirurgião em 1903
Martiniano Ferreira da Silva <sup>76</sup>	Monarquista, Protestou em 1889 Contra a República
Ricardo Jayme de Figueiredo <sup>77</sup>	Juiz Municipal, Delegado
João Patrício de Carvalho <sup>78</sup>	Escrivão

Elaboração Própria, a partir do cruzamento de dados do anuário de 1891 com as profissões e atividades encontradas no Jornal A Federação de 1891.

O quadro acima apresenta os oficiais da reserva da Guarda Nacional em 1891 e suas atividades profissionais, destacando a diversidade de funções desempenhadas no contexto do final do século XIX. Muitos desses oficiais conciliavam as atribuições militares com ocupações como Médico, Fazendeiro, Juiz, Criador, Delegado e Escrivão, o que reflete o caráter multifacetado da Guarda Nacional e sua influência nos âmbitos político, jurídico e econômico. Entre os nomes listados, chamam atenção figuras com vínculos políticos marcantes, como o

<sup>67</sup> A FEDERAÇÃO. Maj. Cirurgião. Jornal A Federação, edição 00187, ano 1903. Disponível em: [Clique aqui](#). Acesso em: 24 nov. 2024. A FEDERAÇÃO. Juiz do 4º Distrito, edição B00067, ano 1910. Disponível em: [Clique aqui](#). Acesso em: 24 nov. 2024.

<sup>68</sup> A FEDERAÇÃO. Consta o seu nome na lista da G.N de Encruzilhada em 1901 no Regimento de Cavalaria. Jornal A Federação, edição 00041, ano 1901. Disponível em: [Clique aqui](#). Acesso em: 24 nov. 2024.

<sup>69</sup> SANTOS, Inácio Silveira dos. Profissão. Certidão de Óbito. Disponível em: [Clique aqui](#). Acesso em: 24 nov. 2024. FAMILYSEARCH. Perfil biográfico de Inácio Silveira dos Santos. Disponível em: [Clique aqui](#). Acesso em: 19 nov. 2024.

<sup>70</sup> FAMILYSEARCH. Perfil biográfico de Antonio Pereira Amado. Disponível em: [Clique aqui](#). Acesso em: 19 nov. 2024. A FEDERAÇÃO. Parte do Partido Republicano. Ano 1889, edição 00206 (1). Disponível em: [Clique aqui](#). Acesso em: 25 nov. 2024.

A FEDERAÇÃO. Escrivão, 1900. Disponível em: [Clique aqui](#). Acesso em: 24 nov. 2024.

<sup>71</sup> A FEDERAÇÃO. Juiz do 2º distrito em 1895. Disponível em: [Clique aqui](#). Acesso em: 24 nov. 2024.

<sup>72</sup> FAMILYSEARCH. Perfil biográfico de Manoel Vicente da Silveira. Disponível em: [Clique aqui](#). Acesso em: 19 nov. 2024.

<sup>73</sup> A FEDERAÇÃO. Juiz Suplente do 2º Distrito. Disponível em: [Clique aqui](#). Acesso em: 24 nov. 2024.

<sup>74</sup> A FEDERAÇÃO. 1º Secretário do Partido Republicano. Disponível em: [Clique aqui](#). Acesso em: 24 nov. 2024.

<sup>75</sup> A FEDERAÇÃO. 3º Suplente de Juiz do 2º Distrito. Disponível em: [Clique aqui](#). Acesso em: 24 nov. 2024. A FEDERAÇÃO. De Santana da Boa Vista. Disponível em: [Clique aqui](#). Acesso em: 24 nov. 2024. A FEDERAÇÃO. Maj. Cirurgião, 1903. Disponível em: [Clique aqui](#). Acesso em: 24 nov. 2024. FAMILYSEARCH. Perfil biográfico de Silvério Teixeira de Oliveira. Disponível em: [Clique aqui](#). Acesso em: 19 nov. 2024.

<sup>76</sup> “Sobrenome errado” o correto é “Teixeira”. Monarquista, protestou em 1889 Contra a República. Disponível em: A FEDERAÇÃO. Protesto Martiniano Silva. Ano 1889, edição 00206. Disponível em: [Clique aqui](#). Acesso em: 24 nov. 2024.

<sup>77</sup> A FEDERAÇÃO. Juiz Municipal em 1891 Ricardo Jayme de Figueiredo. Disponível em: [Clique aqui](#). Acesso em: 24 nov. 2024. FAMILYSEARCH. Perfil biográfico de Ricardo Jayme de Figueiredo. Disponível em: [Clique aqui](#). Acesso em: 19 nov. 2024.

<sup>78</sup> A FEDERAÇÃO. Escrivão em 1885. Disponível em: [Clique aqui](#). Acesso em: 24 nov. 2024.

Secretário do Partido Republicano e um monarquista que protestou contra a Proclamação da República em 1889. A predominância de atividades ligadas ao setor agropecuário e ao sistema jurídico reforça o papel central das elites rurais e do aparato legal na estruturação do poder regional. Baseada em fontes históricas, como o Jornal A Federação e registros biográficos, a pesquisa mapeia os perfis desses indivíduos, oferecendo insights sobre suas ocupações e contribuições. Esse levantamento evidencia como os Oficiais da Guarda Nacional desempenhavam papéis estratégicos na sociedade da época, conectando suas atividades ao contexto político e social mais amplo.

Em 1893, foram nomeados os seguintes Oficiais da Guarda Nacional de Caçapava:

**Quadro 5 - Oficiais da Guarda Nacional Nomeados em 1893**

<b>Corpo Provisório</b>	<b>Comandante</b>	<b>Funções</b>	<b>Nome</b>
<b>15º Corpo</b>	Coronel	Comandante	Romão Xavier Mariano
	Major Fiscal	Fiscal	Fidêncio Alves de Oliveira
	Alferes Secretário	Secretário	João Carlos Mor
	Alferes Ajudante	Ajudante	José Luiz da Motta
	Alferes	Quartel-Mestre	Ernesto Hermes Garcia
1ª Companhia	Capitão	Comandante	Galvão Silveira dos Santos
	Tenente	Tenente	Vasco Silveira dos Santos
	Alferes	Alferes	Propício Silveira dos Santos
	Alferes	Alferes	Marcos Martins de Carvalho
2ª Companhia	Capitão	Comandante	Gaudêncio Alves de Oliveira
	Tenente	Tenente	Anaurelino Ignácio da Rosa
	Alferes	Alferes	Antônio Pedro Henrique
	Alferes	Alferes	Gaudêncio Carvalho de Moura
3ª Companhia	Capitão	Comandante	Cândido Carvalho de Moura
	Tenente	Tenente	João Damasceno da Silva
	Alferes	Alferes	Mathias Moreira de Souza
	Alferes	Alferes	Heleodoro Alves de Oliveira Sobrinho
4ª Companhia	Capitão	Comandante	Norberto Vicente de Oliveira
	Tenente	Tenente	Luiz Alves de Oliveira Castro
	Alferes	Alferes	Thadeo Teixeira da Silva
	Alferes	Alferes	José Feliciano Alves
<b>16º Corpo</b>	Tenente Coronel	Comandante	Manoel José Lobato
	Major Fiscal	Fiscal	Prudêncio Leandro Ferreira
	Alferes Secretário	Secretário	Pedro Xavier de Carvalho
	Alferes Ajudante	Ajudante	Francisco Jardim de Menezes
	Alferes	Quartel-Mestre	Francisco Pereira Gomes
1ª Companhia	Capitão	Comandante	João Félix de Senna Guasina
	Tenente	Tenente	João Cândido da Silva
	Alferes	Alferes	Antônio Felipe Haas
	Alferes	Alferes	Pedro Ribeiro de Carvalho
2ª Companhia	Capitão	Comandante	Rufino Xavier de Carvalho
	Tenente	Tenente	Quirino Gonçalves da Trindade
	Alferes	Alferes	Alfredo Jayme de Figueiredo
	Alferes	Alferes	José Luiz Moreira
3ª Companhia	Capitão	Comandante	Liberato Antônio Feiteiro
	Tenente	Tenente	Feliciano Soares de Freitas

	Alferes	Alferes	Paulino Silveira dos Santos
	Alferes	Alferes	Domingos Jayme de Figueiredo Sobrinho
4ª Companhia	Capitão	Comandante	Traiano da Motta Mazaren
	Tenente	Tenente	João Silveira dos Santos Filho
	Alferes	Alferes	José Tavares de Lazaren
	Alferes	Alferes	José Bento Jardim de Mendonça
<b>17º Corpo</b>	Tenente Coronel	Comandante	Francisco Carvalho de Moura
	Major Fiscal	Fiscal	Coriolano Alves de Oliveira Castro
	Alferes Ajudante	Ajudante	André Lucas Intudia
	Alferes Secretário	Secretário	Ildefonso Antonino de Castro
	Alferes	Quartel-Mestre	José Sabino Velloso de Linhares
1ª Companhia	Capitão	Comandante	Zeferino Carvalho de Moura
	Tenente	Tenente	Loreto Alves de Oliveira
	Alferes	Alferes	Ismael Raphael da Silva
	Alferes	Alferes	Zeferino Claro de Baldeck
2ª Companhia	Capitão	Comandante	João de Araújo e Brito
	Tenente	Tenente	Juvêncio Soares de Freitas
	Alferes	Alferes	Júlio Alves de Oliveira
	Alferes	Alferes	Manoel Teixeira de Oliveira
3ª Companhia	Capitão	Comandante	Leôncio da Silva Teixeira
	Tenente	Tenente	Marcílio Luiz de Salles
	Alferes	Alferes	Filadelpho Pires Leis
	Alferes	Alferes	João Luiz de Mello
4ª Companhia	Capitão	Comandante	Avelino José de Carvalho
	Tenente	Tenente	José Moreira de Castro
	Alferes	Alferes	Zeferino Vicente da Silveira
	Alferes	Alferes	Cândido Pereira Garcia

Biblioteca Nacional. Jornal A Federação. Ano 1893, Edição 00028.

Como podemos observar no quadro acima, em 1893, foi realizada a nomeação de diversos oficiais para a Guarda Nacional de Caçapava, com a designação de cargos importantes em diferentes corpos e companhias. A tabela a seguir apresenta os nomes dos oficiais nomeados, incluindo Comandantes, Tenentes, Alferes e outros, que desempenhavam funções essenciais para a organização e operação da instituição. Essa pesquisa é um importante instrumento para entender a estrutura da Guarda Nacional no período e o papel de seus Oficiais na manutenção da ordem e na defesa da sociedade.

No quadro abaixo, listam-se os Oficiais com as suas respectivas profissões ou cargos:

#### Quadro 6 - Oficiais da Guarda Nacional e as Suas Atividades em 1893

Nome	Profissão / Cargo
Romão Xavier Mariano <sup>79</sup>	Fazendeiro

<sup>79</sup> Fazendeiro, Como consta na Certidão de Óbito. Fonte: FAMILYSEARCH. Certidão de Óbito do Cel. Romão Xavier. Disponível em: [Clique aqui](#). Acesso em: 25 nov. 2024. FAMILYSEARCH. Perfil biográfico de Cel. Romão Xavier Mariano. Disponível em: [Clique aqui](#). Acesso em: 19 nov. 2024.

Fidêncio Alves de Oliveira <sup>80</sup>	Fazendeiro no 3º Distrito
João Carlos Mor <sup>81</sup>	Criador e Oficial de Registro Civil
José Luiz Motta <sup>82</sup>	Fazendeiro
Ernesto Hermes Garcia <sup>83</sup>	Comércio de Secos e Molhados
Galvão Silveira dos Santos <sup>84</sup>	Delegado
Vasco Silveira dos Santos <sup>85</sup>	Criador
Propício Silveira dos Santos <sup>86</sup>	Criador
Marcos Martins de Carvalho <sup>87</sup>	Profissão Desconhecida, Militar
Gaudêncio Alves de Oliveira <sup>88</sup>	1º Suplente de Juiz do 5º Distrito em 1906, Criador
Anaurelino Ignácio da Rosa <sup>89</sup>	2º Suplente de Juiz do 5º Distrito em 1906
Antônio Pedro Henrique	Profissão Desconhecida, Militar
Gaudêncio Carvalho de Moura	Profissão Desconhecida, Militar
Cândido Carvalho de Moura <sup>90</sup>	Criador, 1º Suplente do 4º Distrito como Subdelegado em 1890
João Damasceno da Silva	Profissão Desconhecida, Militar
Mathias Moreira de Souza <sup>91</sup>	Profissão Desconhecida, Militar

<sup>80</sup> A FEDERAÇÃO. Fidêncio Alves de Oliveira, Fazendeiro no 3º Distrito. Disponível em: [Clique aqui](#). Acesso em: 25 nov. 2024. FAMILYSEARCH. Perfil biográfico de Fidêncio Alves de Oliveira. Disponível em: [Clique aqui](#). Acesso em: 19 nov. 2024.

<sup>81</sup> Era Francês. REGISTROS CIVIS. Oficial de Registro Civil, João Carlos Mor. Disponível em: [Clique aqui](#). Acesso em: 25 nov. 2024. FAMILYSEARCH. Perfil biográfico de João Carlos Mor. Disponível em: [Clique aqui](#). Acesso em: 19 nov. 2024.

<sup>82</sup> A FEDERAÇÃO. Fazendeiro. 1913, José Luiz Motta. Disponível em: [Clique aqui](#). Acesso em: 25 nov. 2024.

<sup>83</sup> A FEDERAÇÃO. Comércio de Secos e Molhados, Ernesto Hermes Garcia. Disponível em: [Clique aqui](#). Acesso em: 25 nov. 2024.

<sup>84</sup> A FEDERAÇÃO. Delegado em 1895, Galvão Silveira dos Santos. Disponível em: [Clique aqui](#). Acesso em: 25 nov. 2024. FAMILYSEARCH. Perfil Biográfico de Galvão Silveira dos Santos. Disponível em: [Clique aqui](#). Acesso em: 20 nov. 2024.

<sup>85</sup> Notícia de 1920: “Os srs. Vasco Silveira dos Santos e Fidêncio Machado Leão, munidos de arma de fogo e em virtude de antiga inimizade, encontrando-se no referido local, travaram luta da qual saíram feridos os dois contendores. Fidencio Machado Leão, em consequencia dos ferimentos recebidos, veio a fallecer horas depois.” Fonte: A FEDERAÇÃO. Notícia de 1920, Vasco Silveira dos Santos e Fidêncio Machado Leão. Ano 1920, edição 00265. Disponível em: [Clique aqui](#). Acesso em: 25 nov. 2024. A FEDERAÇÃO. Habeas Corpus de Vasco Silveira dos Santos. Ano 1921, edição 00028 (1). Disponível em: [Clique aqui](#). Acesso em: 25 nov. 2024. A FEDERAÇÃO. Pena de dois anos para Vasco Silveira dos Santos. Ano 1921, edição 00228 (1). Disponível em: [Clique aqui](#). Acesso em: 25 nov. 2024. FAMILYSEARCH. Perfil Biográfico de Vasco Silveira dos Santos. Disponível em: [Clique aqui](#). Acesso em: 20 nov. 2024.

<sup>86</sup> FAMILYSEARCH. Perfil Biográfico de Propício Silveira dos Santos. Disponível em: [Clique aqui](#). Acesso em: 20 nov. 2024.

<sup>87</sup> FAMILYSEARCH. Perfil Biográfico de Marcos Martins de Carvalho. Disponível em: [Clique aqui](#). Acesso em: 20 nov. 2024.

<sup>88</sup> A FEDERAÇÃO. 1º Suplente de Juiz do 5º Distrito em 1906, Gaudêncio de Oliveira. Ano 1906, edição 00013. Disponível em: [Clique aqui](#). Acesso em: 25 nov. 2024. A FEDERAÇÃO. Membro do Clube Republicano, Gaudêncio de Oliveira. Ano 1889, edição 00206. Disponível em: [Clique aqui](#). Acesso em: 25 nov. 2024. A FEDERAÇÃO. De Santana da Boa Vista, Gaudêncio de Oliveira. Ano 1890, edição 00023. Disponível em: [Clique aqui](#). Acesso em: 25 nov. 2024. OBS: Em 1916 foi liberado o pagamento do soldo de um ano de Gaudêncio como 1º Sargento Voluntário da Pátria no valor de 457\$500 réis. Fonte: A FEDERAÇÃO. Pagamento de Soldo, Gaudêncio de Oliveira. Ano 1916, edição 00040 (1). Disponível em: [Clique aqui](#). Acesso em: 25 nov. 2024.

<sup>89</sup> A FEDERAÇÃO. 2º Suplente de Juiz do 5º Distrito em 1906, Anaurelino Ignácio da Rosa. Ano 1906, edição 00013. Disponível em: [Clique aqui](#). Acesso em: 25 nov. 2024. A FEDERAÇÃO. De Santana da Boa Vista, Anaurelino Ignácio da Rosa. Ano 1903, edição 00175. Disponível em: [Clique aqui](#). Acesso em: 25 nov. 2024.

<sup>90</sup> De Santana da Boa Vista. FAMILYSEARCH. Perfil Biográfico de Cândido Carvalho de Moura. Disponível em: [Clique aqui](#). Acesso em: 20 nov. 2024. A FEDERAÇÃO. 1º Suplente do 4º Distrito como Subdelegado em 1890, Cândido Carvalho de Moura. Ano 1890, edição 00053. Disponível em: [Clique aqui](#). Acesso em: 25 nov. 2024.

<sup>91</sup> De Santana da Boa Vista. FAMILYSEARCH. Perfil Biográfico de Mathias Moreira de Souza. Disponível em: [Clique aqui](#). Acesso em: 20 nov. 2024. A FEDERAÇÃO. Protesto Mathias Moreira de Souza. Ano 1889, edição 00206. Disponível em: [Clique aqui](#). Acesso em: 24 nov. 2024.

Heleodoro Alves de Oliveira Sobrinho <sup>92</sup>	Possivelmente Criador
Norberto Vicente de Oliveira	Profissão Desconhecida, Militar
Luiz Alves de Oliveira Castro <sup>93</sup>	Profissão desconhecida, Militar
Thadeo Teixeira da Silva <sup>94</sup>	Criador
José Feliciano Alves	Profissão Desconhecida, Militar
Manoel José Lobatto <sup>95</sup>	Suplente de Sub Delegado do 3º distrito em 1891
Prudêncio Leandro Ferreira <sup>96</sup>	Criador
Pedro Xavier de Carvalho <sup>97</sup>	Profissão Desconhecida, Militar
Francisco Jardim de Menezes <sup>98</sup>	Profissão Desconhecida, Militar
Francisco Pereira Gomes <sup>99</sup>	Possuía Sesmarias
João Félix de Senna Guasina <sup>100</sup>	Militar
João Cândido da Silva <sup>101</sup>	Militar
Antônio Felipe Haas <sup>102</sup>	Polícia, Militar
Pedro Ribeiro de Carvalho <sup>103</sup>	Avaliador de Justiça
Rufino Xavier de Carvalho <sup>104</sup>	Agricultor, Criador
Quirino Gonçalves da Trindade	Profissão Desconhecida, Militar
Alfredo Jayme de Figueiredo <sup>105</sup>	Escrivão de Órfãos
José Luiz Moreira	Profissão Desconhecida, Militar

<sup>92</sup> De Santana da Boa Vista. A FEDERAÇÃO. Protesto, Heleodoro de Oliveira Sobrinho. Ano 1889, edição 00206. Disponível em: [Clique aqui](#). Acesso em: 24 nov. 2024.

<sup>93</sup> Irmão do Cel. Coriolano Castro. A FEDERAÇÃO. Protesto, Luiz Alves Castro. Ano 1889, edição 00206. Disponível em: [Clique aqui](#). Acesso em: 24 nov. 2024. FAMILYSEARCH. Perfil Biográfico de Luiz Alves de Oliveira Castro. Disponível em: [Clique aqui](#). Acesso em: 20 nov. 2024.

<sup>94</sup> A FEDERAÇÃO. Criador. Ano 1912, edição 00197. Disponível em: [Clique aqui](#). Acesso em: 25 nov. 2024.

<sup>95</sup> A FEDERAÇÃO. Suplente de Subdelegado do 3º Distrito em 1891, Cel. Manuel José Lobatto. Ano 1891, edição 00031. Disponível em: [Clique aqui](#). Acesso em: 25 nov. 2024.

FAMILYSEARCH. Perfil Biográfico do Cel. Manoel José Lobatto. Disponível em: [Clique aqui](#). Acesso em: 20 nov. 2024.

<sup>96</sup> A FEDERAÇÃO. Criador. Ano 1910, edição B00067 (25). Disponível em: [Clique aqui](#). Acesso em: 25 nov. 2024.

<sup>97</sup> Filho do Cel. Romão. FAMILYSEARCH. Perfil biográfico de Pedro Xavier de Carvalho. Disponível em: [Clique aqui](#). Acesso em: 19 nov. 2024.

<sup>98</sup> Filho de João de Deus Jardim de Menezes. FAMILYSEARCH. Perfil biográfico de Francisco Jardim de Menezes. Disponível em: [Clique aqui](#). Acesso em: 19 nov. 2024.

<sup>99</sup> A FEDERAÇÃO. Possuía Sesmarias, Francisco Pereira Gomes. Ano 1919, edição 00265. Disponível em: [Clique aqui](#). Acesso em: 25 nov. 2024.

<sup>100</sup> A FEDERAÇÃO. Preso em 1893 por um ataque em fev. por conta do federalismo excessivo. Ano 1893, edição 00097. Disponível em: [Clique aqui](#). Acesso em: 25 nov. 2024.

<sup>101</sup> A FEDERAÇÃO. Recolhido à Cadeia para Correção, João Cândido da Silva. Ano 1891, edição 00212. Disponível em: [Clique aqui](#). Acesso em: 25 nov. 2024. A FEDERAÇÃO. Ficou 2 dias em detenção. Ano 1891, edição 00214. Disponível em: [Clique aqui](#). Acesso em: 25 nov. 2024.

<sup>102</sup> A FEDERAÇÃO. Militar, Antonio Felipe Haas. Ano 1884, edição 00294. Disponível em: [Clique aqui](#). Acesso em: 25 nov. 2024.

<sup>103</sup> Casado com Constância de Bem e Canto. A FEDERAÇÃO. Avaliador de Justiça exonerado em jun. 1904, Pedro Ribeiro de Carvalho. Ano 1904, edição 00153. Disponível em: [Clique aqui](#). Acesso em: 25 nov. 2024. FAMILYSEARCH. Perfil biográfico de Pedro Ribeiro de Carvalho. Disponível em: [Clique aqui](#). Acesso em: 19 nov. 2024.

<sup>104</sup> Filho do Cel. Romão Xavier Mariano. A FEDERAÇÃO. Agricultor, Criador, Rufino Xavier de Carvalho. Ano 1916, edição B00072 (14). Disponível em: [Clique aqui](#). Acesso em: 25 nov. 2024. FAMILYSEARCH. Perfil biográfico de Rufino Xavier de Carvalho. Disponível em: [Clique aqui](#). Acesso em: 19 nov. 2024.

<sup>105</sup> Parente do Cel. Lucio Jayme de Figueiredo. A FEDERAÇÃO. Em 1929, a Lei de Organização Judiciária resolve nomear em caráter vitalício como Escrivão de Órfãos de Tupancrétan-RS, Alfredo Jayme de Figueiredo. Ano 1929, edição 00016. Disponível em: [Clique aqui](#). Acesso em: 25 nov. 2024. A FEDERAÇÃO. Filiado ao Partido Republicano. Ano 1889, edição 00206 (1). Disponível em: [Clique aqui](#). Acesso em: 25 nov. 2024.

Liberato Antônio Feiteiro <sup>106</sup>	Delegado de Polícia
Feliciano Soares de Freitas	Profissão Desconhecida, Militar
Paulino Silveira dos Santos <sup>107</sup>	Profissão Desconhecida, Militar
Domingos Jayme de Figueiredo Sobrinho	Profissão Desconhecida, Militar
Trajano da Motta Marezen <sup>108</sup>	Agricultor, Militar
João Silveira dos Santos Filho <sup>109</sup>	Político, Militar
José Tavares de Lazaren	Profissão Desconhecida, Militar
José Bento Jardim de Mendonça	Profissão Desconhecida, Militar
Francisco Carvalho de Moura <sup>110</sup>	Provavelmente criador, Sub Intendente do 5º Distrito de Santana da Boa Vista, arrecadava impostos em 1895
Coriolano Alves de Oliveira Castro <sup>111</sup>	Fazendeiro
André Lucas Intudia <sup>112</sup>	Profissão Desconhecida, Militar
Ildefonso Antonino de Castro	Profissão Desconhecida, Militar
José Sabino Velloso de Linhares <sup>113</sup>	Profissão Desconhecida, Militar
Zeferino Carvalho de Moura <sup>114</sup>	Profissão Desconhecida, Militar
Loreto Alves de Oliveira <sup>115</sup>	Profissão Desconhecida, Provavelmente Criador
Ismael Raphael da Silva <sup>116</sup>	Profissão Desconhecida, Militar
Zeferino Claro de Baldeck	Profissão Desconhecida
João de Araujo e Brito <sup>117</sup>	Juiz Suplente do 5º Distrito
Juvêncio Soares de Freitas	Profissão Desconhecida
Júlio Alves de Oliveira <sup>118</sup>	Fazenda Secos e Molhados
Manoel Teixeira de Oliveira	Profissão Desconhecida
Leôncio da Silva Teixeira	Profissão Desconhecida, Militar
Marcílio Luiz de Salles	Profissão Desconhecida, Militar

<sup>106</sup> A FEDERAÇÃO. Delegado de Polícia, Liberato Antônio Feiteiro. Ano 1908, edição A00065 (12). Disponível em: [Clique aqui](#). Acesso em: 25 nov. 2024.

<sup>107</sup> FAMILYSEARCH. Perfil biográfico de Paulino Silveira dos Santos. Disponível em: [Clique aqui](#). Acesso em: 19 nov. 2024.

<sup>108</sup> Família Motta, família de Fazendeiros. Agricultor, fonte: FAMILYSEARCH. Registro civil de Trajano da Motta Mazarem. Disponível em: [Clique aqui](#). Acesso em: 30 nov. 2024.

<sup>109</sup> A FEDERAÇÃO. Era do Partido Republicano, João dos Santos Silveira Filho. Ano 1889, edição 00206 (1). Disponível em: [Clique aqui](#). Acesso em: 25 nov. 2024.

<sup>110</sup> A FEDERAÇÃO. Subintendente do 5º Distrito de Santana da Boa Vista, arrecadava impostos em 1895, Francisco Carvalho de Moura. Ano 1895, edição 00285. Disponível em: [Clique aqui](#). Acesso em: 25 nov. 2024. FAMILYSEARCH. Perfil biográfico de Francisco Carvalho de Moura. Disponível em: [Clique aqui](#). Acesso em: 19 nov. 2024.

<sup>111</sup> FAMILYSEARCH. Perfil biográfico do Cel. Coriolano Alves de Oliveira Castro. Disponível em: [Clique aqui](#). Acesso em: 25 nov. 2024.

<sup>112</sup> A FEDERAÇÃO. Nome errado no anuário, é Itudia, André Lucas Itudia. A Federação, 1893. Edição 00028. Disponível em: [Clique aqui](#). Acesso em: 25 nov. 2024.

<sup>113</sup> FAMILYSEARCH. Perfil biográfico de José Sabino Velloso de Linhares. Disponível em: [Clique aqui](#). Acesso em: 25 nov. 2024.

<sup>114</sup> Filho de Francisco Carvalho de Moura, irmão de Vasco Carvalho Moura. FAMILYSEARCH. Perfil biográfico de Zeferino Carvalho de Moura. Disponível em: [Clique aqui](#). Acesso: 25 nov. 2024.

<sup>115</sup> A FEDERAÇÃO. Monarquista, protestou contra a República (1889), Loreto Alves de Oliveira. Ano 1889, edição 00206 (1). Disponível em: [Clique aqui](#). Acesso em: 25 nov. 2024. Família Alves de Oliveira

<sup>116</sup> A FEDERAÇÃO. Monarquista, protestou contra a República (1889), Ismael Raphael da Silva. Ano 1889, edição 00206 (1). Disponível em: [Clique aqui](#). Acesso em: 25 nov. 2024.

<sup>117</sup> A FEDERAÇÃO. Juiz Suplente do 5º distrito. Ano 1891, edição 00030. Disponível em: [Clique aqui](#). Acesso em: 25 nov. 2024. FAMILYSEARCH. Perfil biográfico de João Araujo e Brito. Disponível em: [Clique aqui](#). Acesso em: 25 nov. 2024.

<sup>118</sup> Sócio de Fidêncio Alves de Oliveira Filho no Comércio de Fazendas Secos e Molhados no Pinheiro - 1º Distrito com capital de 13\$000\$000.

Fonte: OLIVEIRA FILHO, Fidêncio Alves de. Comércio de Fazendas, Secos e Molhados. Jornal A Federação, edição 00014, ano 1901. Disponível em: [Clique aqui](#). Acesso em: 24 nov. 2024.

Filadelpho Pires Leis <sup>119</sup>	Profissão Desconhecida, Militar
João Luiz de Mello <sup>120</sup>	Profissão Desconhecida, Militar
Avelino José de Carvalho	Profissão Desconhecida, Militar
José Moreira de Castro <sup>121</sup>	Suplente Subdelegado em 1891
Zeferino Vicente da Silveira <sup>122</sup>	Açougueiro
Cândido Pereira Garcia <sup>123</sup>	Criador

Elaboração própria, a partir do cruzamento de dados do anuário de 1893 com as profissões encontradas no Jornal A Federação de 1893.

O quadro 5, reúne informações, que nos mostram o quanto esses indivíduos desempenhavam diversas funções na sociedade daquela época, desde atividades agrícolas, como a de Fazendeiros e Criadores, até cargos públicos e militares. A diversidade de profissões revela a complexidade social e econômica no final do século XIX, onde muitos dos oficiais também estavam envolvidos com o comércio, a política ou com a administração pública. Além disso, a tabela inclui referências históricas que ajudam a entender o contexto de cada pessoa mencionada, evidenciando suas trajetórias pessoais e profissionais.

Veja a lista de Intendentes que tinham vínculo com a Guarda Nacional:

**Quadro 7 - Intendentes que Faziam Parte da Guarda Nacional**

Nome	Período	Relação com a Guarda Nacional
Pedro Gonçalves de Carvalho	1894 a 1897	Casado com Mimosa de Bem Carvalho, neta do Cel. da G.N Balthazar Francisco de Bem <sup>124</sup>
Cel. Balthazar de Bem e Canto <sup>125</sup>	1898 a 1901	Filho do Maj. Belchior de Bem e Canto, sobrinho do Cel. Balthazar Francisco de Bem
Cel. Coriolano de Oliveira e Castro <sup>126</sup>	1902 a 1906	Cel. da Guarda Nacional
Cel. Balthazar de Bem e Canto	1906 a 1910	Filho do Maj. Belchior de Bem e Canto, sobrinho do Cel. Balthazar Francisco de Bem
Cel. Balthazar de Bem e Canto	1910 a 1914	Filho do Maj. Belchior de Bem e Canto, sobrinho do Cel. Balthazar Francisco de Bem

<sup>119</sup> FAMILYSEARCH. Perfil biográfico de Filadelpho Pires Leis. Disponível em: [Clique aqui](#). Acesso em: 25. nov. 2024.

<sup>120</sup> A FEDERAÇÃO. Monarquista, protestou contra a República (1889), João Luiz de Mello. Ano 1889, edição 00206 (1). Disponível em: [Clique aqui](#). Acesso em: 25 nov. 2024. FAMILYSEARCH. Perfil biográfico de João Luiz de Mello Disponível em: [Clique aqui](#). Acesso em: 25 nov. 2024.

<sup>121</sup> A FEDERAÇÃO. Suplente Subdelegado do 5º Distrito de Santana da Boa Vista, José Moreira de Castro. Ano 1891, edição 00030. Disponível em: [Clique aqui](#). Acesso em: 25 nov. 2024. FAMILYSEARCH. Perfil biográfico de José Moreira de Castro. Disponível em: [Clique aqui](#). Acesso em: 25 nov. 2024.

<sup>122</sup> A FEDERAÇÃO. Açougueiro, Zeferino Vicente da Silveira. Ano 1914, edição B00070 (23). Disponível em: [Clique aqui](#). Acesso em: 25 nov. 2024.

<sup>123</sup> A FEDERAÇÃO. Criador, Cândido Pereira Garcia. Ano 1910, edição B00067 (25). Disponível em: [Clique aqui](#). Acesso em: 25 nov. 2024.

<sup>124</sup> FAMILYSEARCH. Perfil biográfico de Mimosa de Bem Carvalho. Disponível em: [Clique aqui](#). Acesso em: 19 nov. 2024.

<sup>125</sup> FAMILYSEARCH. Perfil biográfico de Balthazar de Bem e Canto. Disponível em: [Clique aqui](#). Acesso em: 19 nov. 2024.

<sup>126</sup> FAMILYSEARCH. Perfil biográfico do Cel. Coriolano Alves de Oliveira Castro. Disponível em: [Clique aqui](#). Acesso em: 25 nov. 2024.

Cap. Barnabé Machado Leão <sup>127</sup>	1914 a 1918	Capitão da Guarda Nacional <sup>128</sup>
Cel. Balthazar de Bem e Canto	1918 a 1922	Filho do Maj. Belchior de Bem e Canto, sobrinho do Cel. Balthazar Francisco de Bem
Cel. João Vargas de Souza <sup>129</sup>	1922 a 1925	Coronel da G.N e da Brigada Militar <sup>130</sup>

Elaboração própria, a partir do cruzamento de dados do livro “A História do Município de Caçapava do Sul de Abrão (1992), com os dados encontrados nos quadros 9 e 10.

O quadro acima apresenta os Intendentes que fizeram parte da Guarda Nacional, destacando o período em que ocuparam o cargo e suas respectivas relações com a instituição. A maioria dos Intendentes possui vínculos familiares com figuras de destaque da Guarda Nacional, como é o caso de Pedro Gonçalves de Carvalho e de vários membros da família do Cel. Balthazar de Bem e Canto. O Cel. João Vargas de Souza, pertencia a Guarda Nacional, e à Brigada Militar. A tabela reflete a continuidade de laços familiares e de influência dentro da Guarda Nacional ao longo dos anos, destacando também a trajetória de cada oficial.

Na lista abaixo, temos a estrutura de Oficiais da Guarda Nacional entre 1916 e 1931:

**Quadro 8 - Oficiais da Guarda Nacional de 1916-1931**

Nome	Patentes	Períodos
Balthazar de Bem e Canto	Coronel	1916-1926, 1930-1931
Coriolano Alves de Oliveira e Castro	Coronel	1916-1926, 1930-1931
Antonio Machado Lopes	Tenente-coronel	1916-1926
Camillo de Oliveira Mello Sobrinho	Tenente-coronel	1916-1926
Frederico Teixeira de Oliveira	Tenente-coronel	1916-1926
Silvestre José de Vargas	Tenente-coronel	1916-1926
Balthazar de Bem Carvalho	Major	1916-1926, 1930-1931
Balthazar Guarany de Bem	Major	1916-1926, 1930-1931
Bibiano Vicente Machado	Major	1916-1926, 1930-1931
João Baptista Coelho Leal	Major	1916-1926, 1930-1931
João de Deus Jardim de Menezes	Major	1916-1926
Benabú Machado Leão	Major	1930-1931
Aristides Fortes Lobato	Major	1916-1926, 1930-1931
Gaspar Lino de Bem e Canto	Major	1930-1931
Anaurelino Ignacio da Rosa	Capitão	1916-1926, 1930-1931
Annibal Dutra da Paixão	Capitão	1916-1926, 1930-1931
Barnabé de Machado Leão	Capitão	1916-1926, 1930-1931
Claudino Teixeira de Oliveira	Capitão	1916-1926, 1930-1931
Deoclécio Pereira Maciel	Capitão	1916-1926, 1930-1931
Emilio Teixeira de Oliveira	Capitão	1916-1926, 1930-1931
Florisbello Ferreira Martins	Capitão	1916-1926, 1930-1931
Francisco Coelho Leal	Capitão	1916-1926, 1930-1931
Galdino Vicente Machado	Capitão	1916-1926, 1930-1931

<sup>127</sup> FAMILYSEARCH. Perfil biográfico do Cap. Barnabé Machado Leão. Disponível em: [Clique aqui](#). Acesso em: 19 nov. 2024.

<sup>128</sup> BIBLIOTECA NACIONAL. Almanak Laemmert: Administrativo, Mercantil e Industrial (RJ). Ano 1916, Edição B00072 (14), Cap. da Guarda Nacional. Disponível em: [Clique aqui](#). Acesso em: 19 nov. 2024.

<sup>129</sup> FAMILYSEARCH. Perfil biográfico do Cel. João Vargas. Disponível em: [Clique aqui](#). Acesso em: 19 nov. 2024.

<sup>130</sup> CASSOL, Arnaldo Luiz. História Administrativa, Legislativa e Política de Caçapava do Sul.

Gaspar Mario de Bem e Couto	Capitão	1916-1926
João Antonio Haaz	Capitão	1916-1926, 1930-1931
João Felix Lopes	Capitão	1916-1926, 1930-1931
José Antonio da Cruz	Capitão	1916-1926, 1930-1931
Liberato Antonio Feiteiro	Capitão	1916-1926
Libindo Alves de Oliveira	Capitão	1916-1926
Severino Antonio Luiz	Capitão	1916-1926, 1930-1931
Euclides P. Pinto	Capitão	1930-1931
Optassiano Tasso de Bem e Canto	Capitão	1916-1926, 1930-1931
Francisco Coelho Leal Netto	Tenente	1916-1926, 1930-1931
Domingos Patricio de Carvalho	Tenente	1916-1926
Gentil Fausto Ferreira	Tenente	1916-1926, 1930-1931
João Baptista Adolpho Maciel	Tenente	1916-1926, 1930-1931
José Pacífico Lobato	Tenente	1916-1926, 1930-1931
Pedro Luiz Monteiro	Tenente	1916-1926, 1930-1931
Aristides Fortes Lobato	Alferes	1916-1926, 1930-1931
Ceriliano Rodrigues Marques	Alferes	1916-1926, 1930-1931
José Coelho Leal	Alferes	1916-1926, 1930-1931
Juvêncio Teixeira de Oliveira	Alferes	1916-1926
Placido Pereira Henrique	Alferes	1916-1926, 1930-1931
Thimoteo Guasina	Alferes	1916-1926, 1930-1931

Biblioteca Nacional. Almanak Laemmert: Administrativo, Mercantil e Industrial (RJ). Ano 1916-1931<sup>131</sup>.

No quadro acima, foi apresentado a estrutura de Oficiais da Guarda Nacional de Caçapava entre 1916 e 1931, onde detalha os nomes, as suas patentes e os respectivos períodos de serviço dos oficiais. A Guarda Nacional foi oficialmente extinta em 1922, porém em Caçapava a instituição continuou em funcionamento até 1931. Durante esse período, a Guarda Nacional teve uma organização hierárquica consolidada, com a presença de diversos oficiais que ocuparam postos de destaque, como Coronéis, Tenentes-Coronéis e Majores.

Uma possível explicação para essa demora na extinção da Guarda Nacional em Caçapava pode estar relacionada à importância local da instituição, que desempenhava um papel fundamental na manutenção da ordem e segurança pública, também sempre apoiou as outras cidades na defesa da fronteira. Além disso, a Guarda Nacional era uma força que mantinha forte ligação com a elite local, com muitos de seus oficiais pertencendo a famílias influentes da cidade. Esse fator pode ter contribuído para a resistência em desativar a Guarda

<sup>131</sup> Todas as listas da Guarda Nacional estão disponíveis nos links abaixo:

ALMANAK LAEMMERT. Lista de Oficiais da Guarda Nacional em 1916. Almanak Laemmert: Administrativo, Mercantil e Industrial (RJ), 1891 a 1940. Disponível em: [Clique aqui](#). Acesso em: 2 dez. 2024. ALMANAK LAEMMERT. Lista de Oficiais da Guarda Nacional em 1917. Disponível em: [Clique aqui](#). Acesso em: 2 dez. 2024. ALMANAK LAEMMERT. Lista de Oficiais da Guarda Nacional em 1918. Disponível em: [Clique aqui](#). Acesso em: 2 dez. 2024. ALMANAK LAEMMERT. Lista de Oficiais da Guarda Nacional em 1919. Disponível em: [Clique aqui](#). Acesso em: 2 dez. 2024. ALMANAK LAEMMERT. Lista de Oficiais da Guarda Nacional em 1920-1921. Disponível em: [Clique aqui](#). Acesso em: 2 dez. 2024. ALMANAK LAEMMERT. Lista de Oficiais da Guarda Nacional em 1922. Disponível em: [Clique aqui](#). Acesso em: 2 dez. 2024. OBS: A lista de oficiais de 1922 é a mesma até o ano de 1931, quando a Guarda foi realmente extinta na cidade.

antes de 1931, mesmo após a dissolução oficial da instituição no restante do país em 1922. O contexto político e social da época, marcado por transformações e instabilidade, pode ter levado à manutenção de sua estrutura por mais tempo em algumas regiões, como Caçapava. E também porque essa terra sempre foi marcada por guerras e conflitos ao longo do tempo

Abaixo temos um quadro composto pelos mesmos oficiais acima, porém com as suas profissões ou atividades de 1916-1930:

**Quadro 9 - Oficiais da Guarda Nacional e Suas Atividades Profissionais em 1916-1930**

Nome	Profissão / Atividade	Ano (s)
Balthazar de Bem e Canto <sup>132</sup>	Fazendeiro, Capitalista, Político	1916-1930
Coriolano Alves de Oliveira Castro <sup>133</sup>	Fazendeiro	1916-1930
Antonio Machado Lopes <sup>134</sup>	Fazendeiro	1916-1930
Camillo de Oliveira Mello Sobrinho <sup>135</sup>	Subintendente no 3º Distrito, Político	1916-1930
Frederico Teixeira de Oliveira <sup>136</sup>	Provavelmente Criador	1916-1930
Silvestre José de Vargas <sup>137</sup>	Político (Suplente para o Conselho Municipal), Provavelmente Proprietário Rural	1916-1930
Balthazar de Bem Carvalho <sup>138</sup>	Fazendeiro ou Criador	1916-1930
Balthazar Guarany de Bem <sup>139</sup>	Vice Intendente (1913), Fazendeiro ou Criador	1916-1930
Bibiano Vicente Machado <sup>140</sup>	Conselheiro da Câmara, Criador	1916-1930
João Baptista Coelho Leal <sup>141</sup>	Escrivão Civil (1908), Secretário da Câmara	1908-1930

<sup>132</sup> FAMILYSEARCH. Perfil biográfico de Balthazar de Bem e Canto. Disponível em: [Clique aqui](#). Acesso em: 19 nov. 2024. Intendente 1908-1909; Vereador no Período Imperial. Fonte: CASSOL, Arnaldo Luiz. História Administrativa, Legislativa e Política de Caçapava do Sul. A FEDERAÇÃO. Capitalista, Balthazar de Bem e Canto. A Federação, 1918. Edição A00074 (25). Disponível em: [Clique aqui](#). Acesso em: 25 nov. 2024.

<sup>133</sup> FAMILYSEARCH. Perfil biográfico do Cel. Coriolano Alves de Oliveira Castro. Disponível em: [Clique aqui](#). Acesso em: 25 nov. 2024.

<sup>134</sup> FAMILYSEARCH. Perfil biográfico do Cel. Antonio Machado Lopes. Disponível em: [Clique aqui](#). Acesso em: 25 nov. 2024.

<sup>135</sup> FAMILYSEARCH. Perfil de Camillo de Oliveira Mello Sobrinho. Disponível em: [Clique aqui](#). Acesso em: 25 nov. 2024. A FEDERAÇÃO. Sub-intendente no 3º Distrito, Camillo Mello Sobrinho. A Federação, 1908. Edição A00065 (12). Disponível em: [Clique aqui](#). Acesso em: 25 nov. 2024. Vereador. Fonte: CASSOL, Arnaldo Luiz. O Poder Legislativo de Caçapava do Sul 1831-1995.

<sup>136</sup> Parente do Cel. Fidêncio Teixeira de Oliveira.

<sup>137</sup> A FEDERAÇÃO. Dono de Escravo, Silvestre José de Vargas. A Federação, 1885. Edição 00007. Disponível em: [Clique aqui](#). Acesso em: 25 nov. 2024. Provavelmente proprietário rural, vendeu um escravo ao Clube Abolicionista de São Sepé-RS em 1885. A FEDERAÇÃO. Suplente para Conselheiro Municipal com 32 votos, Silvestre José de Vargas. A Federação, 1900. Edição 00264. Disponível em: [Clique aqui](#). Acesso em: 25 nov. 2024.

<sup>138</sup> FAMILYSEARCH. Perfil de Balthazar de Bem Carvalho. Disponível em: [Clique aqui](#). Acesso em: 25 nov. 2024. Fazendeiro. Fonte: ALMANAK LAEMMERT. Almanak Laemmert: Administrativo, Mercantil e Industrial (RJ) - 1891 a 1940. Fazendeiro. Edição B00067 (25). Ano 1910. Disponível em: [Clique aqui](#). Acesso em: 27 nov. 2024.

<sup>139</sup> FAMILYSEARCH. Perfil de Balthazar Guarany de Bem. Disponível em: [Clique aqui](#). Acesso em: 25 nov. 2024. Nomeado por Barnabé Machado Leão. Fonte: A FEDERAÇÃO. Intendente, Balthazar Guarany de Bem. A Federação, 1913. Edição 00121 (1). Disponível em: [Clique aqui](#). Acesso em: 25 nov. 2024.

<sup>140</sup> O Cargo de Conselheiro tinha equivalência ao mandato de Vereador. Fonte: CASSOL, Arnaldo Luiz. O Poder Legislativo de Caçapava do Sul 1831-1995.

<sup>141</sup> FAMILYSEARCH. Perfil biográfico de João Baptista Coelho Leal. Disponível em: [Clique aqui](#). Acesso em: 1 dez. 2024. Secretário da Câmara Municipal. Fonte: CASSOL, Arnaldo Luiz. O Poder Legislativo de Caçapava do

	Municipal	
João de Deus Jardim de Menezes <sup>142</sup>	Maj. Cirurgião (1903), Juiz do 4º Distrito (1910)	1903-1930
Benabú Machado Leão	Profissão Desconhecida	1916-1930
Aristides Fortes Lobato <sup>143</sup>	Conselheiro da Câmara, Agricultor	1916-1930
Gaspar Lino de Bem e Canto <sup>144</sup>	Conselho Municipal	1916-1930
Anaurelino Ignacio da Rosa <sup>145</sup>	Vereador	1921
Annibal Dutra da Paixão <sup>146</sup>	Proprietário Rural	1912
Barnabé de Machado Leão <sup>147</sup>	Delegado (1916), Intendente (1908 – 1909; 1914 – 1918); Atividades Agrícolas no Santa Bárbara (Caçapava)	1908-1918
Claudino Teixeira de Oliveira <sup>148</sup>	Juiz do 3º Distrito	1916-1922
Deoclécio Pereira Maciel <sup>149</sup>	Advogado, Fazendeiro	1916-1922
Emilio Teixeira de Oliveira <sup>150</sup>	Sub Delegado do 4º Distrito	1916-1922
Florisbello Ferreira Martins <sup>151</sup>	Fazendeiro, Comércio, Armazinhado, Fazendas, Ferragens, Secos e Molhados; Político	1916-1922
Francisco Coelho Leal <sup>152</sup>	Tabelião, Capitalista, Vice Intendente, Professor	1921

Sul 1831-1995. A FEDERAÇÃO. Escrivão Civil, João Baptista Coelho Leal. A Federação, 1891. Edição 00012 (1). Disponível em: [Clique aqui](#). Acesso em: 25 nov. 2024.

<sup>142</sup> A FEDERAÇÃO. Maj. Cirurgião, João de Deus Jardim de Menezes. Jornal A Federação, edição 00187, ano 1903. Disponível em: [Clique aqui](#). Acesso em: 24 nov. 2024. A FEDERAÇÃO. Juiz do 4º Distrito, João de Deus Jardim de Menezes. edição B00067, ano 1910. Disponível em: [Clique aqui](#). Acesso em: 24 nov. 2024.

<sup>143</sup> Irmão do Cel. Manoel José Lobato. FAMILYSEARCH. Perfil de Aristides Fortes Lobato. Disponível em: [Clique aqui](#). Acesso em: 25 nov. 2024. Conselheiro na Câmara. Fonte: CASSOL, Arnaldo Luiz. História Administrativa, Legislativa e Política de Caçapava do Sul. A FEDERAÇÃO. Ano 1918. Edição A00074 (25). Agricultor, Aristides Fortes Lobato. Disponível em: [Clique aqui](#). Acesso em: 25 nov. 2024.

<sup>144</sup> A FEDERAÇÃO. Gaspar Lino de Bem e Canto: Conselho Municipal. A Federação, 1922. Edição 00233. Disponível em: [Clique aqui](#). Acesso em: 25 nov. 2024.

<sup>145</sup> No jornal consta “Anaureliano”, foi um erro de escrita. Fonte: A FEDERAÇÃO. Vereador, Anaurelino Ignacio da Rosa. A Federação, 1921. Edição D00077-00078 (12). Disponível em: [Clique aqui](#). Acesso em: 25 nov. 2024.

<sup>146</sup> A FEDERAÇÃO. Proprietário Rural em 1912, Annibal Dutra da Paixão. A Federação, 1912. Edição 00197. Disponível em: [Clique aqui](#). Acesso em: 25 nov. 2024.

<sup>147</sup> A FEDERAÇÃO. Delegado em 1916, Barnabé Machado Leão. A Federação, 1916. Edição B00072 (1). Disponível em: [Clique aqui](#). Acesso em: 25 nov. 2024. FAMILYSEARCH. Perfil biográfico do Cap. Barnabé Machado Leão. Disponível em: [Clique aqui](#). Acesso em: 19 nov. 2024. FAMILYSEARCH. Certidão de Óbito de Barnabé Machado Leão. Disponível em: [Clique aqui](#). Acesso em: 30 nov. 2024. Biografia, Profissões de Intendente e Atividades Agrícolas. Fonte: CASSOL, Arnaldo Luiz. História Administrativa, Legislativa e Política de Caçapava do Sul.

<sup>148</sup> A FEDERAÇÃO. Juiz do 3º distrito, Claudino Teixeira de Oliveira. A Federação, 1910. Edição B00067 (25). Disponível em: [Clique aqui](#). Acesso em: 25 nov. 2024.

<sup>149</sup> Filho de Pedro Pereira Maciel, irmão de João Baptista Adolpho Maciel. A FEDERAÇÃO. Advogado, Dioclécio Pereira Maciel. A Federação, 1908. Edição A00065 (12). Disponível em: [Clique aqui](#). Acesso em: 25 nov. 2024. FAMILYSEARCH. Perfil de Dioclécio Pereira Maciel. Disponível em: [Clique aqui](#). Acesso em: 25 nov. 2024. A FEDERAÇÃO. Acionista da Mineradora de Cobre, Dioclécio Pereira Maciel. Ano 1912. Edição 00280. Disponível em: [Clique aqui](#). Acesso em: 25 nov. 2024.

<sup>150</sup> A FEDERAÇÃO. Sub Delegado do 4º Distrito, Emilio Teixeira de Oliveira. A Federação, 1913. Edição 00159 (1). Disponível em: [Clique aqui](#). Acesso em: 25 nov. 2024. FAMILYSEARCH. Perfil de Emilio Teixeira de Oliveira. Disponível em: [Clique aqui](#). Acesso em: 25 nov. 2024.

<sup>151</sup> FAMILYSEARCH. Perfil de Florisbello Ferreira Martins. Disponível em: [Clique aqui](#). Acesso em: 25 nov. 2024. A FEDERAÇÃO. ANO 1918. Edição A00074 (25). Fazendeiro; Comércio, Armazinhado, Fazendas, Ferragens, Secos e Molhados, Florisbello Ferreira Martins. Disponível em: [Clique aqui](#). Acesso em: 25 nov. 2024. Vereador em 1918, Conselheiro da Câmara 1917 - 1921; 1914 - 1918. Fonte: CASSOL, Arnaldo Luiz. O Poder Legislativo de Caçapava do Sul 1831-1995. Maçon. Fonte: FERREIRA, Zilamar. O Coriolano Alves de Oliveira e Castro: trajetória como político e maçom em Caçapava-RS.

<sup>152</sup> FAMILYSEARCH. Perfil de Francisco Coelho Leal. Disponível em: [Clique aqui](#). Acesso em: 25 nov. 2024. Intendente substituto do Cel. João Vargas de Souza em 1923 / 1933-1934. Fonte: CASSOL, Arnaldo Luiz. História Administrativa, Legislativa e Política de Caçapava do Sul. A FEDERAÇÃO. Ano 1910. Edição B00067 (25). Professor Público, Francisco Coelho Leal. Disponível em: [Clique aqui](#). Acesso em: 25 nov. 2024.

	Público	
Galdino Vicente Machado	Profissão Desconhecida, Militar	1916-1922
Gaspar Mario de Bem e Canto <sup>153</sup>	Militar, Político	1916-1922
João Antonio Haaz <sup>154</sup>	Coletor de Impostos Federal	1916-1922
João Felix Lopes <sup>155</sup>	Criador	1916-1922
José Antonio da Cruz <sup>156</sup>	Escrivão do 3º Distrito	1916-1922
Liberato Antonio Feiteiro <sup>157</sup>	Delegado de Polícia	1916-1922
Libindo Alves de Oliveira <sup>158</sup>	Criador	1916-1922
Severino Antonio Luiz <sup>159</sup>	Proprietário Rural	1916-1922
Euclides P. Pinto	Profissão Desconhecida	1916-1922
Optassiano Tasso de Bem e Canto <sup>160</sup>	Hoteleiro, Acionista da Mineradora de Cobre	1916-1922
Francisco Coelho Leal Netto <sup>161</sup>	Profissão Desconhecida	1916-1922
Domingos Patricio de Carvalho <sup>162</sup>	Secretário da Administração Municipal	1918
Gentil Fausto Ferreira <sup>163</sup>	Professor Municipal, Ajudante do 2º Registro Geral Antonio Ferreira de Andrade em 1910	1918, 1910
João Baptista Adolpho Maciel <sup>164</sup>	Criador, Político	1916-1922
José Pacífico Lobato <sup>165</sup>	Juiz Distrital	1918
Pedro Luiz Monteiro <sup>166</sup>	Fazendeiro, 3º Suplente como Juiz do 5º Distrito	1916-1922

<sup>153</sup> Cap. ajudante do Cel. Balthazar Guarany de Bem na Revolução de 1923. Filho do Cel. Balthazar de Bem, um dos conselheiros da Câmara. Fonte: CASSOL, Arnaldo Luiz. História Administrativa, Legislativa e Política de Caçapava do Sul. FAMILYSEARCH. Perfil de Gaspar Mario de Bem e Canto. Disponível em: [Clique aqui](#). Acesso em: 25 nov. 2024.

<sup>154</sup> A FEDERAÇÃO. Ano 1918. Edição A00074 (25). Coletor de Impostos Federal, João Antônio Haas. Disponível em: [Clique aqui](#). Acesso em: 25 nov. 2024.

<sup>155</sup> A FEDERAÇÃO. Ano 1910. Edição B00067 (25). Criador, João Felix Lopes. Disponível em: [Clique aqui](#). Acesso em: 25 nov. 2024.

<sup>156</sup> A FEDERAÇÃO. Ano 1910. Edição B00067 (25). Escrivão do 3º Distrito, José Antônio da Cruz. Disponível em: [Clique aqui](#). Acesso em: 25 nov. 2024.

<sup>157</sup> A FEDERAÇÃO. Delegado de Polícia, Liberato Antônio Feiteiro. A Federação, 1908. Edição A00065 (12). Disponível em: [Clique aqui](#). Acesso em: 25 nov. 2024.

<sup>158</sup> A FEDERAÇÃO. Criador, Libindo Alves de Oliveira. Ano 1912. Edição 00293. Disponível em: [Clique aqui](#). Acesso em: 25 nov. 2024. FAMILYSEARCH. Perfil de Libindo Alves de Oliveira. Disponível em: [Clique aqui](#). Acesso em: 25 nov. 2024.

<sup>159</sup> A FEDERAÇÃO. Proprietário Rural nas Minas do Camaquã. Ano 1903. Edição 00163 (1). Disponível em: [Clique aqui](#). Acesso em: 25 nov. 2024.

<sup>160</sup> A FEDERAÇÃO. Acionista da Mineradora de Cobre, Optassiano Tasso de Bem e Canto. Ano 1912. Edição 00280. Disponível em: [Clique aqui](#). Acesso em: 25 nov. 2024. Em 1910 foi para a Guarda Nacional de São Sepé-RS.

<sup>161</sup> FAMILYSEARCH. Perfil de Francisco Coelho Leal Netto. Disponível em: [Clique aqui](#). Acesso em: 25 nov. 2024.

<sup>162</sup> FAMILYSEARCH. Perfil de Domingos Patrício de Carvalho. Disponível em: [Clique aqui](#). Acesso em: 25 nov. 2024. A FEDERAÇÃO. Ano 1918. Edição A00074 (25). Secretário da Administração Municipal, Domingos Patrício de Carvalho. Disponível em: [Clique aqui](#). Acesso em: 25 nov. 2024

<sup>163</sup> A FEDERAÇÃO. Ano 1918. Edição A00074 (25). Professor Municipal, Gentil Fausto Ferreira. Disponível em: [Clique aqui](#). Acesso em: 25 nov. 2024. A FEDERAÇÃO. Ano 1910. Edição B00067 (25). Ajudante do 2º Registro Civil. Disponível em: [Clique aqui](#). Acesso em: 25 nov. 2024.

<sup>164</sup> Filho de Pedro Pereira Maciel. FAMILYSEARCH. Perfil de João Baptista Adolpho Maciel. Disponível em: [Clique aqui](#). Acesso em: 25 nov. 2024. Conselheiro da Câmara Municipal 1917 - 1921. Fonte: CASSOL, Arnaldo Luiz. História Administrativa, Legislativa e Política de Caçapava do Sul.

Proprietário de Terras nas Caieiras de Calcário, Caçapava do Sul-RS. Fonte: A FEDERAÇÃO. Ano 1936. Edição A00092 (3). Caieiras. Disponível em: [Clique aqui](#). Acesso em: 25 nov. 2024.

<sup>165</sup> Filho do Cel. Manoel José Lobato. FAMILYSEARCH. Perfil de José Pacífico Lobato. Disponível em: [Clique aqui](#). Acesso em: 25 nov. 2024. A FEDERAÇÃO. Juiz Districtal, José Pacífico Lobato. Ano 1918. Edição A00074 (25). Juiz Distrital. Disponível em: [Clique aqui](#). Acesso em: 25 nov. 2024.

<sup>166</sup> A FEDERAÇÃO. 3º Suplente a Juiz do 5º Distrito, Pedro Luiz Monteiro. Ano 1906. Edição 00013. Disponível em: [Clique aqui](#). Acesso em: 25 nov. 2024. A FEDERAÇÃO. Era do Partido Republicano em Santana da Boa Vista, Pedro Luiz Monteiro. Ano 1889. Edição 00206. Disponível em: [Clique aqui](#). Acesso em: 25 nov. 2024. A

Ceriliano Rodrigues Marques	Profissão Desconhecida	1916-1922
José Coelho Leal <sup>167</sup>	Conselheiro na Câmara	1916-1922
Juvêncio Teixeira de Oliveira <sup>168</sup>	Sub Delegado	1916-1922
Plácido Pereira Henrique <sup>169</sup>	Profissão Desconhecida, Militar	1916-1922
Thimoteo Guasina <sup>170</sup>	Carteiro	1916-1922

Elaboração própria, a partir do cruzamento de dados dos anuários de 1916 até 1931, com as profissões encontradas nos próprios anuários dos mesmos anos e do Jornal A Federação dos anos de 1916-1931.

O quadro acima foi o último, onde apresenta as atividades profissionais dos Oficiais da Guarda Nacional. As informações fornecem uma visão detalhada das ocupações civis e políticas de cada um desses indivíduos, incluindo cargos políticos, atividades empresariais e profissões rurais, como fazendeiros e criadores. Essa diversidade de funções evidencia a conexão entre os militares e o contexto social e econômico da época, onde muitos oficiais também desempenhavam papéis importantes na administração pública, na economia local e nas estruturas políticas regionais. A seguir, é possível observar os detalhes das profissões associadas a esses oficiais. Na próxima seção, será feito uma análise dos Oficiais da Guarda Nacional de Caçapava com a porcentagem estimada de cada profissão entre os anos 1885-1922.

---

FEDERAÇÃO. Fazendeiro no 6º Distrito. Ano 1918. Edição 00004. Disponível em: [Clique aqui](#). Acesso em: 25 nov. 2024.

<sup>167</sup> Filho do Maj. João Baptista Coelho Leal, Conselheiro na Câmara. Fonte: CASSOL, Arnaldo Luiz. História Administrativa, Legislativa e Política de Caçapava do Sul. FAMILYSEARCH. Perfil biográfico de José Coelho Leal. Disponível em: [Clique aqui](#). Acesso em: 25 nov. 2024.

<sup>168</sup> Filho do Cel. Fidêncio Teixeira de Oliveira. FAMILYSEARCH. Perfil biográfico de Juvêncio Teixeira de Oliveira. Disponível em: [Clique aqui](#). Acesso em: 25 nov. 2024. Sub Delegado. Fonte: A FEDERAÇÃO. Ano 1919. Edição B00076 (27). Sub Delegado. Disponível em: [Clique aqui](#). Acesso em: 25 nov. 2024.

<sup>169</sup> FAMILYSEARCH. Perfil biográfico de Plácido Pereira Henrique. Disponível em: [Clique aqui](#). Acesso em: 25 nov. 2024.

<sup>170</sup> FAMILYSEARCH. Perfil biográfico de Thimoteo Guasina. Disponível em: [Clique aqui](#). Acesso em: 25 nov. 2024. Em uma carta do Ten. Cel. Pedro Pereira Maciel para o Gov. Borges de Medeiros, ele pede para que Thimoteo Guasina, a quem ele conhecia desde menino e trabalhava no Correio, que possa trabalhar no Telégrafo Estadual em Porto Alegre. Fonte: MACIEL, Pedro Pereira. Carta. Caçapava do Sul, RS, 12 jun. 1904. 1 folha. Carta 00491. Fundo Borges de Medeiros. Disponível em: [Clique aqui](#). Acesso em: 2020.

### **3 ANÁLISE DAS PROFISSÕES DOS OFICIAIS DA GUARDA NACIONAL DE CAÇAPAVA**

A Guarda Nacional foi uma importante instituição militar e civil no Brasil, e entre 1885 e 1931, a Guarda Nacional de Caçapava passou por mudanças significativas, influenciadas pela transição do Império para a República e pelas transformações políticas, sociais e econômicas da época. Durante esse período, a Guarda deixou de exercer funções policiais, passando a atuar principalmente em situações de insurreição ou crise. Com o fortalecimento da República, sua atuação se tornou mais restrita, refletindo as novas dinâmicas políticas e sociais do Brasil. Nesse contexto, é possível observar que os integrantes da Guarda Nacional, que antes eram predominantemente compostos por Fazendeiros, Militares e Comerciantes, viram suas profissões e funções se diversificarem ainda mais, acompanhando as mudanças na estrutura econômica e política da região.

A análise dos anos de 1885 a 1931 permite compreender a dinâmica de uma sociedade em transição, onde a presença de membros da Guarda Nacional estava estreitamente ligada à organização social local, aos interesses políticos e à adaptação às novas demandas do Estado republicano. Além disso, a investigação das profissões e trajetórias dos integrantes revela como essas pessoas, ao mesmo tempo em que desempenhavam funções militares, também estavam inseridas nos processos administrativos, econômicos e culturais da época. Dessa forma, este estudo busca destacar as implicações dessas transformações para a Guarda Nacional de Caçapava e sua relação com as mudanças políticas e sociais do período.

De 1885 à 1891, com base nas informações obtidas de fontes históricas e da descrição das profissões dos oficiais, podemos observar que, embora as funções militares fossem predominantes, as profissões civis também desempenhavam um papel significativo dentro da Guarda Nacional. De acordo com os dados disponíveis, é possível listar os principais grupos profissionais dos integrantes dessa instituição. São esses os principais grupos profissionais:

Muitos integrantes da Guarda Nacional, especialmente os oficiais, possuíam formação ou experiência militar. O próprio Comandante Regional da Guarda, Cel. Plácido Gonçalves de Meirelles, era Militar e Político, com uma trajetória política destacada, incluindo mandatos como Vereador e Presidente da Câmara. Vale ressaltar que, antes da Proclamação da República (1889), o Presidente da Câmara exercia funções semelhantes às de um Prefeito atualmente. Outros oficiais, como Joaquim de Mello Azevedo Seixas e o Maj. Jayme Pinheiro de Ulhôa Cintra, também tinham carreira militar, indicando que uma parte significativa da Guarda

Nacional era composta por indivíduos com formação ou experiência em atividades militares.

Diversos Oficiais da Guarda Nacional possuíam também atividades políticas, e eram Administradores Públicos. Por exemplo, o Ten. Guilherme Herculano de Medeiros que foi Juiz, Agrimensor e Político, enquanto Pedro Pereira Maciel, além de Advogado, foi Delegado de Polícia, Professor e Adjunto do Promotor Público. Isso mostra que havia uma interseção entre o serviço público, a política local e as funções dentro da Guarda Nacional. Muitos membros da Guarda Nacional eram, portanto, figuras de destaque na vida pública de Caçapava.

A presença de Advogados e Escrivães na Guarda Nacional também é significativa. Nomes como Maj. Jayme Pinheiro de Ulhôa Cintra, Pedro Pereira Maciel e Tancredo Pereira Maciel indicam que essa profissão estava bem representada entre os integrantes. Advogados e Escrivães muitas vezes desempenhavam funções administrativas e de liderança dentro da Guarda Nacional, além de estarem ligados ao sistema judicial e à manutenção da ordem legal no município.

A economia de Caçapava, como mencionado, era predominantemente voltada para a agricultura (cultivo de Milho, Arroz e Feijão) e a criação de gado. Embora não seja possível identificar todos os integrantes da Guarda Nacional, sabemos que vários de seus oficiais eram Fazendeiros ou Comerciantes. Assim, é razoável inferir que muitos membros da Guarda estavam envolvidos nessas atividades, considerando as características econômicas locais. Caçapava era um importante centro comercial e de criação de gado na região, o que sugere que muitos integrantes da Guarda pertenciam a essas classes sociais.

Com a promulgação da Lei nº 2.395, de 1873<sup>171</sup>, que retirou da Guarda Nacional suas funções policiais, transferindo-as para outras instituições estatais, muitos oficiais passaram a ocupar funções administrativas. Esse contexto explica a presença de diversos oficiais da Guarda Nacional em cargos policiais e administrativos, refletindo a reorientação de suas responsabilidades para a gestão pública.

Com base nas informações sobre as profissões dos principais integrantes da Guarda Nacional entre 1885 e 1891, é possível estimar a distribuição percentual das ocupações entre os oficiais. A tabela fornecida contém cinco categorias de profissões, com exemplos de pessoas associadas a cada uma delas. A distribuição percentual estimada reflete a importância ou a quantidade relativa de indivíduos dentro de cada profissão.

---

<sup>171</sup> BRASIL. Lei nº 2395, de 10 de setembro de 1873. Altera a Lei nº 25, de 9 de novembro de 1864, que organiza a Guarda Nacional do Império. Disponível em: [Clique aqui](#). Acesso em: 12 de agosto de 2024.

Para calcular as porcentagens, primeiramente foi determinado o número total de pessoas mencionadas nas profissões listadas. Para isso, foi contado o número de pessoas distintas associadas a cada profissão.

Em seguida, para calcular a porcentagem estimada de cada profissão, utilizou-se a fórmula básica de porcentagem:

Porcentagem Estimada = (Dividimos o número de pessoas de uma profissão pelo total de pessoas) multiplicado por 100.

Após calcular as porcentagens, há um ajuste necessário para tornar a soma das porcentagens igual a 100%. Isso pode ser feito por arredondamento dos valores.

**Tabela 4 - Porcentagem dos Principais Oficiais em Cada Profissão nos Anos de 1885-1891**

<b>Profissão</b>	<b>Oficiais</b>	<b>Porcentagem Estimada</b>
Militares	Cel. Plácido Gonçalves Meirelles, Joaquim de Mello Azevedo Seixas, Maj. Jayme Pinheiro de Ulhôa Cintra	30%
Políticos/Administradores Públicos	Tem. Guilherme Herculano de Medeiros, Pedro Pereira Maciel, Tancredo Pereira Maciel	25%
Advogados e Escrivães	Maj. Jayme Pinheiro de Ulhôa Cintra, Pedro Pereira Maciel, Tancredo Pereira Maciel	20%
Comerciantes e Fazendeiros	Tancredo Pereira Maciel	15%
Delegados e Funcionários Públicos	José Eleodoro de Figueiredo Neves	10%
<b>TOTAL</b>		<b>100%</b>

Elaboração própria, a partir do cruzamento de dados coletados do anuário de 1885.

Para calcular as porcentagens estimadas das profissões dos Oficiais da Reserva em 1891, primeiro categorizei as profissões mencionadas e, em seguida, calculei a distribuição percentual de cada uma delas.

**Tabela 5 - Porcentagem dos Principais Oficiais da Reserva em Cada Profissão no Ano de 1891**

<b>Profissão / Atividade</b>	<b>Oficiais</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Porcentagem Estimada</b>
Delegado	Fidêncio José de Lima	1	5%

Médico da G.N, farmacêutico	José Pompeu Idalino de Toledo	1	5%
Militar	Manoel Machado Leão Pinto, Máximo Ferreira da Silva, João Schemits, Félix Nunes Garcia	4	20%
Criador	Ten. Prudêncio Leandro Ferreira, Inácio Silveira dos Santos, Antonio Pereira Amado, Manoel Vicente da Silveira, João Patrício de Carvalho	6	30%
Comerciante	Fidêncio Alves de Oliveira Filho	1	5%
Fazendeiro	Olivério Pereira da Rosa	1	5%
Partidor Judicial	Alexandre José de Seixas	1	5%
Maj. Cirurgião, Juiz	João de Deus Jardim de Menezes, Silvério Teixeira de Oliveira	2	10%
Escrivão	Antonio Pereira Amado, João Patrício de Carvalho	2	10%
1º Secretário do Partido Republicano	Malaquias José de Castro	1	5%
<b>Total</b>		<b>20</b>	<b>100%</b>

Elaboração própria, a partir do cruzamento de dados do anuário de 1891 com profissões encontradas no Jornal A Federação de 1891.

Criador continua sendo a profissão mais representada (30%). As profissões Militar (20%) e Major Cirurgião, Juiz (10%) seguem com destaque. Profissões como Escrivão, Médico/Farmacêutico, Delegado, Comerciante, Fazendeiro, Partidor Judicial, e 1º Secretário do Partido Republicano têm uma presença mais equilibrada, com 5% ou 10% cada.

A analisando a lista de Oficiais de 1893 e as suas atividades profissionais, constatei que

há uma predominância de oficiais com atividades ligadas à agricultura e pecuária. Muitos são descritos como Fazendeiros ou Criadores, indicando um forte envolvimento com a produção rural.

Exemplos incluem: Romão Xavier Mariano, Fidêncio Alves de Oliveira, José Luiz Motta, Cândido Pereira Garcia, Francisco Carvalho de Moura, entre outros.

A maioria dos oficiais parece ter uma forte conexão com a militarização ou com atividades militares, o que era comum na época, dado o contexto da Guarda Nacional e os movimentos políticos e militares do Brasil no final do século XIX.

Exemplos incluem João Félix de Senna Guasina, José Luiz Moreira, Francisco Pereira Gomes, e muitos outros cujas profissões são descritas como "Militar", ou cuja função está relacionada a cargos militares de destaque.

Alguns oficiais exercem funções policiais ou administrativas, com destaque para os cargos de Delegado de Polícia e Escrivão, como Liberato Antônio Feiteiro e Alfredo Jayme de Figueiredo.

Esses cargos sugerem que uma parte significativa dos oficiais também estava envolvida com a manutenção da ordem pública e com funções de segurança.

Há também alguns oficiais que exerceram funções jurídicas, como Gaudêncio Alves de Oliveira, Anaurelino Ignácio da Rosa, e João Araujo e Brito, sendo descritos como Suplentes de Juízes ou com funções relacionadas à Administração da Justiça.

Ernesto Hermes Garcia, por exemplo, era envolvido no Comércio de Secos e Molhados, e outros oficiais, como Júlio Alves de Oliveira, estavam ligados ao Comércio de Fazendas, indicando uma atividade voltada para o comércio e negócios locais.

Em vários casos, a profissão dos oficiais não é especificada, sendo apenas mencionados como Militares, Suplentes de Juiz, ou pessoas com vínculos políticos, mas sem uma descrição clara de suas ocupações. Isso pode ser devido à falta de informações disponíveis ou à natureza multifacetada dessas figuras, que ocupavam várias funções ou cargos.

Outros oficiais eram descritos com profissões variadas, como Avaliador de Justiça, Açougueiro e Agricultores.

Zeferino Vicente da Silveira, por exemplo, é descrito como Açougueiro, uma ocupação muito diferente das mais associadas ao poder político ou militar.

**Tabela 6 - Porcentagem dos Oficiais da Guarda Nacional em Cada Profissão no Ano de 1893**

Profissão / Atividade	Oficiais	Nº de Integrantes	Porcentagem (%)
-----------------------	----------	-------------------	-----------------

Fazendeiro	Romão Xavier Mariano, Fidêncio Alves de Oliveira, José Luiz Motta, Coriolano Alves de Oliveira Castro	4	10.26%
Criador	Vasco Silveira dos Santos, Propício Silveira dos Santos, Thadeo Teixeira da Silva, Prudêncio Leandro Ferreira, Francisco Carvalho de Moura, Cândido Carvalho de Moura, Zeferino Carvalho de Moura, Loreto Alves de Oliveira, Zeferino Vicente da Silveira, Cândido Pereira Garcia	10	25.64%
Oficial de Registro Civil	João Carlos Mor	1	2.56%
Comércio de secos e molhados	Ernesto Hermes Garcia, Júlio Alves de Oliveira	2	5.13%
Delegado	Galvão Silveira dos Santos, Liberato Antônio Feiteiro	2	5.13%
Política / Militar	João Silveira dos Santos Filho, João Félix de Senna Guasina, João Cândido da Silva, Antônio Felipe Haas, João de Araujo e Brito, José Tavares de Lazaren, Francisco Jardim de Menezes, Francisco Pereira Gomes, Francisco Carvalho de Moura, José Sabino Velloso de Linhares, Trajano da Motta Marezen	10	25.64%
Avaliador de Justiça	Pedro Ribeiro de Carvalho	1	2.56%
Subdelegado	Manoel José Lobatto, Cândido Carvalho de Moura	2	5.13%
Escrivão de Órfãos	Alfredo Jayme de Figueiredo	1	2.56%
Agricultor	Rufino Xavier de Carvalho	1	2.56%
Açougueiro	Zeferino Vicente da Silveira	1	2.56%
Militar	Marcos Martins de Carvalho, Antônio Pedro Henrique, Gaudêncio Alves de Oliveira, Mathias Moreira de Souza, Heleodoro Alves de Oliveira Sobrinho, Norberto Vicente de Oliveira, Luiz Alves de Oliveira Castro, Ismael Raphael da Silva, Zeferino Claro de Baldeck, Domingos Jayme de Figueiredo Sobrinho, André Lucas Intudia, Ildefonso Antonino de Castro, José Luiz Moreira, Paulino Silveira dos Santos, José Moreira de Castro, Avelino José de Carvalho, João Luiz de Mello	19	48.72%
<b>TOTAL</b>		<b>39</b>	<b>100%</b>

Elaboração própria, a partir do cruzamento de dados do anuário de 1893 com as profissões encontradas no Jornal A Federação de 1893.

A profissão de Militar é, de longe, a mais comum entre as listadas para o ano de 1893, representando quase 49% do total de profissionais. Isso pode refletir uma época de grandes transformações políticas e sociais no Brasil, incluindo movimentos como a Proclamação da República (1889) e possíveis tensões federativas e locais. A presença expressiva de Militares na sociedade pode indicar uma forte militarização ou o envolvimento de várias figuras na defesa e no controle da ordem pública. Esse grande número pode também estar associado a contextos de conflitos políticos e de mudanças na estrutura do império para a república.

Os Fazendeiros ocupam a segunda posição, com 17.95% do total. A figura do Fazendeiro era central na sociedade rural brasileira do século XIX, especialmente em áreas como a do Rio Grande do Sul, onde se cultivavam produtos como o Arroz e a Erva-Mate. O Brasil, ainda marcado pela economia agro exportadora, mantinha os Fazendeiros como figuras chave, sendo responsáveis pela produção e administração de vastas propriedades rurais.

A profissão de Criador (no caso, provavelmente relacionado à criação de gado ou outros animais) aparece com 15.38% dos integrantes. Esse é um reflexo do papel importante que a pecuária desempenhava na economia brasileira da época, especialmente no interior. O setor de pecuária era um dos pilares da produção, com grande foco em áreas do interior e da fronteira agrícola.

A categoria Profissão Desconhecida abrange 12.82% do total. Este número pode representar a falta de registros precisos ou informações adicionais sobre as profissões dessas pessoas. Isso também pode estar relacionado à natureza dos dados disponíveis ou a cargos informais e não especificados, que não se encaixam facilmente nas categorias mais formais.

Os Delegados são responsáveis por cargos de autoridade em questões policiais e judiciais. Eles representam 5.13% da tabela, indicando que a ordem pública e a autoridade judicial também estavam presentes entre os profissionais destacados de 1893, embora em menor número comparado com as profissões de Militar e Fazendeiros.

Os Açougueiros são representados por apenas 2.56% da lista. Esta profissão era típica de um comércio essencial nas comunidades, mas, em relação ao total de profissionais, tem uma presença modesta, possivelmente refletindo a urbanização gradual e o tamanho da população das áreas de comércio e mercados.

O Advogado, representando 2.56%, pode indicar uma sociedade em que os aspectos legais e a presença de profissionais qualificados, embora presentes, eram menos numerosos em

comparação com os Militares ou Fazendeiros. Isso é coerente com o Brasil de 1893, que ainda passava por um processo de transição política e tinha uma população com poucas oportunidades formais de educação superior.

A profissão de Escrivão de Órfãos reflete uma função específica e especializada na Administração Pública, possivelmente em um contexto judicial ou de administração de bens de órfãos. Representando 2.56%, essa profissão era muito menos comum, mas pode indicar uma especialização do serviço público naquele período.

O Subdelegado, com 2 integrantes, representa cargos menores, possivelmente de agentes da autoridade no nível local ou distrital. Embora com uma presença ainda reduzida (5.13%), essa profissão indica a estrutura administrativa do Brasil do século XIX, com uma hierarquia de autoridades.

A tabela a seguir, assim como as anteriores foi produzida a partir de uma análise cuidadosa de pesquisas realizadas em jornais, livros históricos de Caçapava e perfis no Family Search (2024). Ela oferece uma visão detalhada de informações históricas coletadas de fontes confiáveis, como registros e documentos genealógicos, refletindo o esforço para construir uma base de dados precisa e enriquecedora sobre a genealogia familiar. Essa combinação de fontes, aliada ao uso de plataformas de pesquisa renomada, garante a confiabilidade dos dados apresentados.

**Tabela 7 - Porcentagem dos Oficiais da Guarda Nacional em Cada Profissão nos Anos de 1916-1930**

<b>Profissão/ Atividade</b>	<b>Oficiais</b>	<b>N.º Integrantes</b>	<b>Porcentagem (%)</b>
Fazendeiro	Balthazar de Bem e Canto, Coriolano Alves de Oliveira Castro, Antonio Machado Lopes, Camillo de Oliveira Mello Sobrinho, Balthazar de Bem Carvalho, Balthazar Guarany de Bem, João Baptista Adolpho Maciel, Francisco Coelho Leal, José Pacífico Lobato, Pedro Luiz Monteiro	10	18.9%
Político	Balthazar de Bem e Canto, Balthazar Guarany de Bem, Camillo de Oliveira Mello Sobrinho, Silvestre José de Vargas, Bibiano Vicente Machado, Aristides Fortes Lobato, Gaspar Lino de Bem e Canto, Gaspar Mario de Bem e Canto, João Baptista Coelho Leal, Francisco Coelho Leal, Florisbello Ferreira Martins, João Antonio Haaz, João Baptista Adolpho Maciel, José Coelho Leal	13	24.5%

Criador	Frederico Teixeira de Oliveira, João Felix Lopes, Libindo Alves de Oliveira, Florisbello Ferreira Martins, João Baptista Adolpho Maciel, José Pacífico Lobato	6	11.3%
Advogado	Deoclécio Pereira Maciel	1	1.9%
Escrivão Civil	João Baptista Coelho Leal, José Antonio da Cruz	2	3.8%
Vereador	Camillo de Oliveira Mello Sobrinho, Bibiano Vicente Machado, Florisbello Ferreira Martins, Anaurelino Ignacio da Rosa, João Baptista Adolpho Maciel, Francisco Coelho Leal	6	11.3%
Juiz	João de Deus Jardim de Menezes, Claudino Teixeira de Oliveira, José Pacífico Lobato	3	3,80%
Delegado de Polícia	Liberato Antonio Feiteiro	1	1.9%
Intendente	Balthazar de Bem e Canto, Barnabé de Machado Leão, Camillo de Oliveira Mello Sobrinho, Francisco Coelho Leal	4	7.5%
Militar	Gaspar Mario de Bem e Canto	1	1.9%
Professor	Francisco Coelho Leal, Gentil Fausto Ferreira	2	3.8%
Tabelião	Francisco Coelho Leal	1	1.9%
Comerciante	Florisbello Ferreira Martins	1	1.9%
Proprietário Rural	Silvestre José de Vargas, Severino Antonio Luiz, Annibal Dutra da Paixão, Pedro Luiz Monteiro, José Pacífico Lobato, Libindo Alves de Oliveira, José Coelho Leal	7	13.2%
Hoteleiro	Optassiano Tasso de Bem e Canto	1	1.9%
Secretário da Câmara/Administração Municipal	João Baptista Coelho Leal, Domingos Patricio de Carvalho	2	3.8%
<b>TOTAL</b>		<b>55</b>	<b>100%</b>

Elaboração própria a partir do cruzamento de dados coletados dos anuários de 1916-1930, com profissões encontradas nas edições do Jornal A Federação e nos perfis do Family Search.

### **3.1 Redes de Poder e Alianças na Guarda Nacional de Caçapava: Laços Familiares, Políticos, Econômicos e Filosóficos.**

Com base na pesquisa realizada, observamos que os Oficiais da Guarda Nacional desempenhavam papéis significativos na administração da cidade e na manutenção da ordem, assumindo também funções policiais. Nesse contexto, surgiam rivalidades políticas, com alguns alinhados ao Partido Republicano e outros ao Partido Conservador, que defendia a Monarquia. Após a Proclamação da República (1889), novos partidos foram formados, como o Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) e o Partido Federalista (PF). A partir disso, fica claro que se formavam diversas alianças, que poderiam ser vantajosas em esferas políticas, econômicas, filosóficas e familiares, sendo muitas vezes passadas de geração em geração ou consolidadas por meio de casamentos entre membros da elite. Esses vínculos eram essenciais para fortalecer a posição dos envolvidos e garantir a manutenção de sua autoridade dentro das estruturas de poder local e estadual (LOVE, 1976).

De acordo com Vargas (2011), à elite política do Rio Grande do Sul estava profundamente conectada a fatores sociais e familiares, formando um sistema baseado no clientelismo e nas redes de influência. À ascensão política dessa elite dependia significativamente de alianças familiares e de amizades, com a concentração de poder em cidades como Porto Alegre, Rio Grande e Pelotas, onde se localizavam os principais negociantes.

Vários Oficiais da Guarda Nacional tinham uma trajetória política paralela à militar, o que lhes conferia uma posição de destaque na vida pública. O Cel. Plácido Gonçalves de Meirelles, por exemplo, além de Comandante da Guarda, teve uma carreira política significativa, incluindo mandatos como Vereador e Presidente da Câmara, função que, antes da República, tinha um papel muito próximo ao de um Prefeito. Isso permitiu a ele e a outros oficiais interagir diretamente com o poder político local, consolidando alianças e gerenciando interesses tanto dentro da Guarda quanto na política municipal.

Muitos Oficiais da Guarda Nacional eram provenientes de famílias tradicionais e influentes, com interesses em manter o status quo político e social. Essas famílias estavam profundamente ligadas às elites agrárias, comerciais e políticas, o que reforçava a importância das alianças dentro da Guarda. A relação com políticos locais e outros membros da elite permitia que a Guarda Nacional atuasse como um braço de poder que não apenas controlava a ordem pública, mas também se inseria nas discussões sobre a administração do município.

O quadro abaixo, apresenta a classificação dos Oficiais da Guarda Nacional entre 1885 e 1930, organizada pelo sobrenome.

**Quadro 10 - Classificação dos Oficiais da Guarda Nacional Pelo Sobrenome nos Anos de 1885-1930**

Nº	Sobrenome	Nome
1	Gonçalves	Plácido Gonçalves de Meirelles, Quirino Gonçalves da Trindade, Pedro Gonçalves de Carvalho
2	Meirelles	Plácido Gonçalves de Meirelles
3	Herculano	Guilherme Herculano de Medeiros
4	Medeiros	Guilherme Herculano de Medeiros
5	Mello	Joaquim de Mello Azevedo Seixas, João Luiz de Mello, Camillo de Oliveira Mello Sobrinho
6	Azevedo	Joaquim de Mello Azevedo Seixas
7	Seixas	Joaquim de Mello Azevedo Seixas
8	Pinheiro	Jayme Pinheiro de Ulhôa Cintra
9	Ulhôa	Jayme Pinheiro de Ulhôa Cintra
10	Cintra	Jayme Pinheiro de Ulhôa Cintra
11	Pereira	Pedro Pereira Maciel, Tancredo Pereira Maciel, Deoclécio Pereira Maciel, Oliveira Pereira da Rosa, Antônio Pereira Amado, Francisco Pereira Gomes, Cândido Pereira Garcia, Plácido Pereira Henrique
12	Maciel	Pedro Pereira Maciel, Tancredo Pereira Maciel, Deoclécio Pereira Maciel, João Baptista Adolpho Maciel
13	Figueiredo	José Eleodoro de Figueiredo Neves, Ricardo Jayme de Figueiredo, Alfredo Jayme de Figueiredo, Domingos Jayme de Figueiredo Sobrinho
14	Neves	José Eleodoro de Figueiredo Neves
15	Motta	Trajano da Motta, José Luiz da Motta, Trajano da Motta Mazaren
16	Lima	Fidêncio José de Lima
17	Idalino	José Pompeu Idalino de Toledo
18	Toledo	José Pompeu Idalino de Toledo
19	Machado	Manoel Machado Leão Pinto, Barnabé Machado Leão, Antônio Machado Lopes, Bibiano Vicente Machado, Galdino Vicente Machado, Benabú Machado Leão
20	Leão	Manoel Machado Leão Pinto, Barnabé Machado Leão, Benabú Machado Leão
21	Pinto	Manoel Machado Leão Pinto, Euclides P. Pinto
22	Leandro	Prudêncio Leandro Ferreira
23	Ferreira	Prudêncio Leandro Ferreira, Máximo Ferreira da Silva, Antônio Augusto Ferreira de Andrade, Martiniano Ferreira da Silva
24	Silva	Máximo Ferreira da Silva, Laurentino Marques da Silva, Martiniano Ferreira da Silva, João Damasceno da Silva, Thadeo Teixeira da Silva, João Cândido da Silva, Ismael Raphael da Silva, Leôncio da Silva Teixeira
25	Alves	Fidêncio Alves de Oliveira Filho, Fidêncio Alves de Oliveira, Gaudêncio Alves de Oliveira, Heleodoro Alves de Oliveira Sobrinho, Luiz Alves de Oliveira Castro, José Feliciano Alves, Coriolano Alves de Oliveira Castro, Loreto Alves de Oliveira, Júlio Alves de Oliveira, Libindo Alves de Oliveira, Júlio Alves de Oliveira
26	Oliveira	Fidêncio Alves de Oliveira Filho, Fidêncio Alves de Oliveira, Silvério Teixeira de Oliveira, Gaudêncio Alves de Oliveira, Heleodoro Alves de Oliveira Sobrinho, Norberto Vicente de Oliveira, Luiz Alves de Oliveira Castro, Coriolano Alves de Oliveira Castro, Loreto Alves de Oliveira, Júlio Alves de Oliveira, Manoel Teixeira de Oliveira, Camillo de Oliveira Mello Sobrinho, Frederico Teixeira de Oliveira, Claudino Teixeira de Oliveira, Emilio Teixeira de Oliveira, Libindo Alves de Oliveira, Juvêncio Teixeira de Oliveira
27	Rosa	Oliveira Pereira da Rosa, Anaurelino Ignácio da Rosa
28	Seixas	Alexandre José de Seixas

29	Jardim	João de Deus Jardim de Menezes, Francisco Jardim de Menezes, José Bento Jardim de Mendonça
30	Menezes	João de Deus Jardim de Menezes, Francisco Jardim de Menezes
31	Schemits	João Schmits
32	Nunes	Félix Nunes Garcia
33	Garcia	Félix Nunes Garcia, Ernesto Hermes Garcia, Cândido Pereira Garcia
34	Marques	Laurentino Marques da Silva, Ceriliano Rodrigues Marques
35	Silveira	Inácio Silveira dos Santos, Manoel Vicente da Silveira, Galvão Silveira dos Santos, Vasco Silveira dos Santos, Propício Silveira dos Santos, Paulino Silveira dos Santos, João Silveira dos Santos Filho, Zeferino Vicente da Silveira
36	Santos	Inácio Silveira dos Santos, Galvão Silveira dos Santos, Vasco Silveira dos Santos, Propício Silveira dos Santos, Paulino Silveira dos Santos, João Silveira dos Santos Filho
37	Amado	Antônio Pereira Amado
38	Andrade	Antônio Augusto Ferreira de Andrade
39	Vicente	Manoel Vicente da Silveira, Zeferino Vicente da Silveira, Norberto Vicente de Oliveira, Bibiano Vicente Machado, Galdino Vicente Machado
40	Coelho	João Francisco Coelho Leal, João Baptista Coelho Leal, Francisco Coelho Leal, Francisco Coelho Leal Netto, José Coelho Leal
41	Leal	João Francisco Coelho Leal, João Baptista Coelho Leal, Francisco Coelho Leal, Francisco Coelho Leal Netto, José Coelho Leal
42	Castro	Malaquias José de Castro, Luiz Alves de Oliveira Castro, Coriolano Alves de Oliveira Castro, Ildefonso Antonino de José Moreira de Castro
43	Teixeira	Silvério Teixeira de Oliveira, Thadeo Teixeira da Silva, Manoel Teixeira de Oliveira, Leôncio da Silva Teixeira, Frederico Teixeira de Oliveira, Claudino Teixeira de Oliveira, Emilio Teixeira de Oliveira, Juvêncio Teixeira de Oliveira
44	Jayme	Ricardo Jayme de Figueiredo, Alfredo Jayme de Figueiredo, Domingos Jayme de Figueiredo Sobrinho
45	Patrício	João Patrício de Carvalho, Domingos Patrício de Carvalho
46	Carvalho	João Patrício de Carvalho, Domingos Patrício de Carvalho, Marcos Martins de Carvalho, Gaudêncio Carvalho de Moura, Cândido Carvalho de Moura, Pedro Xavier de Carvalho, Pedro Ribeiro de Carvalho, Rufino Xavier de Carvalho, Francisco Carvalho de Moura, Zeferino Carvalho de Moura, Avelino José de Carvalho, Pedro Gonçalves de Carvalho, Balthazar de Bem Carvalho
47	Xavier	Romão Xavier Mariano, Pedro Xavier de Carvalho, Rufino Xavier de Carvalho
48	Mariano	Romão Xavier Mariano
49	Mor	João Carlos Mor (Francês)
50	Luiz	José Luiz da Motta, José Luiz Moreira, Marcílio Luiz de Salles, João Luiz de Mello, Severino Antonio Luiz
51	Hermes	Ernesto Hermes Garcia
52	Martins	Marcos Martins de Carvalho, Florisbello Ferreira Martins
53	Ignácio	Anaurelino Ignácio da Rosa
54	Moura	Gaudêncio Carvalho de Moura, Cândido Carvalho de Moura, Francisco Carvalho de Moura, Zeferino Carvalho de Moura
55	Henrique	Antônio Pedro Henrique, Placido Pereira Henrique
56	Damasceno	João Damasceno da Silva
57	Moreira	Mathias Moreira de Souza, José Luiz Moreira, José Moreira de Castro
58	Souza	Mathias Moreira de Souza, João Vargas de Souza
59	Lobato	Manoel José Lobato, Aristides Fortes Lobato, José Pacífico Lobato
60	Gomes	Francisco Pereira Gomes
61	Félix	João Félix de Senna Guasina, João Félix Lopes
62	Senna	João Félix de Senna Guasina
63	Guasina	João Félix de Senna Guasina, Thimoteo Guasina
64	Cândido	João Cândido da Silva

65	Haas ou Haaz	Antônio Felipe Haas, João Antonio Haaz
66	Ribeiro	Pedro Ribeiro de Carvalho
67	Trindade	Quirino Gonçalves da Trindade
68	Feiteiro	Liberato Antônio Feiteiro
69	Soares	Feliciano Soares de Freitas, Juvêncio Soares de Freitas
70	Freitas	Feliciano Soares de Freitas, Juvêncio Soares de Freitas
71	Mazaren	Trajano da Motta Mazaren
72	Tavares	José Tavares Lazaren
73	Lazaren	José Tavares Lazaren
74	Mendonça	José Bento Jardim de Mendonça
75	Intudia	André Lucas Intudia
76	Velloso	José Sabino Velloso de Linhares
77	Linhares	José Sabino Velloso de Linhares
78	Claro	Zeferino Claro de Baldeck
79	Baldeck	Zeferino Claro de Baldeck
80	Araújo	João de Araújo e Brito
81	Brito	João de Araújo e Brito
82	Salles	Marcílio Luiz de Salles
83	Pires	Filadelpho Pires Leis
84	Leis	Filadelpho Pires Leis
85	Bem	Balthazar de Bem e Canto, Balthazar de Bem Carvalho, Gaspar Lino de Bem e Canto, Gaspar Mario de Bem e Canto, Optassiano Tasso de Bem e Canto
86	Canto	Balthazar de Bem e Canto, Gaspar Lino de Bem e Canto, Gaspar Mario de Bem e Canto, Optassiano Tasso de Bem e Canto
87	Lopes	Antônio Machado Lopes, João Félix Lopes
88	Fortes	Aristides Fortes Lobato
89	Vargas	Silvestre José de Vargas, João Vargas de Souza
90	Cruz	José Antonio da Cruz,
91	Dutra	Annibal Dutra da Paixão
92	Paixão	Annibal Dutra da Paixão
93	Ferreira	Florisbello Ferreira Martins, Gentil Fausto Ferreira
94	Adolpho	João Baptista Adolpho Maciel
95	Tasso	Optassiano Tasso de Bem e Canto
96	Monteiro	Pedro Luiz Monteiro

Elaboração própria, a partir dos dados coletados dos quadros 1-8.

A análise do quadro abaixo de número 10, revela um padrão interessante entre os Oficiais da Guarda Nacional de 1885-1930, destacando que muitos deles compartilham os mesmos dois sobrenomes. Esse fenômeno indica que esses indivíduos provavelmente eram parentes próximos, como filhos, irmãos, pais, tios ou sobrinhos. Exemplos disso podem ser observados nas famílias Seixas, Maciel, Figueiredo, entre outras, nas quais a ligação de parentesco é explícita através dos registros genealógicos e fontes históricas. Essa conexão familiar reforça a ideia de que a Guarda Nacional, durante esse período, era composta por membros de grupos familiares tradicionais e influentes, muitas vezes ligados à elite local e às dinâmicas políticas e sociais da região.

#### Quadro 11 - Parentescos Comprovados Através dos Mesmos Sobrenomes

Nº	Sobrenome	Nomes	Observações
1	Seixas	Joaquim de Mello Azevedo Seixas, Alexandre José de Seixas	Alexandre José de Seixas, Pai de Joaquim Seixas. Fonte: Certidão de Óbito <sup>172</sup>
2	Maciel	Pedro Pereira Maciel, Tancredo Pereira Maciel, Deoclécio Pereira Maciel, João Baptista Adolpho Maciel	Pedro Pereira Maciel <sup>173</sup> Pai, de Tancredo <sup>174</sup> , Deoclécio <sup>175</sup> e João Baptista <sup>176</sup> . Fonte: Certidões de Nascimento e Óbito
3	Figueiredo	José Eleodoro de Figueiredo Neves, Ricardo Jayme de Figueiredo, Alfredo Jayme de Figueiredo, Domingos Jayme de Figueiredo	Provavelmente parentes do Cel. Lúcio Jayme de Figueiredo (Pres. da Câmara dos Vereadores de 1845-1856) <sup>177</sup> .
4	Motta	Trajano Motta, José Luiz da Motta	José Luiz da Motta, Fazendeiro, e Trajano Motta, agricultor. Família Muito Importante. <sup>178</sup>
5	Machado Leão	Manoel Machado Leão Pinto (Filho), Barnabé Machado Leão, Benabú Machado Leão	No anuário consta Manoel Machado Leão Pinto, porém o correto é Filho conforme Certidão de Óbito <sup>179</sup> . Outras Observações no Rodapé
6	Vicente Machado	Bibiano Vicente Machado, Galdino Vicente Machado	Sem Observações
7	Ferreira da Silva	Máximo Ferreira da Silva, Martiniano Ferreira da Silva	Sem Observações
8	Alves de Oliveira	Fidêncio Alves de Oliveira, Fidêncio Alves de Oliveira Filho, Gaudêncio Alves de Oliveira, Heleodoro Alves de Oliveira Sobrinho, Luiz Alves de Oliveira Castro, Coriolano Alves de Oliveira Castro, Loreto Alves de Oliveira, Júlio Alves de Oliveira, Libindo Alves de Oliveira	Família Alves de Oliveira, de Santana da Boa Vista (distrito de Caçapava). Família de Criadores. Fidêncio Alves de Oliveira Pai de Fidêncio Alves de Oliveira Filho <sup>180</sup> . Luiz Alves de Oliveira Castro irmão do Cel. Coriolano Alves de Oliveira Castro. Fonte: FAMILYSEARCH. Perfil Biográfico do Cel. Coriolano Castro. Disponível em: <a href="https://encr.pw/3AKEV">https://encr.pw/3AKEV</a> .

<sup>172</sup> FAMILYSEARCH. Atestado de Óbito de Joaquim de Mello Azeredo Seixas. Disponível em: [Clique aqui](#). Acesso em: 30 nov. 2024.

<sup>173</sup> Neto de Joaquim Victorino Maciel, 1º Oficial de Justiça de Caçapava em 1834. Fonte: FAMILYSEARCH. Inventário de Joaquim Victorino Maciel. Disponível em: [Clique aqui](#). Acesso em: 1 dez. 2024. ABRÃO, Nicolau da Silveira. História do Município de Caçapava do Sul.

<sup>174</sup> FAMILYSEARCH. Certidão de Casamento de Tancredo Pereira Maciel consta a data de nascimento. Disponível em: [Clique aqui](#). Acesso em: 1 dez. 2024.

<sup>175</sup> FAMILYSEARCH. Certidão de Óbito de Deoclécio Pereira Maciel. Disponível em: [Clique aqui](#). Acesso em: 1 dez. 2024.

<sup>176</sup> FAMILYSEARCH. Registro de Nascimento de João Baptista Adolpho Maciel. Disponível em: [Clique aqui](#). Acesso em: 1 dez. 2024.

<sup>177</sup> ABRÃO, Nicolau da Silveira. História do Município de Caçapava do Sul.

<sup>178</sup> Família Motta, família de fazendeiros. Agricultor, fonte: FAMILYSEARCH. Registro de Óbito de Trajano da Motta Mazarem. Disponível em: [Clique aqui](#). Acesso em: 30 nov. 2024.

<sup>179</sup> Manoel Machado Leão era filho de Francisco Machado Leão, e Barnabé Machado Leão era filho de Manoel Machado Leão. A mãe de Barnabé se chamava Maria de Mello Machado “Família Mello”. Fonte: FAMILYSEARCH. Certidão de Óbito de Manoel Machado Leão. Disponível em: [Clique aqui](#). Acesso em: 30 nov. 2024.

<sup>180</sup> A FEDERAÇÃO. Fazendeiro no 3º Distrito. Disponível em: [Clique aqui](#). Acesso em: 25 nov. 2024.

FAMILYSEARCH. Perfil biográfico de Fidêncio Alves de Oliveira. Disponível em: [Clique aqui](#). Acesso em: 19 nov. 2024.

			Acesso em: 1 dez. 2024.
9	Teixeira de Oliveira	Silvério Teixeira de Oliveira, Manoel Teixeira de Oliveira, Frederico Teixeira de Oliveira, Claudino Teixeira de Oliveira, Emilio Teixeira de Oliveira, Juvêncio Teixeira de Oliveira	Manoel Teixeira de Oliveira irmão do Cel. Fidêncio Teixeira de Oliveira. Fidêncio Teixeira de Oliveira Filho Pai de Juvêncio Teixeira de Oliveira <sup>181</sup> .
10	Jardim de Menezes	João de Deus Jardim de Menezes, Francisco Jardim de Menezes	Francisco Jardim de Menezes filho de João de Deus de Menezes <sup>182</sup>
11	Garcia	Ernesto Hermes Garcia, Cândido Pereira Garcia	Não há provas de parentesco, porém a Família Garcia, em sua maioria vem de Santana da Boa Vista. Família tradicional e rica. Veja nota <sup>183</sup>
12	Silveira dos Santos	Inácio Silveira dos Santos, Galvão Silveira dos Santos, Vasco Silveira dos Santos, Propício Silveira dos Santos, Paulino Silveira dos Santos, João Silveira dos Santos Filho	Segundo o Family Search, são irmãos e João Silveira dos Santos Filho é Sobrinho <sup>184</sup>
13	Silveira	Manoel Vicente da Silveira, Zeferino Vicente da Silveira	FAMILYSEARCH. Perfil biográfico de Manoel Vicente da Silveira <sup>185</sup> . Disponível em: <a href="https://11nq.com/AifJ5">https://11nq.com/AifJ5</a> . Acesso em: 19 nov. 2024.
14	Coelho Leal	João Francisco Coelho Leal, João Baptista Coelho Leal, Francisco Coelho Leal, Francisco Coelho Leal Netto, José Coelho Leal	João Francisco Coelho Leal filho de Francisco Coelho Leal. João Baptista Coelho Leal <sup>186</sup> filho de José Coelho Leal. José Coelho Leal <sup>187</sup> casado com Alexandrina de Mello Azevedo e Seixas filha de Alexandre José Seixas. As Fontes constam no rodapé. Francisco Coelho Leal casado com Januária de Bem Carvalho <sup>188</sup> (Professora). Pertencia a “família de Bem” Januária prima de Nila Pedroso Maciel (sobrenome de solteira “Carvalho”).

<sup>181</sup> FAMILYSEARCH. Perfil biográfico de Fidêncio Alves de Oliveira. Disponível em: [Clique aqui](#). Acesso em: 19 nov. 2024. FAMILYSEARCH. Perfil biográfico de Juvêncio Teixeira de Oliveira. Disponível em: [Clique aqui](#). Acesso em: 25 nov. 2024.

<sup>182</sup> FAMILYSEARCH. Perfil biográfico de Francisco Jardim de Menezes. Disponível em: [Clique aqui](#). Acesso em: 19 nov. 2024.

<sup>183</sup> Pedro Pereira Garcia com certeza foi parente. Alferes na Guerra do Paraguai em 1865, combatente da Revolução Farroupilha, primeiro professor de Santana da Boa Vista, e maçom. Fonte: FERREIRA, Zilamar. O coronel Coriolano Alves de Oliveira e Castro. Todas as informações constam no perfil biográfico com acesso a fontes: FAMILYSEARCH. Perfil biográfico de Pedro Pereira Garcia. Disponível em: [Clique aqui](#). Acesso em: 1 dez. 2024.

<sup>184</sup> FAMILYSEARCH. Perfil Biográfico de Vasco Silveira dos Santos. Disponível em: [Clique aqui](#) Acesso em: 20 nov. 2024

<sup>185</sup> FAMILYSEARCH. Certidão de óbito de Manoel Vicente da Silveira. Disponível em: [Clique aqui](#). Acesso em: 1 dez. 2024.

<sup>186</sup> FAMILYSEARCH. Perfil biográfico de João Baptista Coelho Leal. Disponível em: [Clique aqui](#). Acesso em: 1 dez. 2024.

<sup>187</sup> FAMILYSEARCH. Perfil biográfico de José Coelho Leal. Disponível em: [Clique aqui](#). Acesso em: 25 nov. 2024.

<sup>188</sup> FAMILYSEARCH. Perfil biográfico de Januária de Bem Carvalho. Disponível em: [Clique aqui](#). Acesso em: 1 dez. 2024.

			Nila <sup>189</sup> era casada com João Baptista Adolpho Maciel
15	Patrício de Carvalho	João Patrício de Carvalho, Domingos Patrício de Carvalho	Sem Observações
16	Carvalho de Moura	Gaudêncio Carvalho de Moura, Cândido Carvalho de Moura, Francisco Carvalho de Moura, Zeferino Carvalho de Moura	Aliança Família Moura e Família Carvalho
17	Xavier de Carvalho	Romão Xavier Mariano, Pedro Xavier de Carvalho, Rufino Xavier de Carvalho	Família do Cel. Romão Xavier Mariano
18	Lobato	Manoel José Lobato, Aristides Fortes Lobato, José Pacífico Lobato	Família do Cel. Manoel José Lobato. Aristides Fortes Lobato (Família Fortes tradicional <sup>190</sup> ).
19	Guasina	João Félix de Senna Guasina, Thimoteo Guasina	Não é possível identificar a relação de parentesco, porém é possível afirmar que “Guasina não é um sobrenome tão comum”
20	Haas	Antônio Felipe Haas, João Antonio Haaz	Podem ser parentes ou não. Na verdade, o sobrenome apenas muda uma letra, o que deve ser o mesmo sobrenome.
21	Soares de Freitas	Feliciano Soares de Freitas, Juvêncio Soares de Freitas	Não foi possível identificar, porém é o mesmo sobrenome, são da mesma família, podendo quem sabe ser pai e filho o que era muito comum.
22	Bem e Canto	Balthazar de Bem e Canto, Balthazar de Bem Carvalho, Gaspar Lino de Bem e Canto, Gaspar Mario de Bem e Canto, Optassiano Tasso de Bem e Canto	Família de Políticos, de Fazendeiros, de muita importância local.
23	Vargas	Silvestre José de Vargas, João Vargas de Souza	Devia ser parente de Silvestre José de Vargas (fazendeiro) dono de escravo.
24	Maciel	João Baptista Adolpho Maciel	João Baptista Adolpho Maciel, filho de Pedro Pereira Maciel com Francisca Fausta Adolpho da Fontoura. Vem de linhagem militar e política. Neto materno de Vasco Adolpho Charão <sup>191</sup> , bisneto do Cap. Antonio Adolpho Charão <sup>192</sup> (lutou contra os espanhóis na Batalha do Batovi); e do Sargento-mor Damazo dos Santos de Menezes <sup>193</sup> (Documentos revelam que possuía entre 30 e 40 escravos que foram incitados à revolta

<sup>189</sup> FAMILYSEARCH. Perfil biográfico de Nila Pedrosa Maciel. Disponível em: [Clique aqui](#). Acesso em: 1 dez. 2024.

<sup>190</sup> FAMILYSEARCH. Perfil biográfico do Barão de Viamão Hilário Pereira Fortes. Disponível em: [Clique aqui](#). Acesso em: 1 dez. 2024. A família ou os antepassados de Aristides, devem ter feito algum casamento com a família Fortes, porque moravam em Cachoeira do Sul. A esposa de Pedro Pereira Maciel era Francisca Fausta Adolpho da Fontoura (nome de solteira), e era sobrinha da Baronesa de Viamão que também tinha o mesmo nome. Aqui percebemos as alianças por matrimônio. FAMILYSEARCH. Perfil biográfico de Francisca Fausta Adolpho da Fontoura. Disponível em: [Clique aqui](#). Acesso em: 1 dez. 2024.

<sup>191</sup> FAMILYSEARCH. Perfil biográfico de Vasco Adolpho Charão. Disponível em: [Clique aqui](#). Acesso em: 1 dez. 2024.

<sup>192</sup> FAMILYSEARCH. Perfil biográfico de Antonio Adolpho Charão. Disponível em: [Clique aqui](#). Acesso em: 1 dez. 2024.

<sup>193</sup> FAMILYSEARCH. Perfil biográfico de Damazo dos Santos de Menezes. Disponível em: [Clique aqui](#). Acesso em: 1 dez. 2024.

			pele "Quebra" durante a Revolução Farroupilha).
--	--	--	---

Elaboração própria, a partir dos dados coletados dos quadros 1-9, com os perfis do site de genealogia Family Search, também dos documentos de Certidão de Óbito e de Nascimento.

Em Caçapava os oficiais mais influentes da Guarda Nacional que também tinham outros cargos políticos ou administrativos, mantinham ligações com figuras políticas importantes a nível estadual ou até mesmo nacional. Essas alianças estendiam o alcance da Guarda Nacional além da cidade, o que proporcionava maior proteção e privilégios aos seus membros. Por exemplo, a participação em eventos políticos mais amplos, às vezes do partido, podendo até envolver a mobilização dos recursos e da força da Guarda Nacional para garantir a vitória de candidatos aliados.

Em sua carta Pedro Pereira Maciel (1898, p.1-2)<sup>194</sup> diz ao Gov. Borges de Medeiros que:

Excelentíssimo Amigo Snr. Dr. Antonio Augusto Borges de Medeiros. Há alguns mezes que amigos invocão minhas relações para conseguir a vinda de mais um médico para este logar; mantive com o que existe intimas e cordiais relações que se acham quebradas, e por este motivo tenho me empenhado de envolver-me neste assunto. Mas o Dr. João Gualberto tem se desviado de todos deveres de médico, que por ser o único, só por empunhas visitas, ele quem é desafieçoado, operando ele de um todo ase nega, como já tem acontecido com diversas!

Não erro em dizer-lhe que nesta cidade ele só visita com um simples particular a duas famílias!...

E é por este motivo que, com reserva, rogo-lhes, havendo ocasião, incaminhar para cá um médico, afim de vos satisfazer as necessidades do povo desta terra, o qual se destaca pela sua hospitalidade, certo que qualquer um que venha fará vantagem; porque encontrará a seu lado um partido para clinica. Creia sempre o mais dedicado amigo e parente muito apreciado, Pedro Pereira Maciel.

Através dos relatos na carta, podemos ver a importância que havia nas relações, em se ter aliados políticos e de grande influência.

Segundo Vargas (2011), os políticos do Império não apenas administravam as questões de governo, mas atuavam como intermediários entre suas comunidades e capital, superando desafios de comunicação e transporte da época. Essa mediação lhes garantia acesso a recursos materiais e simbólicos, fortalecendo seu poder local e sua capacidade de atender às demandas de suas bases, consolidando assim sua influência política.

Por meio de favores, conseguiam benefícios. Para comprovar isso, a carta de Pedro Pereira Maciel<sup>195</sup> ao Gov. Borges de Medeiros, na qual solicita o favor de empregar o seu

<sup>194</sup> MACIEL, Pedro Pereira. Carta. Caçapava do Sul, RS, 30 maio 1898. 2 folhas. Carta 00466. Fundo Borges de Medeiros. Disponível em: [Clique aqui](#). Acesso em: 2020.

<sup>195</sup> MACIEL, Pedro Pereira. Carta. Caçapava do Sul, RS, 12 jun. 1904. 1 folha. Carta 00491. Fundo Borges de Medeiros. Disponível em: [Clique aqui](#). Acesso em: 2020.

correligionário Thimóteo Guasina, a quem conhece desde menino, no Telégrafo Estadual, serve como testemunho. Thimóteo Guasina, que trabalhava como Carteiro em Caçapava, era considerado por Pedro Maciel um cidadão exemplar.

Essa dinâmica de alianças e influências políticas, onde as relações pessoais e políticas se entrelaçam para garantir privilégios e vantagens, também é visível nas cartas de figuras locais, como a enviada por Tancredo Pereira Maciel ao Gov. Borges de Medeiros, na qual ele expõe sua luta pela proteção da herança familiar em meio a pressões políticas e jurídicas.

A carta de Tancredo Pereira Maciel<sup>196</sup>, enviada ao então Presidente do Estado, Borges de Medeiros, em 25 de abril de 1906, meses após a morte de seu Pai Pedro Pereira Maciel, reflete um momento de descontentamento, tensão familiar e disputas legais relacionadas à herança de seu falecido pai. Escrito em tom formal e respeitoso, o documento apresenta uma narrativa estruturada sobre os eventos ocorridos, trazendo uma série de queixas e explicações que ajudam a compreender o contexto político, jurídico e social da época.

Maciel inicia a carta justificando sua impossibilidade de viajar à capital devido ao estado de saúde debilitado, mas ressalta a importância de relatar os fatos por escrito, indicando sua intenção de preservar sua honra e esclarecer as circunstâncias. Ele menciona que, ao retornar à cidade de Caçapava do Sul, foi alertado pelo Dr. Palmeiro sobre a intenção do Cel. Intendente (Balthazar de Bem e Canto), em acionar judicialmente a herança de seu pai, sugerindo uma articulação entre as autoridades locais e regionais, possivelmente com motivação política ou interesse econômico.

Na sequência, Maciel demonstra seu compromisso em honrar as dívidas deixadas pelo pai, assumindo a responsabilidade pessoal em nome dos herdeiros. Apesar de sua disposição, relata a negativa do Intendente em fornecer a conta específica da dívida, atribuindo essa postura a Balthazar Carvalho, que aparentemente desejava judicializar a questão. Tal recusa, segundo Maciel, colocava em risco a segurança econômica de sua família, especialmente de sua irmã viúva com sete filhos menores e outros sobrinhos também em situação de vulnerabilidade.

A carta revela uma disputa jurídica e moral. Maciel afirma que foi surpreendido com uma citação judicial no dia 18 de abril e que, no mesmo dia, buscou o Juiz Distrital para se declarar único devedor, evitando que a herança fosse comprometida ou que a situação gerasse prejuízos adicionais aos familiares. Contudo, expressa frustração ao notar que a petição judicial recebida repetia exatamente os termos de um telegrama enviado por Borges de Medeiros,

---

<sup>196</sup> MACIEL, Tancredo Pereira. Carta. Caçapava do Sul, RS, 25 abr. 1906. 3 folhas. Carta 00522. Fundo Borges de Medeiros. Disponível em: [Clique aqui](#). Acesso: 2020.

sugerindo um alinhamento entre o Presidente do Estado e as autoridades locais.

No decorrer da carta, Maciel defende sua conduta. Ele declara que nunca se apropriou indevidamente de valores referentes à herança e esclarece a origem da importância de 5:500\$000 réis, que ele teria utilizado para quitar despesas acumuladas pelo pai, então Advogado, em causas anteriores. Ressalta sua independência financeira e afirma ter conquistado a confiança de seus conterrâneos através de seu trabalho como Advogado.

Tancredo Maciel também menciona um erro cometido no exercício da advocacia: a supressão de um despacho judicial em um inventário, um incidente que ele afirma ter sido devidamente testemunhado e esclarecido. Esse detalhe evidencia sua preocupação em preservar sua reputação profissional e ética perante Borges de Medeiros e a sociedade.

O tom da carta mistura deferência e desabafo, refletindo a complexidade das relações sociais e políticas no período. Ao dirigir-se a Borges de Medeiros como "correligionário", Maciel apela para a solidariedade partidária e busca reforçar seu vínculo com o destinatário, possivelmente esperando uma intervenção favorável. Ao mesmo tempo, o documento expõe as dificuldades enfrentadas por famílias influentes em contextos de transição política e econômica, como o início do século XX no Brasil.

Portanto, a carta revela um cenário de conflitos envolvendo heranças, política e relações de poder em uma cidade do interior, enquanto também ilumina a dinâmica entre as elites locais e o Governo Estadual. A narrativa de Maciel combina defesa pessoal, reivindicação de justiça e apelo emocional, compondo um testemunho relevante das práticas e tensões daquele momento histórico.

Essa carta sugere que poderia haver um interesse de terceiros em acessar ou controlar a herança deixada pelo pai de Tancredo Pereira Maciel, como evidenciam algumas situações descritas na correspondência. Maciel relata que foi avisado em segredo pelo Dr. Palmeiro de que o Cel. Intendente pretendia "acionar a herança" de seu pai, aguardando apenas a resolução de uma consulta feita ao Presidente do Estado, Borges de Medeiros. Essa articulação parece indicar uma tentativa de formalizar ou acelerar a cobrança de dívidas que, segundo o próprio Maciel, ele estava disposto a assumir e pagar. Mesmo oferecendo-se para saldar as dívidas em nome de seus irmãos e demais herdeiros, Maciel afirma que o Intendente se recusou a apresentar a conta detalhada, justificando que a iniciativa de cobrança era de Balthazar Carvalho. Essa recusa pode indicar que havia interesses além da simples quitação das dívidas, como a intenção de judicializar o processo para obter vantagens financeiras ou políticas. A citação judicial, que surpreendeu Maciel, reforça essa ideia, pois ocorreu mesmo após sua disposição em assumir as

responsabilidades financeiras, sugerindo que havia pressões externas em favor de uma resolução que não atendesse aos interesses diretos dos herdeiros. Maciel também destaca a vulnerabilidade de sua família, mencionando a situação econômica precária de sua irmã viúva e seus sobrinhos, o que parece aumentar sua preocupação em proteger a herança. Essa circunstância sugere que ele percebia um risco concreto de que terceiros poderiam tentar se aproveitar dessa fragilidade. Ao dirigir a carta ao Presidente do Estado, Maciel demonstra acreditar na articulação de forças políticas nos acontecimentos narrados. Ele busca reafirmar sua honestidade e responsabilidade, provavelmente com o objetivo de evitar que Borges de Medeiros apoiasse ou endossasse qualquer tentativa de acesso indevido à herança.

Após a análise das relações políticas e disputas envolvendo a herança familiar, fica evidente como a dinâmica de poder local também se estendia ao cenário eleitoral. Nesse contexto, os Oficiais da Guarda Nacional desempenhavam um papel fundamental, não apenas na manutenção da ordem, mas também na influência das disputas eleitorais. Utilizando sua posição de destaque na comunidade, eles conseguiam consolidar e expandir seu poder político. Como figuras respeitáveis, frequentemente exerciam influência sobre os resultados eleitorais locais, mobilizando a população e orientando os votos. Além disso, sua participação ativa no processo eleitoral facilitava sua ascensão a cargos públicos, seja no Legislativo local ou em outras esferas de poder.

Em 1891, o voto no Brasil foi regulado pela Constituição de 1891, que instituiu o sistema de voto direto, secreto e universal para os homens, mas com importantes restrições. Embora fosse um avanço em relação ao voto indireto, o sistema ainda excluía grande parte da população.

Fausto (1995, p.251) afirma que:

Foram considerados eleitores todos os cidadãos brasileiros maiores de 21 anos, excluídas certas categorias, como os analfabetos, os mendigos, os praças militares. A Constituição não fez referência às mulheres, mas considerou-se implicitamente que elas estavam impedidas de votar.

Ou seja, o voto era restrito aos homens alfabetizados, com mais de 21 anos, e que possuíssem uma renda mínima. Isso significava que uma grande parte da população, incluindo mulheres, analfabetos, pobres e os que não atingissem o limite de renda, estava excluída do processo eleitoral. Assim, o eleitorado era composto, em sua maior parte, pela elite urbana e rural. Esta renda mínima não é estipulada em valores na Constituição de 1891, mas essa exigência foi uma das principais limitações que restringiam o direito de voto.

A influência da elite no voto local era significativa. Devido ao sistema de voto aberto e

às condições sociais e econômicas da época, as elites tinham grande poder de influenciar o voto nas localidades. Elas podiam exercer pressão direta sobre os eleitores, oferecendo favores ou ameaças para garantir que seus candidatos fossem eleitos. O controle dos votos pelos líderes locais, como os Coronéis, era uma prática comum, especialmente nas áreas rurais. Isso fazia com que os resultados eleitorais muitas vezes refletissem a vontade da elite, em vez da expressão democrática de uma população ampla e diversa.

Costa (2010, p.161) afirma que:

De fato, ambos os partidos recorriam a todo tipo de manobras políticas para manter-se no poder, e a fraude eleitoral era prática muito difundida. Na época de eleições, os gabinetes demitiam os funcionários e presidentes de província leais à oposição, criavam distritos eleitorais (paróquias) onde tinham amigos e aboliam os controlados pelos seus adversários. Perseguiam os que votavam na oposição, ameaçando-os com o recrutamento, enquanto recompensavam os aliados com empregos, promoções e sinecuras. O gabinete mobilizava a Guarda Nacional para intimidar a oposição, forçando os votantes a permanecerem em casa no dia da eleição. Quando tudo isso falhava, recorriam à violência. Os eleitores da oposição eram frequentemente expulsos das igrejas onde deveriam votar. As urnas eram roubadas e reapareciam recheadas com um número muito maior de votos do que se podia esperar dos eleitores registrados. Às vezes, até mesmo urnas eram trocadas. Toda essa luta pelo poder, no entanto, tinha mais a ver com a competição entre facções do que com conflitos ideológicos fundamentais.

Em 24 de maio de 1891, houve eleições em Caçapava, e o Jornal A Federação (1891, p.2)<sup>197</sup> afirma que:

É falso, não houve a menor violência contra quem quer que fosse, e apelamos para o testemunho sincero do capitão Pedro Pereira Maciel, chefe do Partido Federal nesta localidade, que conosco se congratulou pelo modo correto por que correram os negócios eleitorais no dia 5 de maio. A fraude houve, é verdade, do lado dos que subornaram, porque os coligados tudo prometiam e iam além, até ameaçavam! A mentira do informante fica respondida pelo desprezo a que o atira, incondicionalmente, a grande vitória de 5 de maio, alcançada pelo Partido Republicano, e viverá esse falsário envolto no esfrangalhado manto do ridículo.

A analisando a notícia publicada em 24 de maio de 1891, percebemos que ela revela aspectos importantes do contexto político e eleitoral de Caçapava do Sul, marcado por tensões entre grupos rivais, acusações de fraude e disputas acirradas por poder. O texto apresenta uma resposta indignada às alegações de violência durante o processo eleitoral de 5 de maio daquele ano, defendendo a lisura das eleições e exaltando a vitória do Partido Republicano.

O autor da notícia invoca o testemunho do Cap. Pedro Pereira Maciel, figura influente da Guarda Nacional e chefe do Partido Federal na localidade, como uma forma de validar sua

---

<sup>197</sup> A FEDERAÇÃO. Fraude nas eleições de 1891. Disponível em: [Clique aqui](#). Edição 00124, 1891. Acesso em: 2 dez. 2024.

narrativa e reforçar a legitimidade do processo eleitoral. Ao mencionar que Maciel "se congratulou pelo modo correcto por que correram os negocios eleitoraes", o autor busca atribuir credibilidade à sua versão, destacando que mesmo um líder da oposição reconheceu a correção das eleições.

No entanto, o texto admite a ocorrência de fraudes, mas as atribui exclusivamente aos adversários políticos, descritos como "os colligados", acusados de subornar eleitores e fazer promessas indevidas. Essa inversão de culpa revela uma tentativa de deslegitimar as acusações e reforçar a imagem do Partido Republicano como vencedor legítimo.

A retórica utilizada é combativa e cheia de ironia, especialmente ao se referir ao informante como "falsário" e "envolto no esfrangalhado manto do ridículo". Isso evidencia um tom de polarização política e a tentativa de desacreditar completamente a oposição.

Essa notícia, portanto, não apenas reflete o clima eleitoral tenso da época, mas também ilustra o papel da imprensa como ferramenta de propaganda política, usada para moldar narrativas, consolidar vitórias e desacreditar opositores. A invocação de figuras como Pedro Pereira Maciel demonstra como líderes locais eram mobilizados para legitimar discursos e influenciar a percepção pública em contextos de forte disputa partidária.

A Guarda Nacional também podia ser chamada para assegurar a ordem, proteger aliados políticos, ou até mesmo intervir em conflitos locais, principalmente quando havia confrontos entre diferentes facções.

A Revolução Federalista de 1893, foi um exemplo disso, a Guarda Nacional foi chamada para atuar nesse evento que deixou marcas profundas no território gaúcho, especialmente em cidades estratégicas como Caçapava do Sul. Esse conflito, que opôs legalistas e Maragatos em uma disputa pelo controle político e militar da recém Proclamada República (1889), teve em Caçapava episódios decisivos que refletem a intensidade das rivalidades da época. Ao pesquisar sobre o tema, complementando as informações registradas por Abrão (1992), identifiquei detalhes significativos de um episódio marcante: a fuga do General Revolucionário Laurentino Pinto Filho que estava do lado Maragato, e o embate entre as forças em luta, lideradas pelo Cel. Romão Mariano Xavier e pelo Ten. Tibúrcio Silveira.

Abrão (1992, p.22, 23), afirma que:

Na Revolução Federalista de 1893, Caçapava teve seu território palmilhado pelas forças em luta. Em combate travado próximo a esta cidade, foi ferido gravemente Romão Mariano Xavier, comandante legalista, que por pouco tempo sobreviveu aos ferimentos. Comandava o "piquete" adversário o caçapavano Tibúrcio Silveira. Eis como aconteceu o fato: Encontrava-se preso em Caçapava o general revolucionário Laurentino Pinto Filho. A cadeia estava situada na Praça da Matriz, esquina com a rua Barão de Caçapava (onde atualmente se localiza o Foro). O prisioneiro gozava de relativa liberdade, permanecendo durante o dia junto dos soldados no Corpo da

Guarda e podia, inclusive, chegar às janelas sem ser molestado. E os correligionários do Gen. Laurentino passaram a tramar sua fuga. Com facilidade, fizeram chegar-lhe às mãos um bilhete, avisando-lhe o dia e a hora em que deveria dar-se a fuga, que teria a cobertura de um piquete maragato, designado pelo Gen. Gumercindo Saraiva. Na manhã do dia aprazado, um rapazinho, fingindo-se vendedor de leite, encostaria seu cavalo próximo à janela lateral do presídio (na Rua Barão de Caçapava), desmontaria, deixando o animal solto e com as rédeas cruzadas sobre os pelegos. Colocaria no ombro uma mala feita de pano contendo garrafas, e entraria no prédio da cadeia. Era a senha. O Gen. Laurentino deveria pular a janela e montar o cavalo, dirigindo-se para o local determinado no bilhete, onde o esperavam os comandos do Tenente Tibúrcio Silveira. A evasão ocorreu dentro do previsto. Mas, ao alarme da guarda, seguiu-se rápida a perseguição ao fugitivo, chefiada pelo Coronel Romão Mariano Xavier, que comandava a guarnição da cidade. O comandante legalista ignorava a proximidade dos maragatos, que enviados para dar cobertura à fuga do Gen. Laurentino, estavam emboscados perto do então matadouro municipal, e naquele local (onde hoje estão os silos e armazém da COTRISUL), deu-se o choque das facções em luta. "O Cel. Romão Mariano Xavier teve, como homenagem póstuma, uma rua caçapavana com o seu nome RUA CEL. ROMÃO".

Para contextualizar o episódio descrito por Abrão (1992) e entender a tensão que se instalava em Caçapava do Sul durante a Revolução Federalista (1893) com mais detalhes, é importante observar como as movimentações militares da época refletiam os interesses e estratégias dos diferentes grupos em confronto. O conflito entre Legalistas e Maragatos não se limitava a batalhas abertas, mas envolvia também ações furtivas, como a fuga do Gen. Laurentino Pinto Filho e o confronto direto entre as forças comandadas pelo Cel. Romão Mariano Xavier e o Cel. Tibúrcio Silveira. O relato abaixo, extraído das notícias oficiais da época, oferece uma visão detalhada dos eventos que ocorreram em Caçapava no contexto dessa luta intensa pelo controle político e militar da cidade, refletindo o impacto que a Revolução Federalista (1893) teve na população local e nas lideranças envolvidas.

Segundo as notícias do Jornal A Federação (1893)<sup>198</sup>, na madrugada do dia 20 de fevereiro de 1893, o Ten. Cel. Cypriano Ferreira liderou o Segundo Batalhão da Brigada Militar, partindo da Estação da Ferreira. A travessia do arroio São Lourenço, com todo o equipamento necessário, foi realizada em aproximadamente três horas. Como vanguarda, um destacamento de 20 homens da cavalaria civil acompanhava o avanço das forças. Durante a marcha, Cypriano esforçou-se para estabelecer contato com o Ten. Cel. Pillar, Comandante do Regimento de Cavalaria da Brigada, mas somente conseguiu a comunicação no dia 22 de fevereiro. Nesse momento, foi determinado um ponto de encontro a cerca de uma légua de distância de Caçapava. A junção das tropas ocorreu na manhã de 23 de fevereiro, e as forças prosseguiram até a cidade.

---

<sup>198</sup> A FEDERAÇÃO. Notícias do ataque a Caçapava. Ano 1893, edição 00046 (1), 25 fev. 1893. Disponível em: [Clique aqui](#). Acesso em: 2 dez. 2024.

Durante o percurso, não houve enfrentamento com inimigos. Contudo, até o dia 22, as informações sobre a situação em Caçapava eram conflitantes. Naquela noite, após ultrapassarem a densa picada conhecida como "do Ricardinho", as forças republicanas, já acampadas a duas léguas da cidade, receberam um ofício enviado pelo Intendente Municipal, Cel. Antonio Celso de Campos. O documento foi entregue por uma comissão de republicanos e relatava que o grupo de combatentes liderado por Laurentino Pinto Filho havia abandonado a cidade, transferindo o controle para o Cap. Federalista Pedro Pereira Maciel.

Segundo o relato do Intendente, Pedro Maciel assumiu o comando apenas para preservar a ordem, mantendo-se neutro e aguardando a chegada das forças legais para entregar a administração da cidade. Até aquele momento, não havia informações sobre o paradeiro de Laurentino.

Sobre o combate mencionado em rumores prévios, sabe-se que teve duração aproximada de uma hora. Estima-se que mais de 16 combatentes perderam a vida, incluindo o Cel. Romão Xavier Mariano e o Cap. Lúcio de Figueiredo. Relatos indicam que o ataque republicano foi mal planejado, com as tropas saindo da cidade para um confronto a cerca de uma légua de distância, em clara desvantagem numérica. Os inimigos contavam com mais de 500 homens, enquanto as forças republicanas somavam apenas cerca de 200 combatentes.

O confronto resultou na prisão de diversas autoridades locais, como o Presidente do Conselho Municipal, Dr. Clemente Pinto, e Liberato, Delegado de Polícia. Ambos foram conduzidos pelos Maragatos. Após o combate, o Gen. Laurentino retornou e reassumiu o controle de Caçapava. Os corpos dos mortos foram saqueados, com relatos de que o Cel. Romão ainda estava vivo enquanto lhe retiravam as botas.

Entre as perdas para o grupo de Laurentino, destaca-se a morte de seu ajudante de campo, Gregório. É sabido que, antes do confronto, Pedro Pereira Maciel firmara um acordo com o Cel. Romão, o Maj. Prudêncio, o Intendente Celso de Campos e outros líderes locais. O objetivo era reunir forças para resistir a Laurentino, considerado inimigo pessoal, caso este tentasse retomar a cidade.

Celso de Campos chegou a ser preso, mas devido ao seu estado de saúde, não foi levado pelos combatentes liderados por Laurentino. Esses episódios reforçam o clima de tensão que dominava a região durante os conflitos da Revolução Federalista (1893), marcando um capítulo de intenso enfrentamento na história de Caçapava.

Na narrativa de Abrão (1992), é declarado que Caçapava teve seu território palmilhado

pelas forças em luta, Pedro Moacyr (1893)<sup>199</sup>, diz no Jornal A Federação que os Federalistas invadiram os pátios das casas e estragaram tudo, degolaram as aves e os animais domésticos.

Ainda sobre esse conflito, o Jornal A Federação critica a atitude de Laurentino Pinto Filho, apelidado de "Tinoco", e transcreve uma carta dele, na qual relata mais detalhes sobre os acontecimentos.

O colunista Pedro Moacyr (1893)<sup>200</sup>, escreve que devido a relevância do documento, causou muitos comentários. E continua dizendo que a carta em questão, assinada por Tinoco, revela o nome de guerra do caudilho federal Laurentino, que ficou marcado como um verdadeiro terror para Caçapava. Nesse documento, Tinoco apresenta propostas impertinentes, repletas de mentiras e atitudes ousadas segundo Moacyr (1893). O texto, transcrito quase por completo, foi adaptado para omitir algumas informações pessoais de Laurentino, que não deveriam ser divulgadas publicamente, mas mantém o essencial do relato.

Na carta de Laurentino Pinto Filho, datada de 18 de fevereiro de 1893, o caudilho relata a conquista de Caçapava após um combate intenso, no qual perdeu um aliado, o "fiel amigo Gregório". Ele menciona que entregou a cidade a Pedro Maciel, acusando-o de falta de honra e decoro. Laurentino também afirma estar se retirando com suas tropas em direção a Bagé, enquanto se dirige para outras regiões com um número considerável de homens. Contudo, o valor atribuído à sua força militar foi, na realidade, muito exagerado, já que seu bando era bem menor, e muitos de seus seguidores o abandonaram durante a fuga, desiludidos com os ideais do federalismo. Além disso, a carta reflete uma antiga rixa entre Laurentino e Pedro Maciel, que, apesar das tensões, recebeu a cidade saqueada antes da fuga de Laurentino. O caudilho se apresenta como alguém que, embora tenha atacado e saqueado Caçapava, pretende dar o perdão aos seus adversários, em vez de buscar vingança.

Pedro Pereira Maciel, embora se apresente como chefe do Partido Federalista, na verdade era Republicano. Isso evidencia uma estratégia bem articulada, em conjunto com o Intendente Antônio Celso de Campos, para garantir a entrega da cidade. Maciel, ao assumir o Comando de Caçapava, fez um acordo com Laurentino Pinto Filho para preservar a ordem e não resistir ao controle Maragato, mantendo uma postura neutra. No entanto, ao fazê-lo, ele assegurou que a cidade voltasse ao domínio de forças que compartilhassem sua orientação

---

<sup>199</sup> A FEDERAÇÃO. A invasão das casas na Revolução Federalista. Ano 1893, edição 00054 (1), 6 mar. 1893. Disponível em: [Clique aqui](#). Acesso em: 2 dez. 2024.

<sup>200</sup> A FEDERAÇÃO. A invasão das casas na Revolução Federalista. Ano 1893, edição 00054 (1), 6 mar. 1893. Disponível em: [Clique aqui](#). Acesso em: 2 dez. 2024.

republicana, o que mostra uma manobra política inteligente dentro do contexto conturbado da Revolução Federalista (1893). Essa postura revela não apenas o jogo de alianças, mas também a flexibilidade política necessária para a manutenção da ordem e o avanço dos interesses republicanos, apesar da guerra em curso.

Além dos registros mencionados, ainda há as quatro últimas cartas que foram trocadas durante o conflito entre os envolvidos nos eventos de Caçapava, observa-se uma comunicação de respeito mútuo e compromisso com princípios de honra e civismo, apesar do contexto de guerra. Celso de Campos (1893)<sup>201</sup>, Intendente do município, ao responder a Laurentino Pinto Filho em 16 de fevereiro de 1893, manifesta que, embora a cidade tenha sido obrigada a se render, a ação foi motivada pela garantia de segurança para os cidadãos, destacando que a rendição foi feita de acordo com princípios de honra e compromisso político. Ele lamenta as perdas humanas durante o combate, mas justifica as mortes como uma necessidade para a manutenção da dignidade política.

Laurentino Pinto Filho (1893)<sup>202</sup>, em sua carta de 18 de fevereiro para Pedro Pereira Maciel, comunica que, devido à necessidade de reorganizar suas forças, ele retiraria suas tropas de Caçapava, deixando uma guarnição para manter a ordem e cuidar dos prisioneiros de guerra. Ele reitera a importância de preservar a vida, a propriedade e a família dos cidadãos, buscando, sempre que possível, evitar o derramamento de sangue. Laurentino também deixa claro que a força à sua disposição estará disponível para garantir a manutenção desses princípios.

No dia 19 de fevereiro de 1893, Pedro Pereira Maciel (1893)<sup>203</sup>, ao receber o comunicado de Laurentino, confirma o comando da praça e a guarda dos prisioneiros, reafirmando seu compromisso com a causa da liberdade e a manutenção da ordem. Ele garante que fará todo o possível para respeitar a vida, a propriedade e a dignidade dos cidadãos, continuando a luta pela liberdade.

Por fim, em 18 de fevereiro de 1893, o Intendente Antônio Celso de Campos (1893)<sup>204</sup>, emite um testemunho elogiando a postura de Laurentino Pinto Filho durante o período em que esteve em Caçapava, destacando seu comportamento cavalheiresco. Ele reconhece que

---

<sup>201</sup> CAMPOS, Celso de. Carta Documento n. 3. Caçapava, 16 de fevereiro de 1893. Ao cidadão Laurentino Pinto Filho. Disponível em: [Clique no link](#). Acesso em: 02 dez. 2024.

<sup>202</sup> FILHO, Laurentino Pinto. Carta Documento n. 4. Caçapava, 18 de fevereiro de 1893. Ao cidadão Pedro Pereira Maciel. Disponível em: [Clique no link](#). Acesso em: 02 dez. 2024.

<sup>203</sup> MACIEL, Pedro Pereira. Carta Documento n. 5. Caçapava, 19 de fevereiro de 1893. Ao cidadão Laurentino Pinto Filho. Disponível em: [Clique no link](#). Acesso em: 02 dez. 2024.

<sup>204</sup> CAMPOS, Celso de. Carta Documento n. 6. Caçapava, 18 de fevereiro de 1893. Ao cidadão Laurentino Pinto Filho. Disponível em: [Clique no link](#). Acesso em: 02 dez. 2024.

Laurentino e seus auxiliares agiram com abnegação, mantendo a ordem e tratando os adversários com respeito, afastando as paixões pessoais do conflito.

Em meio a todas essas complexas e dramáticas circunstâncias, é fundamental lembrar que, em todo esse episódio, homens da Guarda Nacional lutaram de forma decisiva, alinhados aos interesses de seus respectivos comandantes e facções. A participação desses soldados, tanto no enfrentamento direto como nas estratégias de resistência e fuga, revela o papel essencial que a Guarda Nacional desempenhou durante a Revolução Federalista de 1893. Seu envolvimento não apenas impactou os destinos dos indivíduos e das cidades, como Caçapava do Sul, mas também ajudou a moldar o rumo da história política e militar do Brasil, refletindo as tensões, lealdades e adversidades de uma época marcada por profundos conflitos.

**Figura 2 - Coronel Romão Mariano Xavier**



FAMILYSEARCH. Perfil biográfico de Coronel Romão Xavier Mariano. Disponível em: [Clique aqui](#). Acesso em: 19 nov. 2024.

**Figura 3 - Coronel João Guedes Martins - Rapaz que Libertou Laurentino Filho**



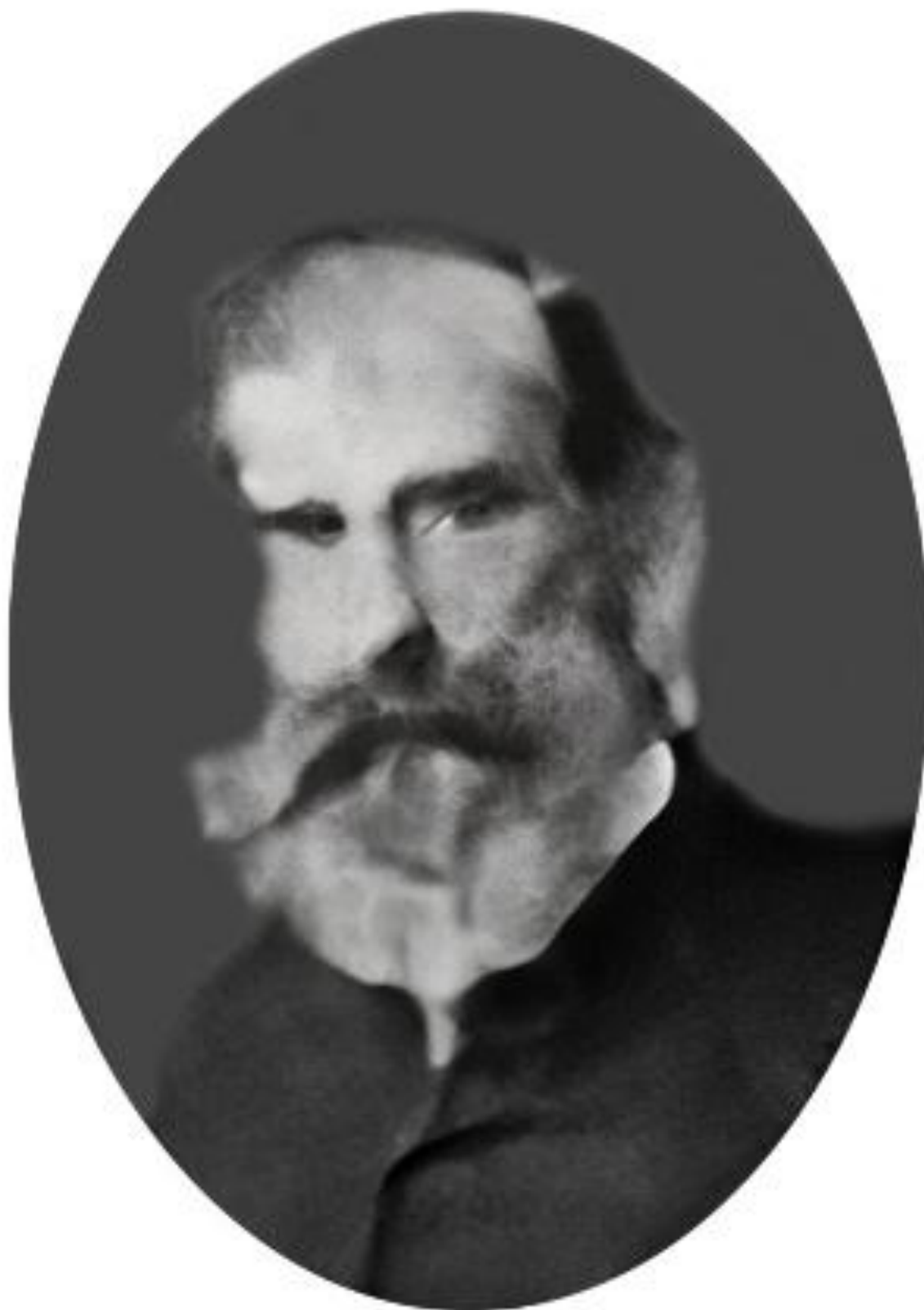
GUERRA, Armando. Coluna feita por Armando Guerra. Family Search. Disponível em: [Clique aqui](#) Acesso em: 2 dez. 2024.

**Figura 4 - General Laurentino Pinto Filho**



GUERRA, Armando. Coluna feita por Armando Guerra. Family Search. Disponível em: [Clique aqui](#) Acesso em: 2 dez. 2024

**Figura 5 Tenente-Coronel Pedro Pereira Maciel**



MACIEL, Schayano. Fotografia de Pedro Pereira Maciel. Acervo pessoal familiar.

A Maçonaria<sup>205</sup> também desempenhou um papel fundamental como rede de poder e alianças no período analisado. Ferreira (2023), ao estudar a trajetória do Cel. Coriolano Alves de Oliveira e Castro como político e maçom em Caçapava do Sul, destaca sua relevância na articulação política e na consolidação de influências regionais. Nesse contexto, a Maçonaria serviu como espaço estratégico para alianças entre elites locais, muitas vezes ligadas ao Partido Republicano Rio-grandense (PRR) e à Guarda Nacional, cujo comando era disputado por líderes republicanos e militares. Essas conexões extrapolavam os limites locais, alcançando outras cidades e até países vizinhos, como Uruguai e Argentina, dada a posição fronteiriça da região.

Coriolano Castro, como membro fundador da Loja Maçônica Guilherme Dias, utilizou sua posição para promover ideais republicanos e fomentar um ambiente favorável à causa liberal. A Maçonaria, inspirada no pensamento iluminista, foi um importante pilar ideológico durante a transição do Império para a República, difundindo princípios como a educação pública, a secularização do Estado e os direitos individuais. Durante conflitos internos, como a Revolução Federalista (1893-1895) e a Revolução de 1923, a organização manteve sua influência, sendo tanto um suporte ideológico ao PRR quanto uma plataforma para opositores que compartilhavam valores republicanos.

A atuação maçônica também foi marcante no apoio à abolição da escravatura. Em Caçapava do Sul, maçons como Coriolano defenderam a liberdade e o fim da escravidão, incorporando esses valores à sua atuação na Guarda Nacional e nas administrações locais. A Maçonaria não apenas ofereceu suporte ao movimento abolicionista, mas também conectou a causa ao ideal republicano, promovendo transformações sociais e políticas que buscavam maior igualdade e justiça.

No contexto da Guarda Nacional, a influência maçônica foi evidente. Muitos de seus líderes eram membros da Maçonaria, incluindo Coriolano, que utilizava essa rede para reforçar alianças com as elites e consolidar o domínio político. Essa relação estreita entre a Maçonaria e a Guarda Nacional fortaleceu a capacidade de articulação política, garantindo que os maçons tivessem papel central nos rumos administrativos e estratégicos da cidade. Assim, a Maçonaria foi mais do que uma organização de valores; tornou-se uma ferramenta de controle social e

---

<sup>205</sup> “A maçonaria é uma instituição filosófica, filantrópica, educativa e progressista. Embora seja atrelada constantemente a crenças espirituais, a maçonaria em si não é uma religião. Entre os seus princípios, destacam-se a liberdade, igualdade e fraternidade. Além disso, a maçonaria tem como objetivo a verdade, exame da moral e a prática das virtudes”. Fonte: BRASIL ESCOLA. A Maçonaria. Disponível em: [Clique aqui](#). Acesso em: 02 dez. 2024.

político em momentos de transformação histórica.

As redes de poder e alianças tecidas em torno da Guarda Nacional em Caçapava do Sul revelam um cenário complexo onde laços familiares, políticos, econômicos e filosóficos se entrelaçavam, fortalecendo a influência das elites locais e moldando o panorama político da região. Essas conexões demonstraram que a Guarda não era apenas um aparato militar, mas também um instrumento estratégico de manutenção de privilégios e hegemonia. A articulação entre interesses privados e funções públicas reforçou a perpetuação de uma estrutura hierárquica de poder, tornando a Guarda um elemento central na consolidação das elites durante a transição entre o Império e a República.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A conclusão da análise sobre a Guarda Nacional em Caçapava do Sul no período de 1885 a 1922 permite um entendimento abrangente e profundo das interações entre instituições militares, elites locais e transformações históricas no Brasil. Este trabalho revelou como a Guarda Nacional foi uma entidade multifacetada, que transcendia sua função inicial de manutenção da ordem pública, transformando-se em um importante instrumento de consolidação de poder regional, especialmente durante os momentos de transições políticas e sociais no Brasil.

A pesquisa evidenciou que a Guarda Nacional desempenhou um papel central na organização das elites locais, especialmente em Caçapava do Sul, onde ela serviu como extensão das redes de poder familiar e político. Essas redes permitiram que as elites utilizassem a Guarda como meio de fortalecer alianças políticas, controlar a população e influenciar decisões que iam além das esferas militares, impactando diretamente as dinâmicas sociais e econômicas da região. O contexto de transição do Império para a República foi particularmente relevante, pois expôs como a Guarda Nacional foi instrumentalizada para garantir a estabilidade durante esse período conturbado e, ao mesmo tempo, serviu como palco para disputas internas entre diferentes facções do poder local.

As mudanças nas funções e na organização da Guarda Nacional entre 1885 e 1922 são um reflexo das transformações políticas nacionais e suas consequências para as relações de poder no plano regional. No período estudado, ficou claro que a Guarda Nacional, longe de ser uma entidade homogênea e puramente militar, adaptava-se às necessidades das elites regionais. Em Caçapava do Sul, as práticas de coronelismo e clientelismo foram reforçadas pela atuação da Guarda, que desempenhou um papel fundamental em eventos como a Revolução Federalista (1893) e a implementação da República em 1889.

Ao mesmo tempo, a pesquisa mostrou que a Guarda Nacional era mais do que um reflexo do poder das elites. Ela também atuava como um espaço de negociação, onde as disputas entre diferentes grupos sociais e políticos eram mediadas. Por meio de sua composição social diversa, que incluía indivíduos de diferentes classes, profissões e interesses, a Guarda funcionava como um reflexo em pequena escala das dinâmicas políticas e sociais de Caçapava do Sul. A pesquisa quantitativa destacou a presença predominante de membros das elites nos cargos de comando, mas também revelou a participação de outros segmentos sociais, ainda que em níveis subordinados.

A dissolução da Guarda Nacional em 1922, embora tenha representado o fim formal da instituição, não significou o desaparecimento de sua influência. A transição para outros modelos de organização militar e policial, como as polícias estaduais, perpetuou muitas das práticas e redes de poder que haviam caracterizado a Guarda. Em Caçapava do Sul, essa continuidade é particularmente evidente na forma como as lideranças locais mantiveram seu controle sobre os mecanismos de poder, utilizando-se de estruturas herdadas da Guarda Nacional para consolidar sua influência nas décadas seguintes.

Outro aspecto importante foi o resgate histórico das figuras que participaram da Guarda Nacional. A pesquisa trouxe à tona trajetórias de indivíduos que tiveram papel significativo na política e na sociedade de Caçapava do Sul, mas cujas contribuições estavam esquecidas ou negligenciadas. O estudo não apenas reconstituiu essas histórias, mas também ressalta a importância de se preservar a memória coletiva como forma de compreender melhor as relações de poder no Brasil.

Assim, a análise da Guarda Nacional em Caçapava do Sul permite compreender não apenas o funcionamento de uma instituição específica, mas também as interações mais amplas entre poder local e central, entre elites e população, e entre as instituições militares e a sociedade civil. Esta pesquisa contribui de maneira significativa para a história local, oferecendo um panorama detalhado das dinâmicas políticas e sociais que moldaram Caçapava do Sul e, ao mesmo tempo, lança luz sobre questões mais amplas da história do Brasil. O legado da Guarda Nacional, como uma instituição que atravessou momentos importantes da história brasileira, continua a influenciar o entendimento das relações de poder e das instituições em nível local, regional e nacional.

## REFERÊNCIAS

ABRÃO, Nicolau da Silveira. **História do Município de Caçapava do Sul**. Porto Alegre: Ed. Martins Livreiro, 1992, p. 12. Disponível em: [https://drive.google.com/file/d/11QdoUpF\\_f3l09zm2o6jwXE7zZB7jq4O5/view?usp=sharing](https://drive.google.com/file/d/11QdoUpF_f3l09zm2o6jwXE7zZB7jq4O5/view?usp=sharing). Acesso em: fev. 2024.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O trato dos viventes: Formação do Brasil no Atlântico Sul, séculos XVI e XVII**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. 525 p. Disponível em: [https://drive.google.com/file/d/16Kio96nHLZMAh2FCkz60sYVRI\\_CSyVwS/view?usp=sharing](https://drive.google.com/file/d/16Kio96nHLZMAh2FCkz60sYVRI_CSyVwS/view?usp=sharing). Acesso em: 03 set. 2024.

BELTRÃO, Apio Cláudio. **Recortes históricos: a história do Rio Grande do Sul e do Prata em cinco contornos**. Porto Alegre: IHGRGS, 2021. Disponível em: <https://www.ihgrgs.org.br/ebooks/Ebook-RecortesHistoricos1.pdf>. Acesso em: 21 out. 2024.

BLACK, Sacramento. **Diccionario bibliographico brasileiro**. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1883-1902. v. 1, p. 71-72. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/view/?45000008350&bbm/5411#page/1/mode/2up>. Acesso em: 04 Out. 2024.

BRASIL ESCOLA. A **Maçonaria**. Disponível em: <https://brasilescola.uol.com.br/curiosidades/maconaria.htm>. Acesso em: 02 dez. 2024.

BRASILIANENSE, Américo. **Os programas dos partidos e o 2º Império**. São Paulo: Tipografia Jorge Seckler, 1878. Disponível em: <https://archive.org/details/osprogramasdosp00melogoog/page/n2/mode/2up>. Acesso em: 30 jun 2024.

CAMPOS, Tiago Soares. **"Clientelismo"**. Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilescola.uol.com.br/historiab/clientelismo.htm>. Acesso em: 30 de outubro de 2024.

CAMPOS, Tiago Soares. **"A Guarda Nacional"**. Brasil Escola, 2023. Disponível em: <https://brasilescola.uol.com.br/historiab/a-guarda-nacional.htm>. Acesso em 30 out. 2024

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem: a elite política imperial**. Teatro de sombras: a política imperial. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1gLC-2a5aHOI7fRG2Wnny-TykCJ8xx4YZ/view?usp=sharing>. Acesso em: 05 set. 2024

CARELI, Sandra da Silva; KNIERIM, Luiz Claudio (org.). **Releituras da História do Rio Grande do Sul**. Cap. 3: A ocupação ibérica do território e as disputas pelas fronteiras do continente de Rio Grande – Edison Bisso Cruxen, p. 65. Porto Alegre: CORAG, 2011. 282 p. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1PaUtLXxd-Gncu5LOcUKayLmCjYaewpdV/view?usp=sharing>. Acesso em: 05 set. 2024.

CARNEIRO, David. **História da Guerra Cisplatina**. Brasileira Biblioteca Pedagógica Brasileira, v. 246. 1946. Disponível em: <https://bdor.sibi.ufrj.br/bitstream/doc/332/1/246%20PDF%20-%20OCR%20-%20RED.pdf>. Acesso em: 18 out. 2024.

CASSOL, Arnaldo Luiz. **História Administrativa, Legislativa e Política de Caçapava do Sul**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1988. 1. ed. 79 p. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1AoKb8mgJL7nXUr0e5iYletCkIWdA-ONo/view?usp=sharing>. Acesso em: 06 abr. 2024

CASSOL, Arnaldo Luiz. **Antão Gonçalves de Faria: história e biografia: engenheiro e político sepeense, propagandista e consolidador da república**. Porto Alegre: Martins Livreiro-Editor, 1986.

CASSOL, Arnaldo Luís; ABRÃO, Nicolau Silveira. **Coronel Coriolano Castro**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1983.

CASTRO, Jeanne Berrance de. **A Milícia Cidadã: a Guarda Nacional de 1831 a 1850**. Prefácio de Sérgio Buarque de Hollanda. São Paulo: Ed. Nacional; Brasília: INL, 1977. 262p. (BRASILIANA, v. 359).

CERVO, Amado Luiz. **O Parlamento Brasileiro e as Relações Exteriores (1826-1889)**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/181757/000431258.pdf?sequence=3&isAllowed=y>. Acesso em: 02 nov. 2024.

CONCEITO de **Comunidades Teuto-brasileiras**. Disponível em: [https://www.google.com.br/search?q=o+que+s%C3%A3o+comunidades+teuto-brasileiras%3F&sca\\_esv=334922e174cf79f6&sxsrf=ADLYWIIrEu6O3mN6lT6nGn\\_ddETBc\\_tqXoA%3A1732973334043&source=hp&ei=FhNLZ6AOk5Tk5Q\\_grvTACA&iflsig=AL9hb\\_dgAAAAZ0shJqpxwoVk2VW47YL3hw8OImrsryiw&ved=0ahUKEwig8enflISKAxUTCrk\\_GHWAXHYgQ4dUDCBc&uact=5&oq=o+que+s%C3%A3o+comunidades+teuto-brasileiras%3F&gs\\_lp=Egdnnd3Mtd2l6lilvIHF1ZSBzw6NvIGNvbXVuaWRhZGVzIHRldXRvLWJyYXNpbGVpcmFzPzIFECEYOAEyBRAhGKABSIlhcUABYzVpwAXgAkAECmAHLA6AB-UqqAQowLjI1LjYuNS41uAEDyAEA-AEBmAloAKuR8ICBBajGCfCagsQABiABBixAxiDAcICCBAAGIAEGLEDwglIOEC4YgAQYsQMY0QMYxwHCAgoQABiABBhDGloFwgIKEC4YgAQYQxiKBcICChAjGIAEGCcYigXCAG0QABiABBixAxdGloFwgIFEAAyGATCAGYQABgWGB7CAGUQIRifBZgD AJIHCjEuMjQuNi40LjWgB4rjAQ&sclient=gws-wiz](https://www.google.com.br/search?q=o+que+s%C3%A3o+comunidades+teuto-brasileiras%3F&sca_esv=334922e174cf79f6&sxsrf=ADLYWIIrEu6O3mN6lT6nGn_ddETBc_tqXoA%3A1732973334043&source=hp&ei=FhNLZ6AOk5Tk5Q_grvTACA&iflsig=AL9hb_dgAAAAZ0shJqpxwoVk2VW47YL3hw8OImrsryiw&ved=0ahUKEwig8enflISKAxUTCrk_GHWAXHYgQ4dUDCBc&uact=5&oq=o+que+s%C3%A3o+comunidades+teuto-brasileiras%3F&gs_lp=Egdnnd3Mtd2l6lilvIHF1ZSBzw6NvIGNvbXVuaWRhZGVzIHRldXRvLWJyYXNpbGVpcmFzPzIFECEYOAEyBRAhGKABSIlhcUABYzVpwAXgAkAECmAHLA6AB-UqqAQowLjI1LjYuNS41uAEDyAEA-AEBmAloAKuR8ICBBajGCfCagsQABiABBixAxiDAcICCBAAGIAEGLEDwglIOEC4YgAQYsQMY0QMYxwHCAgoQABiABBhDGloFwgIKEC4YgAQYQxiKBcICChAjGIAEGCcYigXCAG0QABiABBixAxdGloFwgIFEAAyGATCAGYQABgWGB7CAGUQIRifBZgD AJIHCjEuMjQuNi40LjWgB4rjAQ&sclient=gws-wiz). Acesso em: 29 nov. 2024.

COSTA, Emília Viotti da. **Capítulo 1 - Introdução ao estudo da emancipação política do Brasil. Da monarquia à república: momentos decisivos**. 6. ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999. p. 19-60. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1j5Mt6tlG2M7zq0kundzAlzvBtgNL9gbX/view?usp=sharing>. Acesso em: 06 jul. 2024.

FAUSTO, Bóris. **História do Brasil**. 2ª edição. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 1995. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1Wrb6rMPe8kiFhB1C7iXxoGHY1BkWoYvf/view?usp=sharing>. Acesso em: 05 set. 2022.

FERTIG, André. **A Guarda Nacional e as Relações entre os Poderes Central e Local na Província do Rio Grande do Sul no Século XIX**. Revista Brasileira de História, v. 29, n. 1, p. 71-91, jan.-jun. 2011. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1db0Pw2-GIgePJbI63pZ87946cYkXB5cJ/view?usp=sharing>. Acesso em: 26 abr. 2024.

FERTIG, A. **A "bater" quilombos: a Guarda Nacional Rio-Grandense na defesa da ordem escravista do Império do Brasil**. Revista Sociais e Humanas, v. 17, n. 1, p. 129-137, 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/sociaishumanas/article/view/1213/720>. Acesso em: 3 out. 2024.

FERRER, F. C. S. (2008). **A (re)organização do Exército brasileiro na Guerra do Paraguai**. BIBLOS - Revista Do Instituto De Ciências Humanas E Da Informação, 17, 121–130. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/biblos/article/view/101/56>. Acesso em: 07 nov. 2024.

FERREIRA, Gabriela Nunes. **O Rio da Prata e a Consolidação do Estado Imperial**. São Paulo: Editora Hucitec, 2006.

FERREIRA, Zilamar. **O coronel Coriolano Alves de Oliveira e Castro: trajetória como político e maçom em Caçapava-RS**. 1891. 145 p. Disponível em: [https://drive.google.com/file/d/14IT8h0\\_jBKPIcwWtS\\_Y18kVPUnwtbeR4/view?usp=sharing](https://drive.google.com/file/d/14IT8h0_jBKPIcwWtS_Y18kVPUnwtbeR4/view?usp=sharing). Acesso em: 16 fev. 2024.

FRAGOSO, Tasso. **A Revolução Farroupilha (1835-1845)**. Rio de Janeiro: Biblioteca Militar, 1939. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/19xk3IsaEPydf6c06eGQMbj7BmvlqPu6u/view?usp=sharing>. Acesso em: 24 set. 2024.

GOLDONI, Aline Cordeiro. **Estabelecendo a ordem: a formação da Guarda Nacional e sua importância na manutenção da ordem interna durante a guerra com o Paraguai (1864-1870)**. OPSIS, Goiânia, v. 12, n. 2, p. 48–71, 2012. DOI: 10.5216/o.v12i2.18351. Disponível em: <https://periodicos.ufcat.edu.br/index.php/Opsis/article/view/18351/12816>. Acesso em: 19 out. 2024.

GRAHAM, Richard. **Clientelismo e política no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1997. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mana/a/pF6nYDp7Hs4WTthxCWKCCJ/?lang=pt>. Acesso em: 26 out. 2024.

GUERRA, Armando. **Coluna feita por Armando Guerra**. por Armando Guerra. Family Search. Disponível em: <https://www.familysearch.org/memories/memory/139895562>. Acesso em: 2 dez. 2024.

HEINZ, Flavio M. **História social das elites**. São Leopoldo: Oikos, 2011. 168 p. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1RZDecpk43aZFCSRT-GiV1jRDLuJAMRiK/view?usp=sharing>. Acesso em: 27 fev. 2024.

LEAL, Vitor Nunes. **Coronelismo, Enxada e Voto**. São Paulo: editora Alfa-Ômega, 1976.

LOVE, Joseph L. **O regionalismo gaúcho e as origens da Revolução de 1930**. São Paulo: Perspectiva, 1975. 284 p. (Coleção estudos; v.37). Disponível em: [https://drive.google.com/file/d/1C-jYr5apNtYbu\\_GffW-X3ADuB1DS2Pel/view?usp=sharing](https://drive.google.com/file/d/1C-jYr5apNtYbu_GffW-X3ADuB1DS2Pel/view?usp=sharing). Acesso em: nov. 2024.

MACHADO, C. Pires. **Guarda Nacional do Rio Grande do Sul: Notas para História Social**. Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, n. 147, p. 23, 2015. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/revistaihgrgs/article/view/57545/34527>. Acesso em: 12 ago. 2024.

MARIANTE, Hélio Moro. **Farrapos: Guerra à Gaúcha**. Porto Alegre: Martins Livreiro Ed., 1985.

MOTA, Júlia Gomes. **Um monarca cruza os pagos: a viagem de Dom Pedro II ao Rio Grande do Sul em 1865 e seus impactos políticos**. 2013. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013, p.27.

Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1bULdR3aAZnTvyUpWm2-2EVfkQd-6k8jq/view?usp=sharing>. Acesso em: 2018.

PANIAGUA, Edson Romario Monteiro. **A Construção da Ordem: Fronteira: Grupos de Poder e Estratégias Eleitorais na Campanha Sul-rio-grandense (1852 – 1867)**. São Leopoldo, 2012. Tese (Doutorado em História). Curso de Pós-Graduação em História. Universidade do Vale do Rio dos Sinos.

PESAVENTO, Sandra Jatáhy. **História do Rio Grande do Sul**. 8<sup>o</sup> ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1997. Disponível em: [https://drive.google.com/file/d/1p5aHG\\_d1IWay\\_5AuLXfkBNcM5fnQzz\\_h/view?usp=sharing](https://drive.google.com/file/d/1p5aHG_d1IWay_5AuLXfkBNcM5fnQzz_h/view?usp=sharing). Acesso em: set. 2024.

PESAVENTO, Sandra Jatáhy. **A Revolução Federalista**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1UABGbZFOF9Dx3JZeKipKInJbTl7CUgwq/view?usp=sharing>. Acesso em: set. 2024.

PEZAT, P. **O positivismo na abordagem da recente historiografia gaúcha**. Anos 90, v. 13, n. 23, p. 255–285, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.22456/1983-201X.6404>. Acesso em: 29 nov. 2024.

QUEVEDO, Júlio. **História Compacta do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Martins Livreiro. 2003.

ROSSATO, Monica; PADOIN, Maria Medianeira. **A Revolução Federalista (1893-1895) na região fronteiriça platina: projetos políticos e a trajetória de Gaspar Silveira Martins**. Revista Digital Estudos Historicos, n. 22, p. 14-15, 2019. Disponível em: <https://estudioshistoricos.org/22/eh22d07.pdf>. Acesso em: 28 de out. 2024.

RUBERT, Arlindo. **As Freguesias de Caçapava e de Santaninha**. Canoas: La Salle, 1956.

SANTOS, Inácio Silveira dos. Profissão. Certidão de óbito. Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:3Q57-89GZ-S9F1-X?i=306>. Acesso em: 24 nov. 2024.

SILVA, Douglas Pereira da. **A Guarda Nacional e sua importância histórica: das origens ao surgimento e crescimento das Polícias Militares**. Disponível em: [https://jusmilitaris.com.br/sistema/arquivos/doutrinas/guarda\\_nacional\\_.pdf](https://jusmilitaris.com.br/sistema/arquivos/doutrinas/guarda_nacional_.pdf). Acesso em: 3 out. 2024.

TAMAE, Rafael da Fonseca. **A política externa do Brasil Império e a Guerra contra Oribe e Rosas: um estudo sobre o debate político na intervenção de 1851**. 2020. Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. Disponível em: [https://www.encontro2020.pr.anpuh.org/resources/anais/24/anpuh-pr-erh2020/1611948932\\_ARQUIVO\\_1be4e427f178fdb4945197ad3829a505.pdf](https://www.encontro2020.pr.anpuh.org/resources/anais/24/anpuh-pr-erh2020/1611948932_ARQUIVO_1be4e427f178fdb4945197ad3829a505.pdf). Acesso em: 21 mar. 2024.

URICOECHEA, Fernando. **O minotauro imperial: a burocratização do Estado patrimonial brasileiro no século XIX**, Rio de Janeiro: Difel, 1978.

VARGAS, Jonas Moreira. **"Um negócio entre famílias" - A elite política do Rio Grande do Sul (1868-1889)**. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/ndh/files/2021/08/11.pdf>. Acesso em: 2023.

## **ARQUIVOS E FONTES HISTÓRICAS CONSULTADOS**

### **Arquivos:**

Arquivo Borges de Medeiros (1898-1906).

Arquivos do Family Search (1878-1939).

Biblioteca Nacional – Hemeroteca Digital Brasileira (Rio de Janeiro/RJ). Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso: dez. 2023 a dez. 2024.

Biblioteca Nacional - Almanak Laemmert: Administrativo, Mercantil e Industrial (RJ). Ano 1885-1891; 1916-1931.

Biblioteca Nacional – Relatório dos Presidentes das Províncias: Rio de Janeiro/RJ. Ano 1831-1889.

Biblioteca Nacional – Relatório dos Estados Brasileiros: Rio de Janeiro/RJ. Ano 1889-1930.

Casa de Cultura Juarez Teixeira e Arquivo Histórico Municipal Nicolau Silveira Abrão. Arquivos de 1893, Caçapava do Sul/RS.

Portal Câmara dos Deputados (Brasília/DF). Disponível em: <https://www.camara.leg.br/legislacao>. Acesso em: jan.2024.

### **Fontes Documentais:**

ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL, AHRS. Carta escrita pelo Comandante Superior da Guarda Nacional de Porto Alegre, 28 abr. 1866, maço 27.

BRASIL. Coleção de leis do Brasil: 1831-1940. Anais da Câmara dos Deputados. Acesso em: jan. 2024.

Correspondências recebidas por Antônio Augusto Bordes de Medeiros, 1898-1906. Inventário do Arquivo de Borges de Medeiros – IHGRGS.

Casa de Cultura Juarez Teixeira e Arquivo Histórico Municipal Nicolau Silveira Abrão. Arquivos de fev.1893, Caçapava do Sul/RS.

Family Search, Certidões de Óbito de 1891-1933; Family Search, Certidão de Nascimento de 1878; Family Search, Certidão de Casamento de 1939.

### **Jornais:**

A Federação. Porto Alegre, 1884 a 1929. Biblioteca Nacional – Hemeroteca Digital Brasileira (Rio de Janeiro/RJ). Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso: dez. 2023 a dez. 2024.